

Plano de Ação Local Integrado

CircularNet – Plataforma para a circularidade Comunidade, empresas e ambiente natural

Município da Figueira da Foz



Índice

Mensagem do Presidente	3
Sumário Executivo.....	4
1. Contexto & Processo	5
Contexto da Cidade e definição do problema	5
Enquadramento POLÍTICO do projeto	9
Processo de desenvolvimento do plano de ação	13
Foco & visão.....	18
2. Plano de Ação	21
Proposta de valor.....	21
Ações	23
Eixo 1 - Biorresíduos Alimentares	23
Eixo 2 - Biomassa Florestal	33
Eixo 3 - Resíduos de Construção e Demolição	45
Abordagem integrada.....	55
Modelo de Governança	56
3. Alinhamento com Financiamentos	59
Investimento previsto.....	59
Fontes de financiamento	60
4. Monitorização & Avaliação	64
5. Comunicação & Consulta Pública	66
6. O Futuro	67
Agradecimentos	68
Anexos & informação de Apoio	68

Mensagem do Presidente

O ano de 2015 marcou, no contexto da União Europeia (UE), uma mudança de paradigma de modelo económico. A Comissão Europeia adotou o primeiro «Plano de Ação para a Economia Circular», perspetivando assim garantir o crescimento sustentável na UE e estimular a transição da Europa para uma economia mais circular.

O tema da Economia Circular tem vindo a marcar presença, nos últimos anos, quer na agenda internacional, quer na nacional, assumindo-se como um elemento-chave para terminar com a ideia de que o crescimento económico só é alcançável pela via do aumento de consumo de recursos naturais.

Enquanto conceito estratégico, assente em princípios como a redução, reutilização, recuperação de materiais e energia, a Economia Circular permite adequar a economia a um futuro ecológico, assumindo-se como um desafio e uma oportunidade globais.

Foi com o foco, quer nas perspetivas de desafio, quer de oportunidade, que o município da Figueira da Foz formalizou a candidatura da «CircularNet – Plataforma para a circularidade: Comunidade, Empresas e Ambiente Natural» à Iniciativa Nacional de Cidades Circulares da Direção Geral do Território, em parceria com os municípios de Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Praia da Vitória, Tavira e Vila Nova de Famalicão.

Enquanto município que tem para oferecer múltiplas oportunidades, nas mais diversas áreas, e que as “agarra” sempre com a perspetiva de reforçar o desenvolvimento do concelho e promover o aumento do bem-estar da população, a Figueira da Foz tem liderado a CircularNet e trabalhado com os municípios parceiros, com a comunidade local e os atores do território, de forma exemplarmente cooperante.

Juntos somos efetivamente mais fortes e só partilhando experiências e conhecimento poderemos ir mais além, abraçar este desafio, marcar posição e dar voz aos benefícios que a economia circular tem para oferecer.

O que a CircularNet coloca em perspetiva com o trabalho que tem vindo a desenvolver, é a capacidade futura dos municípios incorporarem nos seus modelos de governação, um conjunto de iniciativas integradas que sejam verdadeiros instrumentos de comprometimento para com a transição para uma economia mais competitiva, sustentável e circular, que garanta a todos um futuro mais promissor.

Pedro Santana Lopes

Presidente da Câmara da Figueira da Foz

Sumário Executivo

As cidades e as regiões com um papel fundamental no desafio da sustentabilidade, estão na primeira linha das decisões chave que determinam os modelos de crescimento económico, do bem-estar social e dos benefícios ambientais como a promoção de uma mudança sistémica nos serviços que promovem a economia circular. Economia circular que assenta em princípios como a conceção de abordagens para redução dos resíduos, a manutenção de produtos e materiais em utilização num ciclo de vida prolongado e que possibilita a diminuição de recursos naturais, regenerando os sistemas naturais.

No âmbito do concurso da Iniciativa Nacional Cidades Circulares (INC2), promovido pela Direção Geral do Território, o Município da Figueira da Foz, líder do projeto, apresentou uma candidatura vencedora e constituiu a rede CircularNet, no âmbito da economia circular com as cidades de Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Tavira, Vila Nova de Famalicão e Praia da Vitória.

A CircularNet teve como objetivo a elaboração de planos municipais transversais e replicáveis, de implementação e promoção de ações de economia circular, construídos com base na metodologia URBACT, de partilha de conhecimento e experiências, quer com outros municípios, quer com os respetivos grupos de ação local constituídos por entidades privadas ou públicas, de uma forma integrada. A temática abordada pelo Município da Figueira da Foz consistiu em dois temas base, os biorresíduos e os resíduos de construção e demolição (RCD'S), com a proposta de implementação de medidas de adicionais e promotoras de uma economia ainda mais circular, enquadrável com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

1. Contexto & Processo

CONTEXTO DA CIDADE E DEFINIÇÃO DO PROBLEMA

O Município da Figueira da Foz localiza-se no Centro Litoral, entre três das principais áreas urbanas do da Região Centro – Aveiro a Norte, Leiria a Sul e Coimbra a Este, sendo o seu território municipal delimitado a norte pelo de Cantanhede, a oriente, pelos municípios de Montemor-o-Velho e Soure, a sul pelo de Pombal, apresentando toda a sua fachada ocidental banhada pelo oceano Atlântico.

Com uma localização geográfica privilegiada, na costa atlântica de Portugal, o Município está atualmente ligado a todo o território nacional e à fronteira com Espanha, por uma diversificada rede ferroviária e marítima. Para um território com as características da Figueira da Foz, este encontra-se dotado de um assinalável conjunto de infraestruturas ao serviço ou à disposição do turismo e da cultura, que têm transformado este Município num destino turístico diferenciador e apelativo.

O território do Município da Figueira da Foz tem uma área de 379,4 km² correspondente a cerca de 18,4% da área do Baixo Mondego (2 063,1 km²), subdividido em 14 freguesias – Alhadas, Alqueidão, Bom Sucesso, Buarcos e São Julião, Ferreira-a-Nova, Lavos, Maiorca, Marinha das Ondas, Moinhos da Gândara, Paião, Quiaios, São Pedro, Tavarede e Vila Verde.

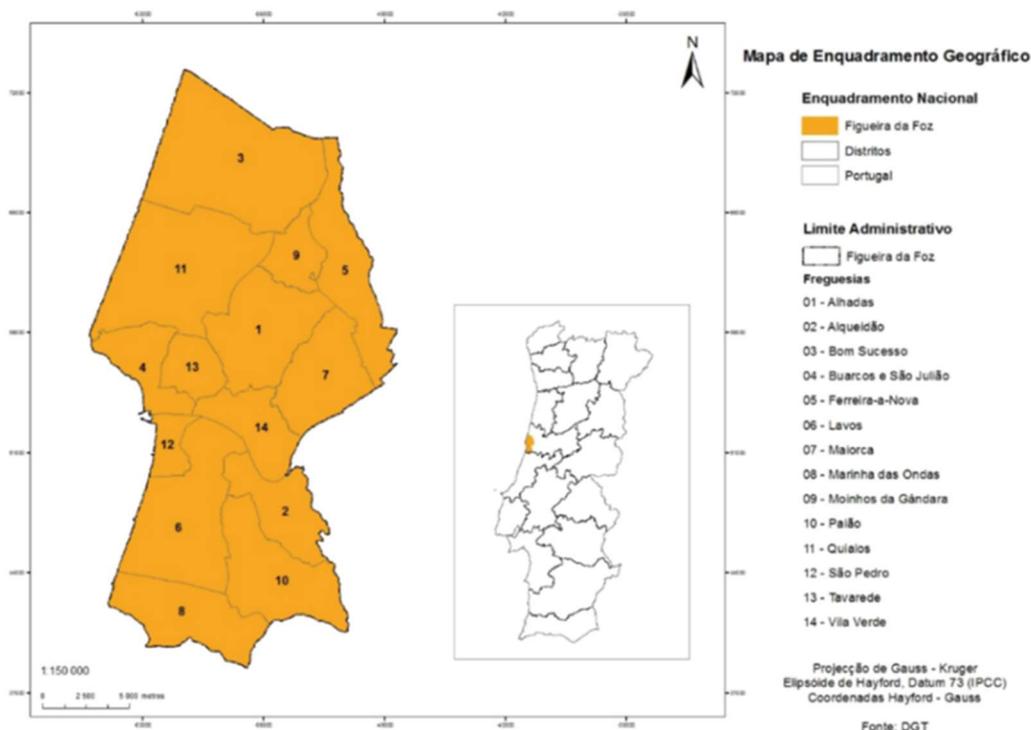
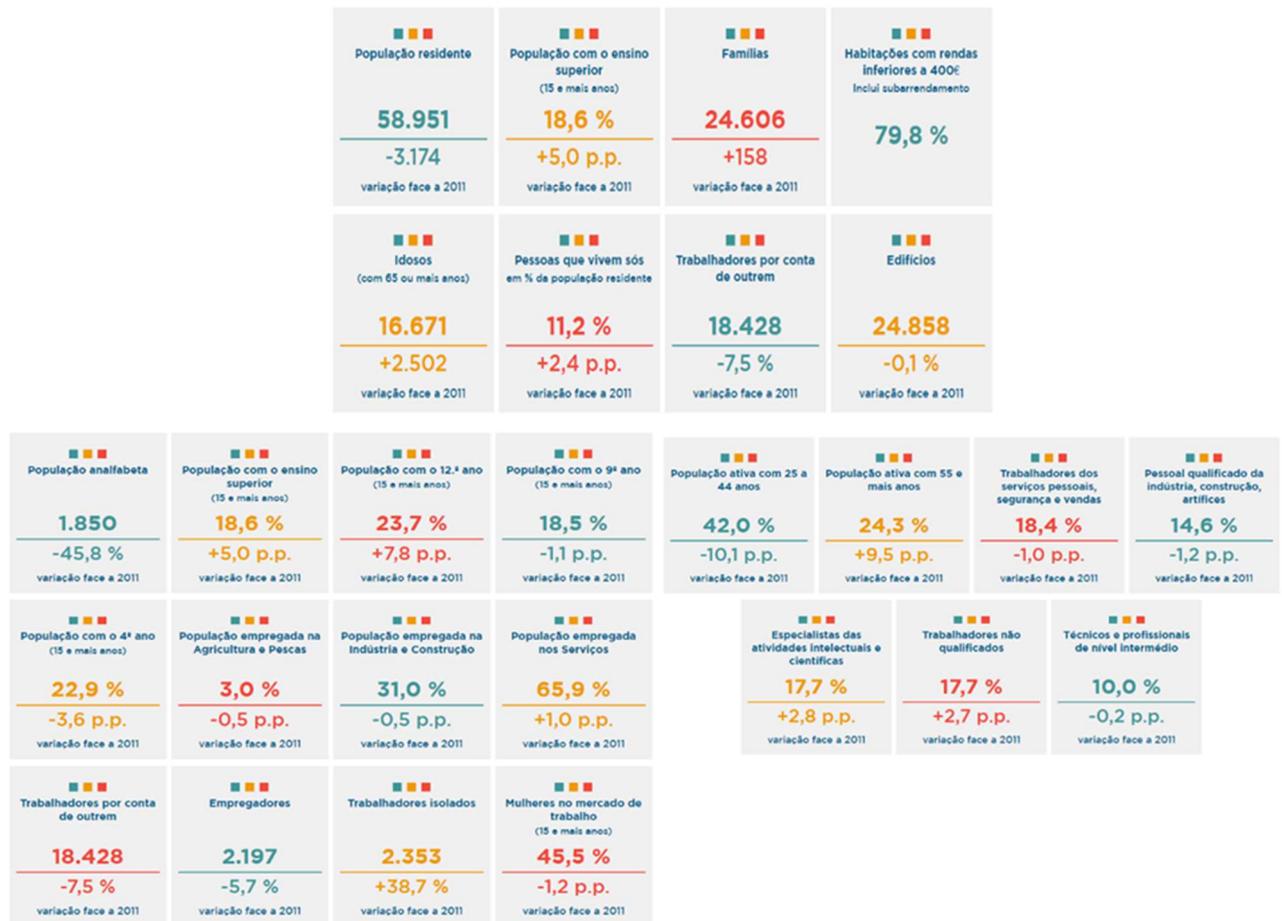


Figura 1 – Enquadramento Geográfico do Município da Figueira da Foz.

Ao nível das unidades territoriais, o Município está inserido na região Centro (NUTS II) e sub-região do Baixo Mondego (NUTS III), a nível administrativo está incluído no distrito de Coimbra e insere-se na área de atuação da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro (CCDR-C).

Dada a sua localização geográfica, o Município da Figueira da Foz possui um clima temperado com características mediterrânicas, influenciado pelo oceano Atlântico, existindo uma grande variabilidade anual das chuvas, mas as temperaturas negativas e a queda de neve são raras.



Fonte: PORTDATA (INE, 2022)

Figura 2 – Indicadores Chave | Município da Figueira da Foz.

A cidade da Figueira da Foz possui características naturais que constituem por si só, uma vantagem competitiva em relação a outros locais do País. A sua centralidade geográfica e a complementaridade de tráfegos, com as vias de distribuição rodoviárias, marítimas e ferroviárias, são um valor de localização pouco comum.

Procurando diversificar a oferta, qualificar os espaços de forma a responderem às necessidades dos diversos públicos, a autarquia tem desenvolvido intervenções que promovem igualmente a atratividade do território e diversificam a oferta turística. A criação de emprego, o poder de compra, a proximidade e a qualidade dos serviços são fatores determinantes para se conseguir a confiança e o equilíbrio necessários para que os residentes e não residentes possam tomar decisões sobre os seus projetos futuros no concelho.

O referencial estratégico de intervenção relacionado com a componente empresarial encontra-se presente no Plano Estratégico de Desenvolvimento da Figueira da Foz, cujo objetivo central é o desenvolvimento de atuações que permitam “Fortalecer a Atratividade Empresarial e Industrial da Figueira da Foz”, através do reforço da fixação de novas iniciativas empresariais decorrentes das condições preferenciais no posicionamento face aos eixos e corredores de circulação viária e do acolhimento de novas atividades económicas de apoio à logística dos grandes projetos.

O fortalecimento do empreendedorismo na Figueira da Foz, um dos objetivos estratégicos definidos pelo Município, tem passado pela implementação de um conjunto significativo de iniciativas que visam a criação de empresas, de emprego e de inovação de produtos e serviços, essenciais para o reforço socioeconómico do concelho:

- Criação do **GAI | Gabinete de Apoio ao Investidor** – um serviço gratuito de acompanhamento personalizado às empresas e empreendedores em diversas áreas de intervenção, prestado por uma equipa interna de técnicos especializados. Desde o esclarecimento das exigências legais, agilização e acompanhamento dos processos de licenciamento, aconselhamento relativo ao território e financiamentos, estabelecimento de contactos entre possíveis parceiros locais, nacionais e internacionais e divulgação permanente de informação acerca dos incentivos financeiros de apoio comunitário e PT2020 (Boletim do Investidor Mensal);
- **IEFF | Incubadora de Empresas da Figueira da Foz** - criada com o objetivo de estimular o aparecimento de novos empreendimentos de base tecnológica, industrial ou na área da economia do mar, proporcionando-lhes o ambiente e as condições adequadas para funcionamento das suas empresas;
- **MAREFOZ | Laboratório avançado do Pólo de Coimbra do MARE (Centro de Ciências do Mar e do Ambiente)** - unidade de I&D associada do Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra, visa apoiar o desenvolvimento sustentável local e regional, conduzindo investigação no domínio da avaliação e gestão de qualidade ambiental de ecossistemas aquáticos, assim como a inovação tecnológica de empresas, na área da Economia do Mar;
- **Espaços de Coworking “Mercado de Ideias” e “Quartel da Imagem”** - situados no centro da cidade, surgem com o objetivo principal de apoiar empreendedores, empresas e profissionais liberais no seu processo de desenvolvimento e consolidação de atividades que contribuam para dinamizar e diversificar a economia local, ampliar e modernizar o tecido empresarial e contribuir para a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados.
- **Existência de áreas de acolhimento empresarial e industrial**, nomeadamente o parque industrial sul que se encontra totalmente infraestruturado (gás natural, rede elétrica, rede de água potável, rede telecomunicações, saneamento e rede de incêndios). O conjunto de importantes empresas já ali instaladas, usufruem de uma centralidade e de uma densa rede de acessibilidades que lhes permite uma proximidade aos recursos e aos mercados de distribuição e consumo, adequados à tipologia de cada negócio;
- **Apoio ao Empreendedorismo nas escolas do concelho**, tem como principais objetivos, o desenvolvimento de soluções educativas e de formação em empreendedorismo, baseadas num modelo de ensino próprio e na metodologia “learning by doing”, a criação de uma cultura empreendedora, apostando no desenvolvimento de competências e na resolução de problemas e desafios e o desenvolvimento do empreendedorismo local.

O **Porto da Figueira da Foz**, estando localizado no corredor ibérico Portugal-Irún que integra a rede transeuropeia de transportes e desempenha um importante papel nas ligações de mercadorias entre a Península Ibérica e o resto da Europa (em particular, entre Castela e Leão e a Região Centro), constitui-se como um fator estratégico diferenciador da cidade. O porto apoia ainda outras atividades relevantes como a pesca, a construção naval e o turismo gerando valor para a economia.

Importa também referir que a **ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz**, uma associação com uma história centenária na Figueira da Foz, tem a sua intervenção orientada para induzir nas empresas, direta ou indiretamente, dinâmicas que permitam responder com sucesso às novas exigências dos mercados, prestando informação e serviços técnicos relacionados com a atividade empresarial, promovendo o desenvolvimento do comércio, indústria e serviços.

No que diz respeito à estrutura etária, cerca de 16% da população tem até 20 anos, 51% tem até 60 anos e 33% mais de 60 anos. Os níveis de escolaridade da população são inferiores à média nacional, uma vez que cerca de 50% tem habilitações literárias até ao 2º ciclo (a média nacional ronda os 35%), 20% tem o 3º ciclo, 16% o ensino secundário e 14% o ensino superior. A taxa de desemprego é de 6,5%.



Ambiente, economia e estruturas existentes

O concelho, para além das mais diversas infraestruturas básicas de serviços nas áreas de segurança social, saúde e educação, está dotado de um bom conjunto de infraestruturas de acessibilidades e transportes (característica dominante dos concelhos do litoral), integrando uma rede de vias de comunicação viária que é complementada pela ferrovia e pelo porto marítimo na sede de Concelho.

A Câmara Municipal, na sua estrutura orgânica possui 4 Departamentos e 14 Divisões, entre as quais a de Ambiente, da qual partiu a iniciativa da candidatura para a constituição da Rede CircularNet junto do concurso nacional da Direção Geral do Território, na Iniciativa Cidades Circulares.

Atualmente, estão implementadas parcerias e iniciativas conjuntas com a sociedade civil, relacionadas com e economia circular, no entanto, pretende-se que haja um reforço na sua concretização, nomeadamente ao nível da:

- promoção da compostagem junto das escolas do Concelho e entidades privadas, que permitirá favorecer a reincorporação de composto nos solos;
- recolha de biomassa florestal das Faixas de Gestão de Combustível e limpeza de terrenos para posterior reutilização nas centrais de biomassa existentes no Concelho, promovendo-se também a diminuição de queimas e queimadas;
- promoção da recolha gratuita de RCD's aos munícipes em obras isentas de licenciamento até 1 m³, cedendo big bags para o efeito, encaminhando para tratamento e reciclagem em operador licenciado, para ser posteriormente reincorporado em novas utilizações.

Outras entidades têm participado com o Município em diversas ações relacionadas com a economia circular, como o centro de investigação Marefouz que tem participado em alguns projetos com o Município em vertentes ambientais, bem como, operadores de tratamento e reciclagem de resíduos, como RCD's e outras fileiras de resíduos urbanos.

Desafios

O eixo Economia Urbana para a Circularidade, tema da CircularNet, é fundamental para a redução do impacto negativo da nossa ação sobre o ambiente. A exploração agressiva de recursos naturais, resultante de um consumo desenfreado, origina uma produção de resíduos incomportável para além da pressão sobre o uso de matérias-primas existentes no meio ambiente. É premente que se deixe de categorizar como resíduos e se adquira rapidamente comportamentos de uma utilização destas matérias como novas matérias-primas, novas oportunidades de geração de valor e de novos negócios. É um desafio a alteração de padrões de consumo, assim como obter uma nova visão de valor acrescentado para os resíduos produzidos, mas sem dúvida, este será um caminho a trilhar sem retorno e com o objetivo de implementação de uma economia cada vez mais circular nas nossas Cidades.

O principal desafio do projeto é a utilização eficiente no uso dos recursos traduzida numa economia de baixo carbono. O Município da Figueira da Foz propõe-se desenvolver um plano de ação focado na prevenção, redução, reutilização e reciclagem de matérias-primas, criando sinergias com empresas locais para incentivar o prolongamento do ciclo de vida dos produtos, podendo este desafio estar associado a novas oportunidades de negócio.

ENQUADRAMENTO POLÍTICO DO PROJETO

Face à política de resíduos urbanos em Portugal Continental para o período 2022 a 2030, que prevê a prevenção de resíduos, o aumento da preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização dos resíduos urbanos, a promoção da recolha seletiva de algumas tipologias de

resíduos é algo que favorecerá a prevenção de resíduos e a redução de consumo de matérias-primas primárias.

O sucesso da prevenção de resíduos depende da forma como cada um dos agentes compreende o seu papel e o nível de esforço que lhe imprime. Assim, as medidas a implementar deverão incidir sobre o produto e o consumo, e estão, portanto, a montante do contentor de recolha de resíduos, indiferenciado ou seletivo, com reforço da comunicação e sensibilização para esta nova abordagem de economia. Entende o Município da Figueira da Foz que a política de atuação deverá ser encarada por vários agentes económicos, numa perspetiva de implementar um consumo sustentável e trabalhar para a transição para uma economia circular, com os objetivos específicos de: reduzir substancialmente a produção de resíduos, reutilizar produtos e materiais pelo maior tempo possível e regenerar os sistemas naturais. Estes princípios geram impactos positivos também do ponto de vista económico, particularmente na criação de emprego. Esta é mesmo uma ambição comunitária, ou seja, pretende-se avançar rumo a uma economia circular, garantindo que os resíduos sejam assumidos como recursos.

A prevenção da produção de resíduos é, portanto, um desígnio prioritário das políticas públicas e comunitárias, assim como a sua transformação em recursos secundários de elevada qualidade, promovendo um mercado de matérias-primas secundárias robusto e eficiente para competir com o mercado de matérias-primas primárias.

Neste contexto, e no alinhamento do Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030 (PERSU 2030), aprovado pela Resolução de Conselho de Ministros nº 30/ 2023, de 24 de março que define as linhas orientadoras para Portugal Continental, dá-se uma especial importância aos Biorresíduos, fração com maior peso na composição física dos resíduos urbanos produzidos em Portugal (cerca de 39%). Assim, está previsto que até 2023 os biorresíduos sejam separados e reciclados na origem, ou recolhidos seletivamente e não misturados com outros tipos de resíduos.

Face a esta premissa, o projeto CircularNet tem como objetivo principal prevenir e reduzir a produção de resíduos, sensibilizar e aumentar as taxas de reciclagem com o objetivo de alcançar a curto/médio prazo a transição para a economia circular.

Sendo o alargamento do sistema de recolha porta-a-porta de Biorresíduos um dos grandes objetivos da política nacional, e reconhecendo que a recolha seletiva deste resíduo, conjugado com o tratamento na origem (compostagem, p.ex), tem um peso significativo para atingir os objetivos impostos, o Município da Figueira da Foz direcionou o projeto CircularNet para esta tipologia de resíduo urbano. Contudo, e porque as linhas orientadoras a nível europeu indicam que deverá ainda existir um esforço na recuperação de outros resíduos urbanos, este projeto pretende ainda debruçar-se sobre a problemática dos Resíduos de Construção e Demolição – RCD's, uma resíduo com especial interesse face à estrutura industrial existente no Município da Figueira da Foz, que assegura a sua valorização/reciclagem, transformando-o numa matéria-prima secundária.

Para efeitos do Projeto CircularNet, e tendo em consideração o definido na Lei n.º 52/2021, de 10 de agosto (que altera e republica o Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, que aprova o Regime Geral da Gestão de Resíduos), entende-se por Biorresíduos “os resíduos biodegradáveis de jardins e parques, os resíduos alimentares e de cozinha das habitações, dos escritórios, dos restaurantes, dos

grossistas, das cantinas, das unidades de catering e retalho e os resíduos similares das unidades de transformação de alimentos.

A escolha do tema Biorresíduos tem ainda enquadramento na Diretiva Quadro de Resíduos (Diretiva (UE) 2018/851, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018), que visa reforçar a política de resíduos, estabelecendo medidas de proteção do ambiente e da saúde humana, prevenindo ou reduzindo a produção de resíduos, os impactos adversos decorrentes da produção e gestão de resíduos, e reduzindo os impactos gerais da utilização dos recursos e melhorando a eficiência dessa utilização, medidas essas que são fundamentais para a transição para uma economia circular e para garantir a competitividade da União a longo prazo (cf. Artigo 1º).

Importa ainda sobre esta matéria fazer referência ao relatório final apresentado no âmbito de um contrato celebrado com a Agência Portuguesa do Ambiente, que teve por objeto a elaboração de um Estudo Prévio para a recolha seletiva em Portugal Continental, incidindo em especial no fluxo dos biorresíduos, sendo que este Estudo suporta o mapeamento dos locais, a nível nacional, com potencial técnico e económico de implementação desse tipo de recolha (Estudo Prévio de Biorresíduos 2019).

A valorização dos Biorresíduos e consequentemente a aplicação de um FER (Fim de Estatuto de Resíduo) pode ser obtida através da produção de um composto, que para admissão em mercado de matéria fertilizante como produto é necessário que cumpra os parâmetros e critérios estabelecidos no Decreto-Lei nº 103/2015, de 15 de junho (alterado pelo Decreto-Lei nº 9/2021, de 29 de janeiro), e esteja inscrito no registo Nacional de matérias fertilizantes não harmonizadas.

A Diretiva 2018/851 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 30 de maio de 2018, que visa aumentar a valorização dos resíduos e reduzir a sua deposição em aterro, indica a seguinte meta para os biorresíduos:

- Até 31 de dezembro de 2023, os Biorresíduos são separados e reciclados na origem, ou são recolhidos seletivamente e não são misturados com outros tipos de resíduos.

Esta Diretiva cria uma maior pressão na recolha seletiva dos Biorresíduos, que representam, como já referido, uma fração significativa dos resíduos urbanos em Portugal.

Os sistemas de recolha de biorresíduos podem ser implementados em sistemas de recolha conjunta ou separada, ou seja, recolha de resíduos verdes e/ou resíduos alimentares. Estes modelos são normalmente classificados como sistemas de recolha porta-a-porta ou sistema de deposição em contentor de proximidade:

- Porta-a-porta: a recolha de resíduos é efetuada junto das habitações ou estabelecimentos comerciais contribuindo para maior quantidade de biorresíduos recolhidos, menor grau de contaminação, menos espaço ocupado na via pública, horário mais restrito, e ainda a possibilidade de um controlo direto da qualidade a recolher (Gomes e Silveira, 2014);

- Deposição em contentor de proximidade: a deposição de resíduos é feita em equipamentos de proximidade, situados na via pública, em pontos fixos e normalmente em zonas de fácil acesso o que,

normalmente, promove uma quantidade de biorresíduos recolhida variável, maior contaminação, menor responsabilização/envolvimento do cidadão, horário mais flexível, e ainda que o controlo da qualidade é feito indiretamente (Gomes e Silveira, 2014).

A escolha pelas autarquias de um dos sistemas tem de assentar em algumas informações, tais como os fatores sociais, a população que faz a separação na fonte, influências culturais, tipologia dos edifícios, seleção de equipamentos de deposição e possíveis constrangimentos que ponham em causa o sucesso da recolha seletiva. Mas sem dúvida que o caminho inicial nesta temática será a da sua prevenção e separação, previamente à sua introdução no sistema de recolha que representa custos cada vez mais elevados para os Municípios.

Políticas, Estratégias e Projetos relevantes do Município

O Município apresenta uma estratégia e/ou plano de ação relacionada com a circularidade da economia a nível nacional: a Implementação de Projeto de Recolha seletiva de Biorresíduos no Município da Figueira da Foz, incidindo na recolha seletiva de resíduos orgânicos domésticos para produção de composto, em áreas de maior densidade populacional, nomeadamente em freguesias como Buarcos/S. Julião, Tavarede, S. Pedro e Vila Verde.

Existem ainda um conjunto de iniciativas/projetos no município, tais como:

1. Biorresíduos: Aproveitamento de resíduos lenhosos provenientes da limpeza de terrenos e manutenção de espaços verdes, para posterior produção energética;
2. Desperdício alimentar: combate ao desperdício alimentar com incentivo à compostagem doméstica; colaboração com Associação de apoio social que distribui por famílias carenciadas todas as quebras de alimentos recolhidas em supermercados locais;
3. Comparticipação na aquisição de compostores domésticos;
4. RCD`s: reincorporação de materiais em obra, reduzindo a utilização de matérias-primas; promoção da recolha de pequenas quantidades ao domicílio (obras isentas de licenciamento) com posterior encaminhamento para reciclagem;
5. Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas;
6. FigueiraSea – Sustainable Expo Alliance: exposição vocacionada para o Mar e para a Sustentabilidade, onde as empresas e as organizações têm um palco de excelência para mostrar as suas boas práticas nesta matéria, com o intuito de fomentar a Economia Circular no Concelho;
7. Compras Públicas Ecológicas: Implementar nos processos as Compras Públicas Ecológicas e Circulares;
8. Recolha Seletiva: Recolha porta-a-porta de recicláveis em comércio e serviços e em habitações na zona histórica de Buarcos.

Alinhamento com o ODS 12

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, adotada por todos os Estados-Membros das Nações Unidas em 2015, define as prioridades e aspirações para um desenvolvimento sustentável global para 2030, procurando mobilizar esforços globais para atingir um conjunto de metas de sustentabilidade e comuns. Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) são 17 e representam um conjunto de ações concertadas e numa parceria global entre todos os países, desenvolvidos ou em desenvolvimento, para a sustentabilidade.

A CircularNet decidiu trabalhar no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12): Produção e Consumo sustentáveis, por melhor se enquadrar nos seus próprios objetivos e escolheu os seguintes indicadores após a discussão entre as cidades da Rede:

12.3 até 2030 reduzir para metade o desperdício alimentar global per capita ao nível do retalho e do consumo e ainda reduzir as perdas alimentares ao longo dos processos produtivos e das cadeias de distribuição;

12.5 até 2030 reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização (abordagem baseada no ciclo de vida dos produtos e na sua reciclagem e reutilização);

12.7 Promover regras de contratação pública sustentáveis

12.8 até 2030 assegurar que a informação relevante é amplamente divulgada e a consciencialização para o desenvolvimento sustentável aumentada;

PROCESSO DE DESENVOLVIMENTO DO PLANO DE AÇÃO

CONCEITO e ABORDAGEM METODOLÓGICA

O desenvolvimento do presente Plano teve como base os seguintes **objetivos da Rede CircularNet**, nomeadamente:

- Desenhar um Plano Local de Ação Integrada (PLAI), para cada cidade parceira no âmbito do Economia Urbana para a Circularidade incorporando políticas e boas práticas de cada uma das cidades parceiras, integrando princípios de desenvolvimento sustentável.
- Aumentar o número e o impacto de iniciativas relacionadas com a reciclagem e recolha de resíduos, produção através de processos circulares e desenvolvimento de novos padrões de consumo.

- Promover estruturas que aumentem a participação e cooperação entre atores nos processos locais da economia urbana para a circularidade.
- Otimizar a transferência, partilha de conhecimentos e de experiências através de uma rede de cidades associadas no projeto.
- Promover ferramentas digitais nos diversos elementos da economia urbana como as de otimização, monitorização e avaliação das iniciativas.

Metodologia

A metodologia utilizada na implementação de rede CircularNet, teve como base o URBACT - programa para o desenvolvimento urbano integrado sustentável. É um programa de Cooperação Territorial Europeia que há cerca de 15 anos que visa promover o desenvolvimento urbano sustentável das cidades Europeias, através da partilha de conhecimentos e aprendizagem coletiva, numa abordagem de conteúdos “*bottom-up*” em vez do típico “*top-down*” implementado pelas entidades publicas. É constituído em cada cidade um grupo de trabalho, denominado por Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL) que permita uma visão diferenciadora e multiperspectiva dos temas a debater. A metodologia URBACT consagra então os seguintes pilares:

- O **processo de coprodução** de novas políticas urbanas, através da cocriação em cada cidade do Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL), composto por agentes locais relevantes para o tema em questão. Cada parceiro de uma rede cria e gere um GPAL composto por representantes das diversas partes interessadas, garantindo a integração horizontal e vertical necessários ao processo de cocriação do PLAI;
- Um processo de **aprendizagem mútua** baseado na partilha de experiências entre cidades através de atividades interurbanas organizadas segundo uma sequência lógica de momentos de intercâmbio e aprendizagem interpares que sustentam as atividades de coprodução dos PLAI dos parceiros a nível local. As reuniões de intercâmbio aconteceram de forma regular e presencial, organizadas de forma rotativa em cada uma das cidades membro;
- **Comunicação intra e inter-urbana** sobre políticas de desenvolvimento urbano mais eficaz e mais participativa.

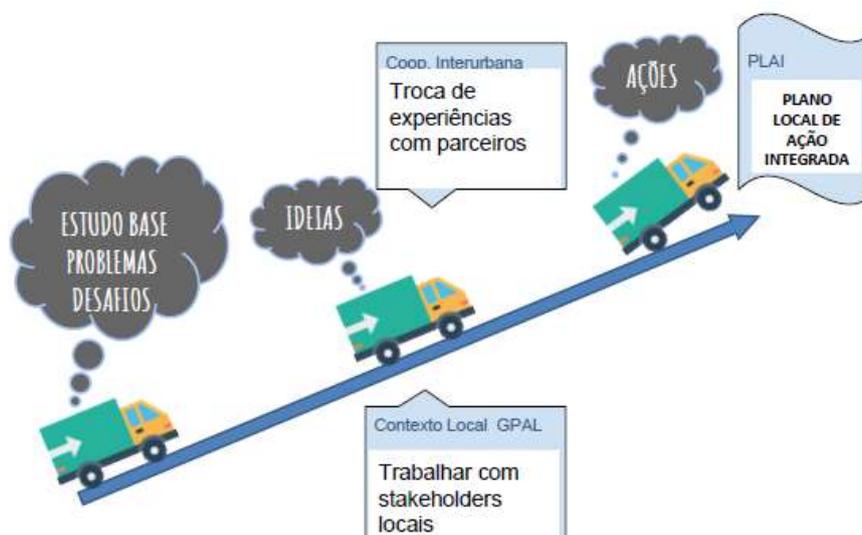


Figura 3 – Fases de desenvolvimento do PLAI

- A **comunicação**, atividade fundamental da rede, operacionalizou-se através de várias ferramentas de atividades (relatórios temáticos, artigos com referência a boas práticas, entre outras) e de diferentes níveis de cooperação:

- A **cooperação interurbana** – onde foi efetuado um trabalho de articulação entre o parceiro líder e as restantes cidades parceiras no sentido de promover as atividades de intercâmbio a nível interurbano, garantindo um alto nível de partilha de boas práticas, aprendizagem mútua e transferência de conhecimento. Esta operação foi ainda apoiada pelo perito da rede, que prestou a assistência técnica a cada uma das cidades da parceria na organização de atividades interurbanas das redes, assim como moderou as sessões durante as reuniões e workshops realizados. As reuniões Interurbanas ocorreram entre março de 2022 e junho de 2023:

- Vila Nova de Famalicão – 30 e 31 de março de 2022
- Praia da Vitória – 7, 8 e 9 de junho de 2022
- Arcos de Valdevez – 20 e 21 de setembro de 2022
- Tavira – 12 e 13 de dezembro de 2022
- Monforte – 7 e 8 de fevereiro de 2023
- Moura – 28 e 29 de março de 2023
- Guarda – 3 e 4 de maio de 2023
- Figueira da Foz – 6 e 7 de junho de 2023

Importa destacar que as reuniões interurbanas foram de extrema importância, quer pelos conteúdos apresentados e pela pertinência dos mesmos, quer pela forma como foram dinamizadas e conduzidas. Tal contribuiu fortemente para a consolidação das relações entre os parceiros o que, seguramente, facilitou a transmissão de conhecimento e a partilha de experiências.

- a **integração horizontal** - visou criar um debate aprofundado sobre o foco principal do projeto, contextualizando o(s) desafio(s) de política para a transição de uma economia linear para uma economia circular que a rede pretende abordar de forma transversal aos diferentes departamentos e áreas do Município. De destacar que a equipa interna do Município da Figueira da Foz integrou técnicos de diferentes departamentos, nomeadamente: Departamento de Ambiente e Obras Municipais, Departamento de Planeamento e Urbanismo, Divisão de Ciência, Inovação e Desenvolvimento Económico, Gabinete Técnico Florestal e Gabinete de Tecnologias de Informação e Comunicação.

- a **integração vertical** – visou o apoio da cooperação entre o Município, cidadãos e agentes locais para o desenvolvimento dos trabalhos do GPAL e outras entidades como a CCDR-C e a CIM.



Figura 4 – Níveis de cooperação para a construção do PLAI

Para a constituição do GPAL, a Câmara Municipal da Figueira da Foz convidou parceiros do Município, de diferentes setores de atividade, com a visão de se promover ações de cooperação e aprendizagem coletiva, que permitam encontrar soluções capazes de reforçar e implementar uma economia mais circular. Deste modo, este grupo com os seus conhecimentos das diferentes áreas de produção e serviços, constituiu-se como uma mais-valia e com capacidade de promover sinergias na Rede.

Importa realçar que, no caso da Figueira da Foz, foi um grupo muito motivado para o tema, proativo, participativo e enriquecedor na sua partilha e visão dos temas da CircularNet.

Esse grupo teve a particularidade de ser dinâmico, pelo que, ao longo do período de implementação para a elaboração do PLAI, foram sendo incluídos novos membros no GPAL, como foi o caso da integração da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro.

Instituições Públicas	Empresas e Associações	Académica
Câmara Municipal	Grupo Altri, SA	Marefoz (Universidade de Coimbra)
CCDRC	IEFF–Incubadora de Empresas da Figueira da Foz	
	RCD`s-Resíduos de Construção e Demolição, SA	
	United Resins- Produção de Resinas, SA	
	EFP- Empresa Figueirense de Pescas, Lda	
	Grupo Lusiaves, SA	
	Grupo Auchan, SA	
	Microplásticos, SA	

	Cliper Ceramica, SA	
	Alfarroxo Trading, Lda,	
	Maltha Glass Recycling Portugal	
	Gintegral, Gestão Ambiental, SA	
	SS Bioenergias, SA	
	The Navigator Company	
	ACIFF – Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz	

Para a construção do presente Plano Local de Ação Integrado foi fundamental a realização dos Workshops com o GPAL. A metodologia iniciou-se com a fase de diagnóstico (a construção da Árvore de Problemas), tendo sido explicado ao GPAL a importância desta ferramenta, muito útil para entender a problemática central a ser resolvida, quais as causas e as consequências dos problemas identificados. De seguida foram priorizados 4 principais problemas associados a cada um dos Temas definidos, tendo posteriormente sido construída uma árvore de problemas para cada um dos problemas identificados.

As reuniões com o GPAL envolveram ainda sessões de análise e discussão para a construção dos objetivos gerais e específicos referentes a cada um dos temas definidos, Posteriormente, sempre em conjunto com o GPAL, foram definidas as medidas/ações a integrar no PLAI, para cada um dos temas definidos.

O Município da Figueira da Foz realizou um conjunto de 8 Workshops participativos com o seu GPAL, durante a implementação da fase 2, todos em formato presencial e com um nível de adesão significativo. Algumas imagens dos workshops Grupo de Ação Local, na partilha de conhecimentos e preparação e debate dos eixos e ações do presente Plano:





Os Workshops realizados com o GPAL decorreram de forma interativa e participativa, pelo que o Município pôde contar com a colaboração dos participantes para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, sendo que o seu envolvimento em todo este processo permitiu enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

A participação ativa e consciente de todos os agentes municipais e diferentes *stakeholders* foi fundamental para a construção de um PLAI realista relativamente à mudança que se pretende implementar, no Município, adequado aos desafios atuais permitindo servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo, sendo este um ponto-chave para que todos os envolvidos se revejam no Plano a implementar.

Convém ainda referir que na construção do presente Plano, foi realizada uma visita externa a um exemplo internacional de Prevenção de produção de biorresíduos. A visita foi realizada a Mouans Sartoux, um concelho francês próximo de Nice, onde foi possível o contacto e conhecimento próximo com a política municipal integrada de uma cadeia de fornecimento e confeção de refeições escolares, suportadas numa agricultura biológica, com cadeias curtas de transporte.

VISÃO & FOCO

VISÃO – TRANSFORMAÇÃO DA CIDADE NOS PRÓXIMOS 5 ANOS

O PLAI tem como visão posicionar a Figueira da Foz como um município capaz de dar resposta aos desafios atuais e futuros, resiliente, mobilizador da sua comunidade, competitivo e que se rege pelos princípios da sustentabilidade e da economia circular.

O PLAI da Figueira da Foz pretende contribuir como instrumento de integração e gestão das políticas, instrumentos da cidade em matéria de economia circular, promovendo um modelo económico reorganizado, através da coordenação dos sistemas de produção e consumo em circuitos fechados.

Uma sociedade assente numa economia circular, que conserva recursos no seu valor económico mais elevado é igualmente criadora de emprego mais qualificado, de riqueza mais sustentada e de bem-estar mais partilhado.

Num futuro próximo, ao implementar os eixos identificados anteriormente, a Figueira da Foz compete para um propósito global conquistando, nestas áreas temáticas, a integração de sustentabilidade ambiental e crescimento económico, perspetivando-se também uma mudança de atitudes, comportamentos e expectativa dos cidadãos, motivadas pela aspiração ao bem-estar e desenvolvimento sustentável.

FOCO – ÁREAS DE PRIORIDADE SELECIONADAS COM O GPAL

Transformar a Figueira da Foz numa "cidade circular" até 2030 é o foco da estratégia autárquica. Na senda do caminho da sustentabilidade e do alcance dos ODS ganham relevo as linhas orientadoras relacionadas com o consumo e produção sustentáveis, a gestão e reciclagem de resíduos e as cidades.

A gestão eficiente dos recursos naturais e os processos de gestão dos resíduos são alvos importantes para atingir esses princípios orientadores, contribuindo assim para o combate às alterações climáticas e para a promoção dos ecossistemas terrestres e da sua biodiversidade.

O consumo e a produção sustentáveis requerem uma abordagem integrada e uma cooperação entre os diferentes agentes envolvidos na cadeia de distribuição, desde o produtor até ao consumidor final. Considerando ser um processo transversal à sociedade, multisetorial e cultural, o Município criou as condições para o envolvimento pleno dos múltiplos atores da mudança, desde empresas a universidades, centros tecnológicos e de investigação e cidadãos em geral.

Resultado da dinamização de diversas reuniões com o GPAL, foram identificadas claramente as necessidades do Município, tendo em conta os imperativos legais, bem como as singularidades do território e dinâmicas do concelho. Assim, no seguimento dos trabalhos desenvolvidos e tendo em consideração as temáticas mais desafiadoras que se aproximam, o Município da Figueira da Foz definiu as seguintes áreas prioritárias de intervenção:

▪ EIXO 1 – BIORRESÍDUOS ALIMENTARES

A prevenção e valorização de biorresíduos têm um importante papel no fecho dos ciclos de nutrientes, na preservação da biodiversidade, na redução das emissões antropogénicas de gases de efeito de estufa (GEE) e na materialização de uma bioeconomia sustentável. A recolha dedicada de biorresíduos e a sua valorização será um dos mais exigentes e importantes passos, em matéria de gestão de resíduos, dos últimos tempos.

Pretende-se, paralelamente, implementar uma estratégia de sensibilização e de educação ambiental em prol do desenvolvimento e implementação de soluções circulares.

▪ EIXO 2 – BIOMASSA FLORESTAL

O Município tem sido confrontado, ao longo dos anos, com a dificuldade que os proprietários florestais enfrentam relativamente ao tratamento e encaminhamento da biomassa florestal resultante da

gestão efetuada nas suas explorações. A biomassa florestal pode substituir quase todos os produtos derivados dos recursos fósseis e o seu potencial de utilização abrange diferentes sectores de atividade. É importante, por isso, utilizar de modo eficaz estes recursos, através de uma nova cadeia de valor que começa com a gestão adequada da floresta e prossegue com a recolha dos sobrantes que dela resultam e a sua transformação através de processos mais eficientes com valor acrescentado. Além do valor intrínseco deste processo, a sua utilização ajuda a reduzir as emissões de carbono e a diminuir a acumulação excessiva de resíduos de biomassa que contribui para o risco de incêndio. Permite também criar rendimentos adicionais nos sectores agrícola e florestal, gerando novas fontes de retorno para quem a eles se dedica.

▪ **EIXO 3 – RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLIÇÃO**

O Município tem um projeto implementado de apoio ao tratamento de RCD's para reaproveitamento dos materiais, após submetidos ao tratamento por operador especializado e licenciado. A problemática dos RCD's, advém essencialmente das deposições clandestinas, exigindo uma atuação em diversas frentes, desde o licenciamento de obras particulares e obras públicas por empreitada até à produção dos privados resultado de obras que não carecem de licenciamento urbanístico. Pretende-se nesta área de intervenção definir procedimentos e implementar um fluxo de gestão dos resíduos que permita a sua valorização.

2. Plano de Ação

PROPOSTA DE VALOR

A implementação do PLAI e, mais concretamente, a execução dos 3 eixos definidos, irá contribuir decisivamente para a promoção de uma economia mais circular no Município da Figueira da Foz, nomeadamente nos eixos dos seguintes objetivos gerais:

- Eixo 1 - Biorresíduos Alimentares:

- Promover ações de sensibilização destinadas à comunidade escolar e à comunidade em geral
- Promover ações de sensibilização nas cantinas das unidades industriais
- Reduzir o desperdício alimentar através da transformação dos biorresíduos em composto que possa ser utilizado diretamente pelo produtor
- Reduzir o desperdício alimentar através da criação de um programa de combate ao desperdício alimentar
- Criar um espaço municipal destinado à agricultura biológica, promover a qualidade das refeições servidas a cada criança (no contexto escolar), refletindo-se na saúde e bem-estar, e promover consumo e hábitos alimentares saudáveis, através de ações de sensibilização

- Eixo 2 – Biomassa Florestal:

- Sensibilizar os diferentes públicos-alvo para a importância da gestão da biomassa florestal ao nível ambiental, social e económico
- Elaborar um Estudo Prévio que contenha todas as especificidades necessárias para a instalação dos centros de recolha
- Definir o formato do Modelo de Gestão pretendido e criar sinergias com todos os intervenientes do setor
- Desenvolver Planos de Formação para divulgar o Modelo de Gestão que se pretende implementar no Município
- Divulgar o quadro de financiamento para o acesso a instrumentos específicos de criação de empresas especializadas no setor, com mão-de-obra especializada
- Promover a partilha de informação associada à Biomassa Florestal e motivar os produtores/consumidores para uma boa gestão da biomassa florestal, dando a conhecer a legislação, conceitos técnicos e outra informação relevante

- Eixo 3 – Resíduos de Construção e Demolição:

- Sensibilizar e formar a comunidade sobre gestão de RCD's
- Formar e capacitar a comunidade escolar do ensino Secundário e Profissional sobre gestão de RCD's
- Diminuição da pegada de carbono com a criação de circuitos curtos de transporte de RCD
- Garantir que os RCD são devidamente encaminhados para destino final adequado
- Incorporação de RCD's, de acordo com o Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro de pelo menos, 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação da empreitada e construção e da manutenção de infraestruturas ao abrigo do código de contratos públicos.

AÇÕES

Eixo 1 - Biorresíduos Alimentares

Ação 1 – Ações de Sensibilização (destinadas à comunidade escolar e comunidade em geral)

Descrição da Ação:	<u>Implementação de ações de sensibilização com vista a incrementar o conhecimento relativo à separação seletiva de resíduos, ao seu tratamento e valorização</u> <u>Biorresíduos Alimentares:</u> Até 31 de dezembro de 2023, os biorresíduos deverão ser separados e reciclados na origem, ou recolhidos seletivamente e não misturados com outros tipos de resíduos. Os sistemas de recolha de biorresíduos podem ser implementados através de sistemas de recolha porta-a-porta ou sistema de deposição em contentores coletivos de proximidade.
Objetivos:	Promover ações de sensibilização destinadas à comunidade escolar e à comunidade em geral
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de biorresíduos alimentares)
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	- Agrupamentos de Escolas Figueira Norte (EB 2/3 Pintor Mário Augusto e ES Cristina Torres), Agrupamento de Escolas Figueira Mar (EB 2/3 Infante D. Pedro e ES Dr. Bernardim Machado), Agrupamento de Escolas do Paião, Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira, Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho e Instituto Tecnológico da Figueira da Foz / Escola Profissional da Figueira da Foz. - 14 Juntas de Freguesia
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	Folhetos informativos, contrato com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€

Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão e/ou resistência à separação			
Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A1.1 Ação de sensibilização destinada à comunidade escolar	Motivar a comunidade escolar para a separação seletiva dos biorresíduos	12 meses - Ano lectivo: 2023/2024	Sensibilizada a comunidade escolar inserida no agrupamento	- N.º de participantes no Workshop: média superior a 15 - N.º de Workshops realizados: mais de 15
A1.2 Ação de sensibilização destinada à comunidade em geral	Motivar a comunidade em geral para a separação seletiva dos biorresíduos	12 meses - Ano 2024	Sensibilizadas as 14 freguesias	- N.º de participantes no Workshop: média superior a 10 - N.º de Workshops realizados: 1 por cada Freguesia

Ação 2 – Ações de Sensibilização (cantinas das unidades industriais)

Descrição da Ação:	<p><u>Implementação de ações de sensibilização com vista a incrementar o conhecimento relativo à separação seletiva de resíduos, ao seu tratamento e valorização</u></p> <p>De acordo com o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 102/2020, de 10 de dezembro (na sua atual redação) <i>“1 — No caso dos biorresíduos provenientes de atividades da restauração e industrial, os seus produtores devem separá-los na origem, sem os misturar com outros resíduos, de acordo com o seguinte cronograma:</i> <i>a) Até 31 de dezembro de 2022, no caso de entidades que produzam mais de 25 t/ano de biorresíduos;</i> <i>b) Até 31 de dezembro de 2023, nos restantes casos”.</i></p>
Objetivos:	<p>Promover ações de sensibilização nas cantinas das unidades industriais/empresariais</p>
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	<p>Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de biorresíduos alimentares)</p>
Entidade responsável pela coordenação da ação:	<p>Associação Comercial e Industrial da Figueira da Foz</p>
Parceiros locais a envolver:	<p>Empresas, unidades industriais e entidades responsáveis pelas cantinas das unidades industriais, nomeadamente os do Grupo de Planeamento e Ação Local</p>
Tempo necessário para implementação:	<p>12 meses</p>
Investimento total:	<p>Folhetos informativos, prestação de serviços com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€</p>
Potenciais riscos à implementação:	<p>Falta de adesão e/ou resistência à separação de biorresíduos</p>

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A2.1 Ação de sensibilização nas cantinas das unidades industriais	<ul style="list-style-type: none"> - Sensibilizar as entidades responsáveis pelas cantinas das unidades industriais (no âmbito da prevenção da produção e destino final dos biorresíduos) - Criação de protocolos de colaboração com as empresas que gerem as cantinas 	12 meses - Ano 2024	Abranger cantinas com confeção de refeições ou área dedicada para usufruto dos trabalhadores	<ul style="list-style-type: none"> - N.º de entidades aderentes/participantes em workshop: pelo menos 10 entidades

Ação 3 – Aquisição e distribuição de compostores domésticos à comunidade

Descrição da Ação:	O Município da Figueira da Foz prevê a aquisição de compostores domésticos. para implementar em residências unifamiliares, dentro e fora da zona urbana. Em termos comunicacionais e de divulgação da medida, pretende-se utilizar os meios institucionais do Município, como o <i>site</i> , redes sociais e a disponibilização de técnicos municipais para junto da população e nas sedes das Juntas de Freguesia.
Objetivos:	Reduzir o desperdício alimentar através da transformação dos biorresíduos em composto que possa ser utilizado diretamente pelo seu produtor
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de biorresíduos alimentares)
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	Aquisição de compostores – 40.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão e/ou resistência à separação

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A3.1. Aquisição de compostores	Dotar o município da Figueira da Foz com compostores para que sejam oferecidos aos residentes	4 meses	Atingir as metas definidas no Regime Geral de Gestão de Resíduos desviando os biorresíduos do sistema de recolha e tratamento	Nº de compostores adquiridos: igual ou superior a 450
A3.2. Distribuição de compostores	Dotar os munícipes de compostores que possibilitem a separação e reciclagem na origem dos biorresíduos, através da compostagem doméstica	12 meses	Atingir as metas definidas no Regime Geral de Gestão de Resíduos, separação na origem e prevenção na produção de biorresíduos; diminuir a recolha de biorresíduos para tratamento em alta	Nº de compostores entregues à comunidade: igual ou superior a 450

Ação 4 – Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar

Descrição da Ação:	<p>De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura, todos os anos são desperdiçados 1,3 mil milhões de toneladas de alimentos em todo o mundo, o que equivale a um terço de todos os alimentos produzidos. Para além das consequências mais imediatas, relacionadas com a fome e a pobreza, o desperdício alimentar contribui igualmente para o aumento das emissões globais de carbono, sendo o setor agroalimentar responsável por um quarto destas. Tudo isto torna premente a adoção de medidas efetivas, globais e transversais a vários setores como resposta a este problema.</p> <p>De acordo com o artigo 23.º do Decreto-Lei n.º 102/2020, de 10 de dezembro (na sua atual redação): <i>“1 - Os estabelecimentos de restauração com produção de biorresíduos superior a 12 t/ano adotam, até 31 de dezembro de 2023, medidas para combater o desperdício de alimentos.</i> <i>2 - As indústrias agroalimentares, empresas de catering, supermercados e hipermercados que empreguem mais de 10 pessoas adotam, até 31 de dezembro de 2023, medidas para combater o desperdício de alimentos”.</i></p>
Objetivos:	<p>Reduzir o desperdício alimentar através da criação de um programa de combate ao desperdício alimentar</p>
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	<p>Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de biorresíduos alimentares)</p>
Entidade responsável pela coordenação da ação:	<p>Município da Figueira da Foz</p>
Parceiros locais a envolver:	<p>Empresas (nomeadamente da área da restauração), unidades industriais e entidades responsáveis pelas cantinas das unidades industriais</p>
Tempo necessário para implementação:	<p>18 meses</p>
Investimento total:	<p>Folhetos informativos, meios de recolha (equipamento e viatura), eventual contrato com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 80.000 €</p>
Potenciais riscos à implementação:	<p>Falta de adesão e/ou resistência à separação</p>

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A4.1. Avaliação do desperdício alimentar - quantificar os fluxos de massa de desperdício alimentar atualmente produzidos no município, nas várias fases da cadeia alimentar (tipo, quantidade e qualidade)	Desenvolver diagnóstico inicial do município relativamente ao desperdício alimentar	12 meses	Diagnóstico realizado e quantificado o desperdício alimentar produzido	- N.º de empresas participantes no diagnóstico, mais que 20 entidades
A4.2. Desenvolver um estudo para contabilizar os custos globais da implementação de um serviço de gestão do desperdício alimentar	- Avaliar os custos globais da implementação de um serviço de gestão do desperdício alimentar - Verificar a viabilidade técnica e económica da implementação de um Serviço de gestão do desperdício alimentar	6 meses	Realizar o custo de implementação, contabilizar os custos globais	Indicação dos custos globais Estudo de análise de benefício realizado
A4.3. Doação de alimentos a IPSS ou outras instituições	Estabelecer acordos de doação de alimentos com IPSS ou outras instituições	6 meses	N.º de acordos estabelecidos	- % de instituições aderentes: mais que 10

Ação 5 – Projeto piloto de alimentação sustentável nas escolas

Descrição da Ação:	Criação de espaço municipal para cultivo de alimentos biológicos (frutos e hortícolas) com encaminhamento dos produtos alimentares para as escolas do 1.º ciclo do ensino básico, de forma que os produtos produzidos sejam integrados nas refeições escolares. Este espaço seria visitado regularmente pelas escolas, de forma a manter-se um contacto direto com o processo de cultivo, tendo como base as técnicas da agricultura biológica, fazendo parte integrante de atividades inseridas no programa escolar. As ementas são elaboradas tendo em conta o equilíbrio nutricional, privilegiando os alimentos sazonais, assim como os pratos tradicionais locais. Serão ainda desenvolvidos programas de consumo e hábitos de alimentação saudáveis
Objetivos:	<ul style="list-style-type: none"> - Criar um espaço municipal destinado à agricultura biológica - Promover a qualidade das refeições servidas a cada criança, refletindo-se na sua saúde e bem-estar - Promover consumo e hábitos alimentares saudáveis, através de ações de sensibilização
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Agrupamento de Escolas do Município
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	50.000 €
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão, regulamentação

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A5.1. Criação de uma Horta para produção biológica de alimentos, adaptada às necessidades das refeições escolares (1.º ciclo do ensino básico)	Reduzir o impacte ambiental que o transporte de alimentos origina, nomeadamente ao nível das emissões de GEE Proporcionar uma alimentação de qualidade superior à comunidade escolar	12 meses	Horta biológica em funcionamento	Quantidade de produtos alimentares, por tipo de alimento, produzida por ano (Kg)
A5.2. Visitas das Escolas à Horta municipal	Facultar à comunidade escolar conhecimentos relativos ao modo de produção biológica	12 meses	Comunidade escolar mais esclarecida quanto ao cultivo de alimentos provenientes da agricultura biológica	N.º de visitas: mais que 10
A5.3. Acompanhamento das refeições por animadores com funções pedagógicas, em permanência	- Sensibilizar a comunidade escolar, promovendo e valorizando os produtos endógenos provenientes da agricultura biológica	-	Comunidade escolar sensibilizada para a temática da alimentação sustentável e biológica, com diminuição de produção de biorresíduos	N.º de crianças abrangidas pelo projeto piloto

Eixo 2 - Biomassa Florestal

Ação 1 – Ações de Sensibilização

Descrição da Ação:	Implementação de ações de sensibilização com vista a incrementar o conhecimento relativo à gestão da biomassa florestal, ao seu tratamento e valorização
Objetivos:	Sensibilizar os diferentes públicos-alvo para a importância da gestão da biomassa florestal ao nível ambiental, social e económico.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de resíduos verdes) / Gabinete Técnico Florestal (Plano de Gestão de Combustível).
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Parceiros GPAL do sector
Parceiros locais a envolver:	- Agrupamento de Escolas Figueira Norte (EB 2/3 Pintor Mário Augusto e ES Cristina Torres), Agrupamento de Escolas Figueira Mar (EB 2/3 Infante D. Pedro e ES Dr. Bernardim Machado), Agrupamento de Escolas do Paião, Agrupamento de Escolas da Zona Urbana da Figueira, Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho e Instituto Tecnológico da Figueira da Foz / Escola Profissional da Figueira da Foz. - Juntas de Freguesias / GPAL / Associações de Produtores Florestais
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	Folhetos informativos, contrato com empresa especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão e/ou resistência à implementação de comportamentos sustentáveis

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A1.1 Ação de sensibilização destinada à comunidade escolar	Motivar a comunidade escolar para a mais valia da gestão adequada de biomassa florestal	12 meses - Ano lectivo: 2023/2024	Sensibilizada a comunidade escolar inserido no agrupamento do Paião	- N.º de participantes no Workshop, media superior a 15 participantes - N.º de Workshops realizados, mais que 10
A1.2 Ação de sensibilização destinada à comunidade em geral	Motivar a comunidade em geral para a gestão adequada da biomassa florestal	12 meses - Ano 2024	Sensibilizadas as 14 freguesias	- N.º de participantes no Workshop, média superior a 10, cumpre - N.º de Workshops realizados, pelo menos 1 por Freguesia
A1.3 Ações de sensibilização destinadas aos proprietários e empresas do setor florestal	Motivar os proprietários e empresas do setor florestal	12 meses	Sensibilizados os proprietários e empresas do setor florestal	- N.º de participantes no Workshop: mais de 20 participantes
A1.4 Ações de sensibilização aproveitando o BUPI	Motivar os proprietários que detém terrenos	12 meses	Sensibilizados os proprietários	- N.º de sensibilizações nos atendimentos no BUPI: mais que 100 por mês

Ação 2 – Estudo Prévio para a instalação dos centros de recolha e requisitos a cumprir

Descrição da Ação:	Estudo Prévio para a instalação dos centros de recolha e requisitos a cumprir
Objetivos:	Elaborar um Estudo Prévio que contenha todas as especificidades necessárias para a instalação dos centros de recolha
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de resíduos verdes) / Gabinete Técnico Florestal (Plano de Gestão de Combustível).
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia / empresas do setor/ GPAL / Navigator / CELBI
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	Estudo dos locais, definição de maquinaria - 150.000 €
Potenciais riscos à implementação:	Não adesão dos proprietários/empresas

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A2.1. Execução de um Estudo Prévio que inclua o levantamento dos locais disponíveis tendo em consideração a localização da matéria-prima disponível e requisitos a cumprir	<p>Estudo prévio deverá incluir:</p> <ul style="list-style-type: none"> - proposta do melhor local - Verificação/enquadramento da envolvente - Análise de acessibilidades - Verificação das condições da área selecionada (se cumpre com requisitos legais e se tem viabilidade de implementação) - Dimensionamento das potenciais quantidades que estarão envolvidas na produção - Tipologia da maquinaria necessária - Identificação da necessidade de mais empresas do setor florestal (limpeza, etc) - Necessidades operacionais e de formação 	10 meses	- Identificação e definição do local e instalação indicada	<ul style="list-style-type: none"> - apresentação de estudo prévio - N.º de locais identificados (um a Norte e outro a Sul)

Ação 3 – Criação de modelo de gestão para os centros de recolha com parceiros privados do concelho

Descrição da Ação:	Criação de modelos de gestão para os centros de recolha com os parceiros privados do concelho
Objetivos:	Definir o formato do Modelo de Gestão pretendido e criar sinergias com todos os intervenientes do setor
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de resíduos verdes) / Gabinete Técnico Florestal (Plano de Gestão de Combustível).
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia / empresas do setor/ GPAL / Navigator / CELBI
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	Custos de meios humanos, elaboração de estudo – 25.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão (economia de escala)

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A3.1. Identificar parceiros quer na recolha quer no tratamento, quer no destino final	Tornar o modelo de gestão adequado às necessidades do setor	2 meses	Parceiros identificados com potencial	Identificar pelo menos 3 parceiros para participar na definição do modelo de gestão
A3.2. Criar um Regulamento para o Centro de Recolha	-Perceber a dinâmica associada ao centro, nomeadamente ao nível da responsabilidade, da logística e das especificações do mesmo	8 meses	Elaborado regulamento de gestão	Apresentação de regulamento do modelo de gestão a implementar até 8 meses

Ação 4 – Implementação de Planos de Formação específicos para a biomassa florestal

Descrição da Ação:	Implementação de Planos de Formação específicos para a biomassa florestal destinados aos proprietários e empresas do setor florestal e destinado também à mão-de-obra especializada
Objetivos:	Desenvolver Planos de Formação para divulgar o Modelo de Gestão que se pretende implementar no Município
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente (Estratégia de recolha e destino final de resíduos verdes) / Gabinete Técnico Florestal (Plano de Gestão de Combustível).
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Empresas do sector presentes no Grupo de Planeamento e Ação Local
Parceiros locais a envolver:	Empresas do setor florestal
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	15.000 € - Plano de Formação
Potenciais riscos à implementação:	Falta de Formadores, falta de adesão

Atividades				
Atividades	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A4.1. Elaboração de planos de formação sobre recolha de biomassa florestal para proprietários e empresas do ramo florestal	-Dotar o município de documento estratégico de formação profissional nesta área	4 meses	Formados proprietários e empresas do ramo florestal	-N.º de planos de formação
A4.2. Ações de formação presencial, e-learning ou e b-learning	-Capacitar os agentes locais para a recolha seletiva	3 vezes por ano	Assegurado calendário de iniciativas de formação presencial, e-learning ou b-learning	-N.º de formandos, mais que 20

Ação 5 – Incentivos à criação de empresas especializadas no setor, mão-de-obra especializada

Descrição da Ação:	Apoio no acesso a Incentivos à criação de empresas especializadas no setor, com mão-de-obra especializada
Objetivos:	Divulgar o quadro de financiamento para o acesso a instrumentos específicos de criação de empresas especializadas no setor, com mão-de-obra especializada
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Gabinete de Apoio ao Investidor do Município da Figueira da Foz – Acompanhamento personalizado às empresas e empreendedores especializados no setor, prestado por uma equipa interna de técnicos. Apoio no processo de desenvolvimento e consolidação das atividades, que contribuam para dinamizar e diversificar a economia local, ampliar e modernizar o tecido empresarial e contribuir para a criação de postos de trabalho estáveis e qualificados na área de biomassa florestal. Criação de um prémio de empreendedorismo, para a criação de negócio, mais inovador e sustentável no setor.
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia, Empresas, Incubadora de Empresas da Figueira da Foz e ACIFF
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	10.000 € - Valor do Prémio
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A5.1. Identificar fontes de financiamento disponíveis	Incremento do conhecimento das fontes de financiamento existentes e do modo como estas poderão contribuir para melhoria da gestão da biomassa florestal	2 meses	Conhecimento detalhado de fontes de financiamento, e sua aplicabilidade ao setor e ao município	Numero de fontes de financiamento enquadráveis, mais que 3
A5.2. Identificar necessidades do setor	Análise e conhecimento das necessidades do concelho, no sector de biomassa florestal em termos de mão de obra especializada	4 meses	Conhecimento sobre a realidade do sector no município sobre	Identificação das principais necessidades do sector, mão-de-obra especializada
A5.3. Apoiar no acesso a Incentivos à criação de empresas especializadas no setor, com mão-de-obra especializada	Maior proximidade entre o município e as empresas do setor, bem como	8 meses	Promoção do maior número de empresas no sector de biomassa florestal	N.º de empresas criadas ou com interesse demonstrado, mais que 2

Ação 6 – Criação de uma plataforma digital entre produtores/consumidores de biomassa florestal

Descrição da Ação:	Construção de uma plataforma online facilitadora entre produtores/consumidores de biomassa florestal, que permita criar conteúdos e informação relevante associada à biomassa florestal e disponibilize recursos, materiais e atividades pedagógicas, promovendo a sua gestão e seu reaproveitamento
Objetivos:	Promover a partilha de informação associada à Biomassa Florestal Motivar os produtores/consumidores para uma boa gestão da biomassa florestal, dando a conhecer a legislação, conceitos técnicos e outra informação relevante
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Plano Municipal de Defesa da Florestal Contra Incêndios
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Empresas do sector no Concelho
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia, proprietários, empresas florestais
Tempo necessário para implementação:	8 meses
Investimento total:	Desenvolvimento informático - 25.000 €
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A6.1. Criação da plataforma digital	Definir a arquitetura e modelo de gestão da plataforma electrónica online	4 meses	Construção digital da plataforma	Plataforma digital construída no tempo proposto
A6.2. Implementação das funcionalidades associadas à plataforma digital para utilização aberta aos parceiros	Estudar e implementar as funcionalidades da plataforma digital	4 meses	Novas funcionalidades implementadas na plataforma digital promotoras da gestão do sector	Funcionalidades implementadas na plataforma no tempo proposto
A6.3. Manutenção da Plataforma	Desenvolver as ações necessárias com vista à manutenção adequada da plataforma	1 vez por mês	Manutenção e operacionalidade da plataforma	

Eixo 3 - Resíduos de Construção e Demolição

Ação 1 – Ações de sensibilização dos diferentes públicos-alvo para a importância da gestão dos RCD's ao nível ambiental e económico

Descrição da Ação:	Implementação de ações de sensibilização com vista a incrementar o conhecimento relativo aos resíduos de construção e demolição, ao seu tratamento e valorização
Objetivos:	Sensibilizar e formar a comunidade sobre gestão de RCD's.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas/ Gestão de Resíduos Municipal
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia, Resíduos de Construção e Demolição, SA (RCD, SA), construtores e empresas de construção, Incubadora de Empresas
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	Folhetos informativos e eventual contrato com empresa especializada para realizar as ações de sensibilização – 25.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão e/ou resistência ao correto encaminhamento dos resíduos

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A1.1 Ação de sensibilização destinada à comunidade em geral	Motivar a comunidade em geral para a gestão adequada dos RDC's	12 meses	Sensibilizadas as 14 freguesias	N.º de participantes no Workshop, média superior a 10 N.º de Workshops realizados, um por Freguesia
A1.2 Ações de sensibilização destinadas aos construtores, empresas de construtores, futuros Engenheiros Cívicos, etc)	Motivar os construtores e empresas de construção a adotar e promover a correta gestão de RCD's	12 meses	Sensibilizados construtores, empresas de construção e seus agentes técnicos	N.º de participantes no Workshop, média superior a 5 N.º de Workshops realizados, mais de 4

Ação 2 – Ações de formação (no âmbito de Cursos de Verão) sobre gestão de RCD´s

Descrição da Ação:	Realização de ações de capacitação sobre gestão de RCD´s destinada a alunos do Ensino Secundário / Profissional.
Objetivos:	Formar e capacitar a comunidade escolar do ensino Secundário e Profissional sobre gestão de RCD´s.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas/ Gestão de Resíduos Municipal
Entidade responsável pela coordenação da ação:	RCD´s
Parceiros locais a envolver:	Município da Figueira da Foz, RCD, SA, Escola Secundária Cristina Torres, Escola Secundária Dr. Bernardim Machado, Escola Secundária Dr. Joaquim de Carvalho e Instituto Tecnológico da Figueira da Foz / Escola Profissional da Figueira da Foz.
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	Empresas especializada para realizar as ações, aquisição e Equipamentos de Utilização Individual, Visitas – 20.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão e/ou resistência à separação

Atividades				
Atividade:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A2.1 Formação em Gestão de RCD's	Motivar a comunidade escolar do secundário e profissional para a gestão sustentável e adequada dos RDC's	Ações de formação de 3h	Sucesso na formação em gestão de RCD's	N.º de participantes de alunos na formação, média acima de 10 formandos N.º de ações de formação realizadas, pelo menos 15
A2.2 Formação em aplicação de materiais reciclados em obra	Motivar a comunidade escolar do secundário e profissional para a gestão sustentável e adequada dos RDC's, explicitando a mais valia na aplicação de materiais reciclados	Ações de formação de 2h	Sucesso na formação em gestão de RCD's	N.º de participantes de alunos na formação, média acima de 10 formandos N.º de ações de formação realizadas, pelo menos 15

Ação 3 – Criação de centros de recolha para valorização de RCD´s

Descrição da Ação:	Criação de modelo de gestão para os centros de recolha, com os parceiros privados do concelho
Objetivos:	- Diminuição da pegada de carbono e emissão de gases GEE - Criação de circuitos curtos de transporte de RCD
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Gestão de Resíduos Municipal
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver	Juntas de Freguesia / Empresas do sector de construção civil
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	Custo associado a recursos humanos para desenvolvimento de modelo de gestão – 25.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão (economia de escala)

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A3.1. Criar uma rede de recolha sustentável, tal como um ecocentro de recolha móvel	Identificar parceiros quer na recolha quer no tratamento, quer no destino final Tornar o modelo de gestão adequado às necessidades do setor de construção civil	6 meses	Desenvolvimento de modelo de gestão de RCD`s integrado com o setor, com objetivo de maior integração de materiais em obra reciclados	Elaboração de modelo de gestão integrada de RCD`com o setor no tempo estabelecido

Ação 4 – Reforço de formação para ações de fiscalização

Descrição da Ação:	Formação e incremento de ações de fiscalização em obras privadas e publicas
Objetivos:	Garantir que os RCD são devidamente encaminhados para destino final adequado.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia / empresas do setor/ GPAL / Navigator / CELBI
Tempo necessário para implementação:	6 meses
Investimento total:	Recursos humanos e meios materiais – 15.000€
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão (economia de escala)

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A4.1. Formação às entidades fiscalizadoras sobre gestão de RCD's, em obra e legislação atualizada	Reforço na capacitação das entidades fiscalizadoras para a gestão de RCD's	Ações de formação de 7 h num período de 12 meses	Taxa de sucesso na formação (100%)	N.º de ações de formação realizadas, pelo menos 4 em 12 meses
A4.2. Disponibilização de meios que promovam a fiscalização (digitais para consulta e de outros meios)	Verificação da adequabilidade dos documentos obrigatórios e equipamentos para ações de fiscalização	12 meses	Taxa de sucesso na fiscalização (100%)	Evidências sobre as ações de fiscalização, pelo menos 20 ações num ano
A4.3. Fomentar a reciclagem dos RCD's através dos agentes fiscalizadores	Indicação de locais para encaminhamento ou sugestões de alternativas de reutilização	12 meses	Aumentar a taxa de reciclagem de RCD's	Evidências de entregas de registos e aumento das quantidades recicladas em 2%

Ação 5 – Reincorporação de materiais reciclados em obras públicas

Descrição da Ação:	Reincorporação de materiais reciclados nos cadernos de encargos, em obras públicas municipais
Objetivos:	Em matéria de RCD's, o Artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 102-D/2020, de 10 de dezembro, obriga à utilização de, pelo menos, 10% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação da empreitada e construção e da manutenção de infraestruturas ao abrigo do código de contratos públicos.
Ligações a outras políticas ou estratégias da cidade:	Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas / Divisão de Ambiente
Entidade responsável pela coordenação da ação:	Município da Figueira da Foz
Parceiros locais a envolver:	Juntas de Freguesia / empresas do setor/ GPAL
Tempo necessário para implementação:	12 meses
Investimento total:	----
Potenciais riscos à implementação:	Falta de adesão (economia de escala)

Atividades				
Atividades:	Objetivo	Duração	Principal Resultado Esperado	Indicadores
A5.1. Reintrodução de materiais reciclados para 15% (nas obras públicas municipais)	Utilização de pelo menos 15% de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados relativamente à quantidade total de materias-primas usadas em obra, no âmbito da contratação de empreitadas e construção e manutenção de infraestruturas	12 meses	Aumento das quantidades de materiais reciclados de rcd`s em obra	Reincorporação de materiais de rcd`s reciclados de (%) exigido em sede de cadernos de encargos de obras públicas, 95% dos cadernos

ABORDAGEM INTEGRADA

Ao nível de outras estratégias existentes no Município, nomeadamente de ação climática, que se cruzam inevitavelmente com a economia circular, importa salientar que, de forma a enfrentar as alterações climáticas, o Município da Figueira da Foz propôs-se realizar um longo e participado processo de identificação, implementação e monitorização das opções de adaptação às alterações climáticas mais relevantes para o Concelho, que se concretizaram na Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC), aprovada em 2016.

No seguimento da aprovação da EMAAC, foi constituída uma Rede Nacional de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, que integrou 30 municípios portugueses (entre os quais o Município da Figueira da Foz) e envolveu outras entidades como instituições de ensino superior, centros de investigação, Organizações Não Governamentais e empresas. Esta Rede deu lugar, no dia 20 de maio de 2022, à Associação ADAPT.local - Rede de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas, associação de direito privado sem fins lucrativos, que terá como objetivo dinamizar a adaptação local às alterações climáticas em Portugal, promovendo processos contínuos de planeamento que acompanhem o aumento da capacidade dos municípios portugueses em incorporar esta matéria nas suas políticas de atuação e nos seus instrumentos de planeamento.

Por outro lado, o Município da Figueira da Foz foi selecionado, em setembro de 2022, como um dos signatários da Missão “*Adaptação às Alterações Climáticas*”, promovida pela União Europeia. Esta Missão pretende criar uma rede de municípios/regiões por toda a Europa que estejam comprometidos em desenvolver estratégias locais de adaptação às alterações climáticas e potenciar a resiliência climática de forma inclusiva, envolvendo instituições locais, a sociedade civil, a comunidade empresarial e industrial, as instituições de investigação e todos os cidadãos.

O Município encontra-se ainda a participar no Projeto Europeu “CrAft”, impulsionado no âmbito da Nova Bauhaus Europeia, que pretende auxiliar as cidades a tornar belas, inclusivas e sustentáveis as suas estratégias de transformação, em direção à neutralidade climática. Com a integração neste Projeto, o Município terá a oportunidade de interagir e partilhar com outras regiões e comunidades da Europa, com vista a testar e partilhar modelos de transformação inovadores, recebendo apoio na sua implementação. Esta será uma oportunidade única para o Município ter acesso a informação relevante, à escala europeia, e também beneficiar das atividades desenvolvidas no futuro, no âmbito da Plataforma “CrAft”, que acelerará a transformação para a resiliência climática.

Outra vertente política integrada no presente Plano é a sua consonância e interligação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, sendo o Município um membro ativo da Seção de Municípios para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, criada pela Associação Nacional de Municípios Portugueses.

Resumidamente apresenta-se no quadro seguinte políticas de abordagem integrada nos eixos do presente plano com as diferentes estratégias europeias, nacionais e municipais:

<p>Estratégia Europeia e Nacional</p>	<p>Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da Organização das Nações Unidas</p> <p>Diretiva n.º 2018/851, 30 maio- Medidas de Proteção do Meio Ambiente e da Saúde Humana (transição economia circular)</p> <p>Decreto-Lei n.º 102-D/2020, 10 dez- Regime Geral de Gestão de Resíduos</p> <p>Plano de Ação para a Economia Circular (PAEC)</p> <p>Rede Nacional de Municípios para a Adaptação Local às Alterações Climáticas- AdaptLocal</p> <p>Missão “Adaptação às Alterações Climáticas”</p> <p>Projeto Europeu “CrAft”</p>
<p>Estratégia Municipal</p>	<p>Secção de Associação Nacional de Municípios para Objetivos de Desenvolvimento Sustentável</p> <p>Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas (EMAAC)</p> <p>Plano de Desenvolvimento Estratégico Municipal</p> <p>Programa Eco-Escolas</p> <p>Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios</p>

De referir que, para o desenvolvimento do presente projeto, o Município enquanto líder da rede não recorreu a serviço externo para o seu desenvolvimento, mas sim, de forma horizontal e integrada, constituiu uma equipa interna interdepartamental, com visões diferenciadas, desde elementos da área de desenvolvimento económico, inovação, de gestão florestal, ambiente e planeamento.

MODELO DE GOVERNANÇA

Enquanto construção coletiva, este plano de ação dependeu do debate e da concertação de interesses, da construção de consensos e da colaboração e cooperação, através de uma governança integrada e da cogestão partilhada no nosso território. Com base neste desenvolvimento, torna-se necessário desenvolver um modelo de governança para a sua implementação, tendo como base os seguintes objetivos:

- 1) Assegurar a implementação das ações dos eixos definidos na sua execução, promovendo uma economia circular no Município;
- 2) Promover a valorização de biorresíduos e da gestão de RCD's, procurando a criação de novas oportunidades de negócio e de emprego;
- 3) Delinear a responsabilidade de cada interveniente/ parceiro no desenvolvimento e implementação das ações e no alcance dos seus objetivos.

Sendo estes os principais objetivos para a implementação do presente PLAI, este terá o seguinte modelo de governança:

1) Coordenação

A coordenação do plano será assegurada pelo Município da Figueira da Foz, por intermédio da equipa criada para o seu desenvolvimento interdepartamental, devendo promover reuniões com uma frequência trimestral com os grupos, tendo como principais responsabilidades:

- a) Promover a implementação, o acompanhamento e a dinamização das diferentes soluções e propostas do plano;
- b) Assegurar recursos e ações de sensibilização para a recolha seletiva dos biorresíduos e de RCD's, tendo em conta o princípio da sustentabilidade ambiental, técnica e financeira;
- c) Comunicar hierarquicamente o decorrer da sua implementação;
- d) Assegurar a coordenação e monitorização com as restantes entidades participantes, do grupo de acompanhamento.

2) Grupo de acompanhamento

Grupo constituído pelo Município da Figueira da Foz e pelas entidades participantes nas diferentes ações que permitirão a sua implementação, promovendo troca de informação, discussão da metodologia e de colaboração técnica, realizando o seu acompanhamento para obtenção dos diferentes objetivos. O grupo de acompanhamento terá como principais atribuições:

- a) Procura de financiamentos aplicáveis às ações a implementar;
- b) Articulação e implementação de ações propostas para cada um dos eixos do Plano;
- c) Análise dos resultados das ações, monitorização dos seus riscos e verificação dos respetivos indicadores;
- d) Análise dos riscos e desvios com as diferentes entidades, apresentando medidas de correção em caso de necessidade

3) Grupo *stakeholders*

A parceria com novos agentes locais, mantendo a participação da sociedade civil em todo processo à semelhança do GPAL, é importante pois mantém o processo de cocriação e participação colaborativa. Permite melhorar e envolver outras entidades cuja participação será uma mais-valia no processo com o seu conhecimento endógeno. Assim, será da sua responsabilidade:

- a) Identificar outros desafios locais relacionados com os Eixos identificados, as Ações e as necessidades do território;
- b) Propor novas soluções para os desafios identificados;
- c) Apresentar sugestões de melhoria nas ações a desenvolver do plano;

- d) Promover e divulgar as ações com intuito de implementar comportamentos sustentáveis na sociedade atinentes a uma economia circular.

Para a implementação do PLAI, será necessário a utilização de diferentes ferramentas e a realização de reuniões do grupo de acompanhamento e de *stakeholders*, para análise do ponto de situação, gestão dos trabalhos, planeamento financeiro, documentação necessária, comunicação, entre outros.

Outro facto que se deverá considerar é a existência de conflitos durante a implementação do plano. Neste caso, deverá ser considerada uma decisão política por maioria do Grupo de Acompanhamento, sendo os conflitos mediados pela Equipa de Coordenação. É importante um modelo democrático para a resolução de conflitos de forma que se mantenha o objetivo do plano de envolvimento e participação ativa de todos, interdisciplinar e multinível.

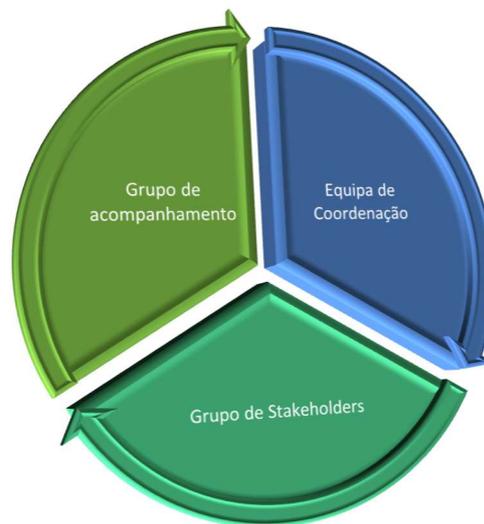


Diagrama de Governança

3. Alinhamento com Financiamentos

INVESTIMENTO PREVISTO

No Quadro seguinte apresenta-se uma breve descrição do financiamento calculado e estimado para a implementação das ações atinentes aos eixos do PLAI para promoção de um caminho para uma economia mais circular. Pretende-se que este financiamento tenha suporte em abertura de avisos de diferentes programas, para além de orçamento municipal.

	AÇÃO	INVESTIMENTO
Eixo 1 – Biorresíduos alimentares	1. Ações de Sensibilização (destinadas à comunidade escolar e comunidade em geral)	Folhetos informativos, contrato com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€
	2. Ações de Sensibilização (cantinas das unidades industriais)	Folhetos informativos, prestação de serviços com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€
	3. Aquisição e distribuição de compostores domésticos à comunidade	Aquisição de compostores – 40.000€
	4. Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar	Folhetos informativos, meios de recolha (equipamento e viatura), eventual contrato com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 80.000 €
	5. Projeto piloto de alimentação sustentável nas escolas	Definição de terreno, implementação de plantação e logística - 50.000 €
Eixo 2 – Biomassa Florestal	1. Ações de sensibilização	Folhetos informativos, contrato com empresas especializada para realizar as ações de sensibilização – 30.000€
	2. Estudo Prévio para a instalação dos centros de recolha e requisitos a cumprir	Estudo dos locais, definição de maquinaria - 150.000 €

	3. Criação de modelo de gestão para os centros de recolha com parceiros privados do concelho	Custos de meios humanos, elaboração de estudo – 25.000€
	4. Implementação de Plano de Formação específico para a biomassa florestal	Plano de formação - 15.000 €
	5. Incentivos à criação de empresas especializadas no setor, mão-de-obra especializada	Valor de incentivo – 10.000€
	6. Criação de uma plataforma digital entre produtores/consumidores de biomassa florestal	Desenvolvimento informático - 25.000 €
Eixo 3 - Resíduos de Construção e Demolição	1. Ações de sensibilização dos diferentes públicos-alvo para a importância da gestão dos RCD's ao nível ambiental e económico	Folhetos informativos e eventual contrato com empresa especializada para realizar as ações de sensibilização – 25.000€
	2. Ações de formação (no âmbito de Cursos de Verão) sobre gestão de RCD's	Empresas especializada para realizar as ações, aquisição e Equipamentos de Utilização Individual, visitas – 20.000€
	3. Criação de centros de recolha para valorização de RCD's	Custo associado a recursos humanos para desenvolvimento de modelo de gestão – 25.000€
	4. Reforço de formação e ações de fiscalização	Recursos humanos e meios materiais – 15.000€
	5. Reincorporação de materiais reciclados em obras públicas	

FONTES DE FINANCIAMENTO

Face às exigências da gestão de resíduos, cada vez mais as ações de financiamento são uma mais-valia no auxílio à implementação de medidas que visem a diminuição do esforço financeiro dos orçamentos municipais. Na grande maioria dos orçamentos dos municípios, a gestão de resíduos representa um “peso” significativo com o aumento exponencial das tarifas de tratamento e das respetivas taxas a aplicar, como a taxa de gestão de resíduos. O presente PLAI considera uma série de ações cujo objetivo se centraliza na prevenção de produção de resíduos, na sua reutilização e na diminuição da sua

produção, diminuindo os custos associados de tratamento, no entanto, a implementação destas medidas de economia circular, carecem de apoio financeiro para que esta visão de economia mais circular atinga os objetivos no meio urbano.

A implementação do PLAI para além do orçamento municipal, necessita de diferentes fontes de financiamento, nomeadamente de Fundos Estruturais Europeus de Investimento (FEEI) e outros Programas Europeus de apoio à inovação e competitividade, assim como da exploração de sinergias entre diversas fontes de financiamento. Sendo difícil a integração numa única abordagem de financiamento, apresentam-se algumas das fontes de onde poderá a implementação do PLAI ter suporte.

PORTUGAL 2030 *



A verba é proveniente do FEDER (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional) – 11,5 mil milhões de euros, acrescidos de 139 milhões de euros relativos à Cooperação Territorial Europeia (CTE); do FSE+ (Fundo Social Europeu) – 7,8 mil milhões de euros; do Fundo de Coesão – 3,1 mil milhões de euros; do Fundo para uma Transição Justa – 224 milhões de euros e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) – 393 milhões de euros. A estes valores, junta-se ainda a transferências para o Mecanismo Interligar Europa – 1.048 mil milhões de euros.

A sua programação é feita em torno de cinco objetivos estratégicos da União Europeia: uma Europa mais inteligente, mais verde, mais conectada, mais social e mais próxima dos cidadãos.

O Portugal 2030 tem como enquadramento estratégico a Estratégia Portugal 2030, aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2020, de 13 de novembro, estruturada em torno de quatro agendas temáticas centrais para o desenvolvimento da economia, da sociedade e do território de Portugal no horizonte de 2030.

O Portugal 2030 é implementado através de 12 programas: quatro de âmbito temático – Pessoas 2030, dedicado à Demografia, qualificações e inclusão; COMPETE 2030, dedicado à Inovação e transição digital; Sustentável 2030, dedicado à Ação climática e sustentabilidade e Mar 2030; cinco Regionais, correspondentes às NUTS II do Continente (Norte 2030, Centro 2030, Lisboa 2030, Alentejo 2030 e Algarve 2030) e dois das Regiões Autónomas.

* informação recolhida das páginas web oficiais e institucionais

Sustentável 2030

O Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030 de âmbito nacional, com uma dotação de 3.1 mil milhões de euros, financiado pelo Fundo de Coesão, é um instrumento fundamental para enfrentar os desafios da transição energética e climática, e atingir a neutralidade carbónica em 2050. É um dos programas criados para a operacionalização do Portugal que estabelece as grandes prioridades para a aplicação dos Fundos da Política de Coesão e do Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura (FEAMPA) e que procura contribuir para concretizar a visão de «recuperar a economia e proteger o emprego, e fazer da próxima década um período de recuperação e convergência de Portugal com a EU, assegurando maior resiliência e coesão, social e territorial».

Este Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade - Sustentável 2030 abrange exigentes desafios, como a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos e resiliência a catástrofes, a *transição para uma economia circular* e a mobilidade urbana sustentável, enquadrando-se nos seguintes objetivos estratégicos e de política da União Europeia:

- 1) "OP2 - Uma Europa mais «verde»", que aplique o Acordo de Paris e investe na transição energética, nas energias renováveis e na luta contra as alterações climáticas, e;
- 2) "OP3 - Uma Europa mais conectada", que integra os principais investimentos destinados ao desenvolvimento de uma Rede Transeuropeia de Transportes sustentável.

A estratégia preconizada no Programa, de ligação entre os objetivos estratégicos, enquadra-se também no Pacto Ecológico Europeu - que coloca a sustentabilidade no centro da ação visando a criação de uma economia moderna, competitiva e eficiente na utilização de recursos.

FUNDO AMBIENTAL



Programa da Secretaria de Estado do Ambiente que tem por finalidade apoiar políticas ambientais e de ação climática para a prossecução dos objetivos do desenvolvimento sustentável, contribuindo para o cumprimento dos objetivos e compromissos nacionais e internacionais, designadamente os relativos às alterações climáticas, às energias de fontes renováveis e à eficiência energética, aos recursos hídricos, aos resíduos, à conservação da natureza e biodiversidade, ao bem-estar dos animais de companhia, à floresta e gestão florestal, ao ordenamento e gestão da paisagem. Este financia atividades ou entidades que promovam a mitigação das alterações climáticas, através de ações que contribuam para a redução de gases com efeito de estufa, e de medidas de energias renováveis e

eficiência energética, mobilidade sustentável, adaptação às alterações climáticas, gestão de recursos hídricos, proteção do ambiente, gestão de resíduos, transição para uma economia circular, entre outros.

LIFE+



Este programa tem a sua centralidade em temas ambientais como economia circular e ação climática. Pretende promover uma transição para uma economia sustentável, circular, energeticamente eficiente, baseada nas energias renováveis, neutras para o clima e resiliente, a fim de proteger, restabelecer e melhorar a qualidade do ambiente, incluindo o ar, água e solos, e travar e inverter a perda da biodiversidade e lutar contra a degradação dos ecossistemas. A sua estrutura inclui domínios como a "Economia circular e qualidade de vida", onde se enquadrarão ações previstas no presente PLAI.

4. Monitorização & Avaliação

A implementação do presente PLAI com 3 eixos e 16 ações, necessita de um acompanhamento, monitorização e avaliação exigente tendo em consideração diferentes tipologias de risco inerentes.

A sua avaliação passará por verificação de indicadores mensuráveis e definidos para cada uma das ações, organização de reuniões do Grupo de Acompanhamento com a Equipa de Coordenação para análise de resultados e monitorização das atividades, elaborando relatórios de análise crítica sobre a sua implementação e desvios identificados.

Ferramentas de análise de risco inerente à implementação deste plano, podem utilizar fatores diferenciados como políticos, económicos, sociais, tecnológicos, legais ou ecológicos (PESTLE). Esta é uma ferramenta que advém da análise de “ameaças” à sua implementação, numa metodologia tipo SWOT.

O poder local, com ciclos eleitorais de quatro anos de duração de governação, podem ser a causa de alterações de estratégia num município, podendo causar impacto na implementação de um plano. Trata-se de um fator de ordem política que pode considerar outras prioridades e que diminuam a probabilidade de implementação. Apesar de se considerar este fator com um dos riscos a ter em consideração ou alguma probabilidade de ocorrência, deve-se considerar que atualmente estas ações são transversais e preponderantes para implementação num território, face à preocupação inerente de adquirir comportamentos ambientais corretos e circulares, em detrimento do consumo de recursos naturais. Outro risco a considerar num plano, são a mudança de atores, de trabalhadores afetos aos serviços que proporcionaram o seu desenvolvimento, no entanto, este pode ser mitigado efetivamente com o assegurar da equipa base de coordenação, independentemente do serviço ou considerar a sua substituição por elementos com conhecimentos ou da mesma unidade orgânica.

No que concerne ao risco económico ou financeiro do presente plano, deve-se ter em consideração que apesar de relevante a sua implementação, o esforço financeiro deve ser assegurado não só por fundos de orçamento municipal, mas também e em maioria com recurso a financiamentos. A equipa multidisciplinar ou de análise de financiamentos externos deve estar sensibilizada para esta temática, promovendo candidaturas das ações aos avisos onde se enquadrem. Sendo um plano resultado de cocriação com entidades privadas, poderá também considerar-se a participação económica das mesmas na implementação das ações definidas.

Os fatores de risco sociais, serão essencialmente a capacidade de envolvimento da comunidade na implementação das ações do plano para a recolha seletiva de biorresíduos e de RCD's de forma a proporcionar uma alteração comportamental e de práticas usuais. As ações de sensibilização, com o intuito na prevenção de produção de resíduos, estão fortemente dependentes da envolvimento da sociedade e considera-se que este será o maior risco social associado ao PLAI.

O risco tecnológico associado ao plano considera-se que é baixo. Apesar de existir uma constante evolução de novas tecnologias na prevenção e tratamento de biorresíduos, as ações previstas facilmente se adaptam a esta evolução. Por outro lado, a sua escala temporal para a implementação não será um obstáculo face à evolução de novas soluções.

Os normativos legais existentes na administração pública local podem constituir um risco, devido à burocracia existente no que concerne à contratação: - há prazos que naturalmente têm de ser cumpridos e podem ser um obstáculo pertinente à aplicação de ações do plano. A exigência dos normativos legais da contratação pública pode constituir um fator de risco perante à instabilidade de mercado que existe atualmente, obrigando a novos procedimentos, o que inevitavelmente provoca atrasos na implementação de ações. Para além desta componente legal de contratação, há a considerar outros fatores normativos que poderão ser uma obstaculização ao plano, nomeadamente a alteração de regulamentação atinente ao sector de resíduos, no decorrer do PLAI.

Por último, riscos ecológicos associados não serão um fator de extrema relevância na implementação do PLAI. Antes pelo contrário, pretende o plano e as suas ações contribuir para a proteção da exploração de recursos naturais, através da reincorporação de resíduos como novos materiais. Pretende-se sensibilizar para uma prevenção de resíduos e prolongamento de vida útil dos diferentes materiais, defendendo e protegendo os ecossistemas e o meio natural.

Quadro resumo dos riscos de implementação do presente Plano, com base na ferramenta PESTLE:

Fatores Políticos		
Ciclo eleitoral e mudança de estratégia municipal, mudança de atores	De forma a reduzir o risco, são políticas transversais e estruturantes para a adoção de comportamentos ambientalmente corretos. Afetação de novos elementos das equipas interdisciplinares	Probabilidade de risco: Média Impacto: Alto
Fatores Económicos		
Esforço financeiro orçamento do Município	Recurso a financiamento externo, abertura de avisos e candidaturas, apoio financeiro de entidades externas	Probabilidade de risco: Média Impacto: Alto
Fatores Sociais		
Capacidade de envolvimento da comunidade	Ações de sensibilização pró-ativas, porta-a-porta, insistência	Probabilidade de risco: Média Impacto: Alto
Fatores Tecnológicos		
Evolução tecnológica perante as ações	Ações facilmente adaptáveis, escala temporal de implementação reduzida perante evolução de conceitos tecnológicos	Probabilidade de risco: Baixo Impacto: Baixo
Fatores Legais		
Processos de contratação pública a desenvolver, obrigação de cumprimento de diretivas europeias quanto a metas atinentes a gestão de resíduos	Boas práticas de contratação com a objetividade de rapidez e cumprimento do Código dos Contratos Públicos (CCP)	Probabilidade de risco: Alto Impacto: Alto
Fatores Ecológicos		
Não se considera existência de risco ecológico relevante		Probabilidade de risco: Baixo Impacto: Baixo

5. Comunicação & Consulta Pública

A estratégia de comunicação elaborada é um instrumento fundamental para a eficaz divulgação das diferentes atividades do Plano da CircularNet. Serão promovidas diversas atividades de comunicação, num conjunto de meios direcionados a cada um dos públicos-alvo das respetivas atividades de cada eixo.

No âmbito da supremacia do princípio que é transversal e de obrigatoriedade numa política de sustentabilidade, serão sempre utilizados meios de comunicação alternativos ao formato papel, pelo que a difusão comunicacional só será feita nesse formato pelos meios de comunicação jornalísticos aos quais nos dirigimos para dar conta das atividades desenvolvidas.

A comunicação do Plano será então dinamizada pelo próprio Município, por intermédio dos seus serviços junto da comunidade civil e pelos instrumentos de divulgação digitais como, website, redes sociais, elaboração e distribuição de material promocional, meios de comunicação social, entre outros.

Pretende-se ainda aproveitar o conhecimento e sinergias estabelecidas com os parceiros do Grupo de Ação Local e promover a divulgação por estas entidades. Os parceiros serão ainda atores fundamentais na avaliação e consulta do PLAI e na sua implementação no Concelho.

Haverá o acompanhamento de todas as atividades programadas, com vista à eficaz diligência processual enquanto garante da otimização de esforços e recursos em prol da eficácia comunicacional.

6. O Futuro

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável aprovados em 2015 nas Nações Unidas consideram que o desenvolvimento deve ser harmonioso, integrado, não deixando ninguém para trás neste caminho desafiante. Desta exigência, resulta uma crescente preocupação com a sustentabilidade do planeta e o reconhecimento de que os seus recursos naturais são limitados, sendo oportuno a implementação de ações que promovam a circularidade e que estas tenham cada vez maior relevo.

Pretende-se que o nosso Concelho adquira metodologias no futuro de maior participação, como neste modelo interativo de conhecimento e de maior correlação inter-regional que fomenta neste caso, uma economia circular e de sustentabilidade territorial, uma melhoria na gestão e eficácia nos sistemas de gestão de resíduos, consonante com o enorme desafio nos próximos tempos.

Tem de haver uma mudança de mentalidade e comportamentos adequados premente na gestão dos resíduos. O seu ciclo de vida tem de ser repensado e prolongado, valorizando processos que os introduzam como novas matérias-primas. Desde o início do processo com o design até à produção de um bem, tem de se ter em consideração a sua integração em longas cadeias de utilização nos processos de fabrico, de uma forma integrada.

Não menos importante, deve-se considerar que as políticas de circularidade como instrumento essencial para promover uma redução de custos nos sistemas de gestão de resíduos que de uma forma galopante, pressionam os orçamentos municipais por intermédio de aumento de tarifas e taxas aplicáveis. Perante este facto, sem dúvida que a melhor política será a da prevenção de produção de resíduos e o aumento exponencial de atividades económicas circulares.

O Plano Local de Ação Integrado resultado da Rede CircularNet será uma ferramenta que se considera importante na alavancagem e promoção de políticas ambientais do Concelho para a temática da gestão de biorresíduos e de RCD's, bem como, na integração das restantes políticas ambientais com as alterações climáticas. Será um instrumento de incentivo aos nossos munícipes para um reforço de conhecimento da ação com a temática da gestão de resíduos, de forma a assumirem um papel de atores principais num Concelho mais circular e com comportamentos compatíveis e promotores de um desenvolvimento sustentável.

Agradecimentos

- À Perita Maria João Raush
- Ao nosso GPAL e todos os seus colaboradores que intervieram no processo da construção do presente Plano
- Aos nossos parceiros de rede, Municípios de Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Praia da Vitória, Tavira e Vila Nova de Famalicão
- Ao secretariado da INC2

Plano de Ação Local

CircularNet – Plataforma para a circularidade: comunidade, empresas e ambiente natural

Município da Figueira da Foz

- Anexos & informação de Apoio -



Anexos & informação de Apoio

Anexo 1 - Lista de presença e Atas dos Workshops com o GPAL

- Reunião com a Perita de Rede, Maria João Rauch – 2 novembro 2021
- Reunião de Kick off da CircularNet – 25 novembro 2021
- Reunião de seguimento – 14 Dezembro 2021
- Encontro CircularNet com GPAL – 25 janeiro 2022
- I Workshop – 25 maio 2022
- II Workshop – 5 julho 2022
- III Workshop – 13 setembro 2022
- IV Workshop – 18 outubro 2022
- V Workshop – 29 novembro 2022
- VI Workshop – 24 janeiro 2023
- VII Workshop – 20 março 2023
- Conferência Final da CircularNet – 6 e 7 junho 2023

Anexo 2 - Academia Redes Cidades Circulares 2022 (Fundão) – 5, 6 e 7 de abril 2022

Anexo 3 - Artigo publicado na “*info Cidades Circulares*” – 6 dezembro 2022

Anexo 4 - Relatório da Visita a Mouans-Sartoux (França) – 19 e 20 abril 2023

Anexo 1 - Lista de presença e Atas dos Workshops com o GPAL

- Reunião com a Perita de Rede, Maria João Rauch – 2 novembro 2021
- Reunião de Kick off da Circularnet – 25 novembro 2021
- Reunião de seguimento – 14 Dezembro 2021
- Encontro Circularnet com GPAL – 25 janeiro 2022
- I Workshop – 25 maio 2022
- II Workshop – 5 julho 2022
- III Workshop – 13 setembro 2022
- IV Workshop – 18 outubro 2022
- V Workshop – 29 novembro 2022
- VI Workshop – 24 janeiro 2023
- VII Workshop – 20 março 2023
- Conferência Final da CircularNet – 6 e 7 junho 2023

Ata da 1 Reunião com a Perito de Rede, Maria João Rauch (On line)

Aos 2 dias do mês de novembro de 2021, realizou-se uma reunião *online, via Teams*, da Rede de Cidades Circulares: CircularNet – Plataforma Urbana para a Circularidade, contou com as presenças da Perito de Rede, Maria João Rauch e em representação do parceiro líder, Cláudia Caetano e Valter Rainho.

A reunião teve início pelas 11h, com um ponto de situação relativamente às visitas da Perito às cidades parceiras. A Cláudia Caetano, informou a Perito de Rede do contacto efetuado com a Câmara Municipal de Monforte, com a qual já havia manifestado a preocupação com a ausência de interação com a Rede. Na sequência do contacto fomos informados de que têm tido um volume de trabalho muito grande e que dada a dimensão da Câmara, os técnicos são poucos. Mas comprometeram-se a enviar a Convenção Conjunta assinada e solicitaram alteração da visita da Perito, em virtude da mesma estar agendada para a mesma data e hora da “Sessão de esclarecimentos e orientações sobre o processo de submissão de despesas”.

De seguida a Maria João fez uma apresentação, na qual abordou o objetivo da rede, sendo que o mesmo é desenhar um Plano de Ação Local Integrada no âmbito do Economia Urbana para a Circularidade:

1. Incorporando políticas de cada cidade participante que integre princípios de desenvolvimento sustentável
2. Com aumento do número e do impacto de iniciativas sobre:
 - reciclagem e recolha de resíduos,
 - produção através de processos circulares
 - desenvolvimento de novos padrões de consumo

3. Integrando ferramentas digitais nos diversos elementos da economia urbana como ferramentas de otimização, monitorização e avaliação das iniciativas.

Seguiu ainda falando dos objetivos do desenvolvimento sustentável, abordando os 5 P's:

-Planet, Peace, People, Prosperity e Partnerships, sendo que o enfoque do nosso projeto será no Planeta.

Seguiu fazendo a apresentação dos objetivos da Agenda 2030, nomeadamente o objetivo 12 – Padrões de Consumo Sustentável, o qual também está interligado ao objetivo 11 – Cidades Sustentáveis.

O Valter interveio para dizer que para além do sub-objetivo 12.8, de consciencialização e de sensibilização relevantes para o desenvolvimento sustentável, que será comum a toda a Parceria, no caso concreto da Figueira da Foz, os sub-objetivos que estarão mais ao nosso alcance serão: 12.5 Reduzir substancialmente a produção de resíduos através da prevenção, redução, reciclagem e reutilização o 12.b Desenvolver e implementar ferramentas para monitorizar os impactos do desenvolvimento sustentável para o turismo sustentável que crie empregos e promova a cultura e os produtos locais.

Depois de conhecermos um pouco mais os objetivos para onde deverá convergir o projeto, o Valter transmitiu à Perito que iríamos oportunamente reunir a equipa interna do Município para transmitir o conteúdo desta reunião, e em função disto poderemos começar a pensar em quem serão os agentes para o Grupo de Ação Local que me melhor se enquadram.

Foi ainda referido que o Município estará presente na primeira conferencia nacional das cidades circulares para apresentação da rede CircularNet bem como na semana europeia da prevenção de resíduos a convite do Município de Águeda a ocorrer no dia 26 de novembro.

Reunião do CircularNet Grupo Planeamento de Ação Local

Acta nº 1

Data: 25/11/2021 – 15:00H

Local: Salão Nobre – CMFF

Presenças Grupo Planeamento e Ação Local

Altri, SA

The Navigator Company, SA

United Resins, SA

EFP – Empresa Figueirense de Pescas

Faruni (Lusiaves)

Grupo Auchan, SA

Microplásticos, SA

Cliper Cerâmica, SA

Gintegral, SA

SS Bionergias, SA

ACIFF

Marefoz

RCD`s, SA

Resumo da Reunião

Aos 25 dias do mês de novembro de 2021, realizou-se a 1.^a reunião de trabalho do Grupo de Parceiros de Ação Local da Rede de Cidades Circulares: CircularNet – Plataforma Urbana para a Circularidade, contando com as presenças cuja lista encontra acima referida.

Esta reunião teve o intuito de apresentação da Rede CircularNet aos parceiros a integrar o Grupo de Planeamento Ação Local e contou com a presença do Exmo. Sr. Presidente Dr. Pedro Santana Lopes, a sua Adjunta Dra. Marta Beja e a Perita Enga. Maria João Rauch da Direção Geral do Território.

A reunião teve início pelas 16h, com as boas-vindas dadas às entidades convidadas para integrar o GPAL pelo Município da Figueira da Foz, na pessoa da Dra. Marta Beja.

Posteriormente foi apresentada a Rede CircularNet por Valter Rainho, abordando-se a sua constituição, quais os fundamentos da sua génese e importância na transição de um modelo de economia linear para uma economia circular. A mudança de conceito e visão de um produto, tendo em consideração a necessidade de ser integrado de novo numa economia de mercado, gerando novo valor e novas oportunidades de negócio.

Foi indicado quais os parceiros da rede, as outras Cidades e resumidamente quais as boas práticas já existentes bem como os seus problemas ou temáticas a desenvolver no âmbito de uma economia circular.

O Exmo. Sr. Presidente Dr. Pedro Santana Lopes tomou a posse da palavra reforçando a importância da rede e deste projeto para o Município, sendo uma mais-valia na estratégia para o Concelho e referindo exemplos muito práticos, concisos e fundamentais para a consolidação da sua importância na implementação de uma economia cada vez mais circular.

Posteriormente foi apresentado pela Perita Maria João Filgueiras Rauch, para explicitar a metodologia de base que irá ser utilizada para o funcionamento da Rede – Metodologia URBACT. O URBACT é um programa europeu de aprendizagem e intercâmbio que promove o desenvolvimento urbano sustentável, capacitando as cidades a desenvolver soluções colaborativas para os maiores desafios urbanos e reafirmando o papel fundamental que desempenham face às mudanças sociais cada vez mais complexas.

A metodologia URBACT relativamente às cidades, baseia-se na noção de uma política de integração horizontal e vertical, tendo sido explicitada, através de infografia, a metodologia para a Fase 1, bem como as ferramentas a utilizar.

Posteriormente às apresentações foi aberto um período de discussão com os parceiros do GPAL que, resumidamente, pretendiam saber mais em concreto quais os projetos que se podem considerar nos resíduos e numa nova valorização. Foi amplamente discutido até se chegar a temas de comum interesse como os biorresíduos, RCD's mas que careciam de uma nova reunião para a sua conciliação.

Foi reforçado que esta metodologia tem este enquadramento, apesar das entidades estarem familiarizadas em que se indique logo os temas e o que considerar. Neste caso, pretende-se elencar problemas, seus anseios para originar mais tarde um plano de ação, resultante de sinergias e discussão ativa dos parceiros na preocupação de valorização contínua de resíduos. É uma metodologia “*bottom- up*” e não o que usualmente as estruturas e entidades estão habituadas do “*up – down*”. Foi ainda reforçado que esta metodologia não era estanque em termos temáticos, bem como, das entidades do GPAL como parceiras.

Após uma ampla e assertiva discussão, ficou acordado que na próxima reunião será definido os temas mais importantes para o Concelho, tendo em consideração as expectativas de todos os parceiros.

Por fim, encerrou-se os trabalhos, ficando acordado que seria em breve remetida nova convocatória para se iniciar as reuniões de trabalho do GPAL.

Reunião do CircularNet
Grupo Planeamento de Ação Local
Acta nº 2

Data: 14/12/2021 – 15:00H

Local: Quartel da Imagem – CMFF

Presenças Grupo Planeamento e Ação Local

Altri, SA

The Navigator Company, SA

United Resins, SA

Microplásticos, SA

Cliper Cerâmica, SA

Gintegral, SA

SS Bionergias, SA

ACIFF

Marefoz

RCD`s, SA

Brigham, Lda

Resumo da Reunião

Aos 14 dias do mês de dezembro de 2021, realizou-se a 2.ª reunião de trabalho do Grupo de Parceiros de Ação Local da Rede de Cidades Circulares: CircularNet – Plataforma Urbana para a Circularidade, contando com as presenças cuja lista encontra em anexo.

Esta reunião foi a primeira após a apresentação do projeto (*Kick Off*) às entidades acima referidas, no dia 25 de novembro no Salão Nobre com a presença do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Dr. Pedro Santana Lopes, Adjunta do Sr. Presidente Dra. Marta Beja e da Perita da Direção Geral do Território Maria João Rauch.

A reunião teve início pelas 15h, com as boas-vindas dadas às entidades do GPAL pelo Município da Figueira da Foz, na pessoa de Valter Rainho.

Deu-se início dos trabalhos e uma breve apresentação dos representantes das entidades do GAL, por cada um dos presentes. Posteriormente, foram abordadas as temáticas que consideram pertinentes para integração da CircularNet por parte do Município da Figueira da Foz, referindo-se em concreto aos biorresíduos (biomassa florestal) e os resíduos de construção e demolição (RCD`s) não sendo estanque no decorrer do projeto.

Foi apresentado como um desafio para o município e transversal ao país para toda a estratégia de implementação da obrigatoriedade do tratamento dos biorresíduos a partir de 2024 e que sendo pertinente a sua discussão numa perspetiva de economia circular, como geradores de valor como novas matérias-primas.

Foi solicitada a colaboração dos parceiros no que diz respeito à sua perspetiva relativamente aos assuntos apresentados como linhas orientadoras de projetos a implementar.

No início da discussão, consideraram pertinente a questão da biomassa florestal e foi explicado o processo de receção e do seu tratamento pelos parceiros presentes do

sector, e da sua entrega por operadores credenciados. Consideram pertinente, mas perante as suas necessidades (recorrendo inclusive a importação de biomassa), as quantidades produzidas na área territorial do município não serão suficientes. Estão dispostos a receber este tipo de material desde que entregue por entidades acreditadas.

Uma proposta passaria por criar um parque de receção de biomassa florestal, realizar o seu tratamento (fracionamento) e entregar nestas entidades. Um local com capacidade de receção, armazenamento, tratamento e entrega para posterior valorização seria importante para os munícipes e para os trabalhos de gestão de faixas de combustível. Também foi abordado os restos de jardinagem que poderão ser entregues para utilização em composto e não valorização energética.

Ainda no âmbito dos biorresíduos, os parceiros também consideram importante a vertente de tratamento dos resíduos alimentares das suas cantinas, que seria transversal e a considerar como desafio para além dos benefícios ambientais.

Por último, e considerando o problema dos resíduos de construção e demolição, deposições ilegais e passivos ambientais daí resultantes, foi também considerado como um tema a incluir pelo nosso GPAL no estudo base. Neste tema, considerou-se o exemplo do nosso Município e as práticas implementadas sendo que foi discutida uma necessidade acrescida de regulamentar e de fiscalização.

Tanto para a temática dos biorresíduos como para a dos RCD's os parceiros consideraram importante no futuro solicitar a presença de outras entidades da administração central como CCDR, APA, entre outras para participar numa eventual reunião para apresentação dos seus problemas e dificuldades inerentes de cada setor.

Assim, resumidamente ficou decidido os temas para o nosso Município:

- 1) Biorresíduos (biomassa florestal e alimentares de cantinas)
- 2) Resíduos de construção e demolição – RCD`s

Foi uma vez mais realçado junto dos nossos parceiros que esta metodologia URBACT é uma experiência enriquecedora e de promoção de sinergias, de conhecimento e trocas de experiências entre todos. Não se trata de uma metodologia estanque, permitindo que ao longo dos próximos passos se discuta outros temas pertinentes.

Foi informado ao GPAL que iria decorrer um encontro dos Municípios parceiros na Figueira, em data ainda a definir e que contávamos com a sua presença nesse evento onde se iria discutir estes temas e outros de cada parceiro de igual modo pertinentes.

Por último, foi encerrada a reunião agradecendo uma vez mais a disponibilidade e a partilha de conhecimento.

Registo fotográfico





Município/ Entidade	Participante	Contato	Endereço mail	COVID		Assinatura
				Certificado	Teste Negativo	
CM Figueira da Foz	Valter Rainho	965659781	valter.rainho@cm-figfoz.pt	X		
CM Figueira da Foz	Cláudia Caetano	966824877	claudia.caetano@cm-figfoz.pt	X		Cláudia Caetano
CLIPER Cerâmica SA	Susana Isabel Ferreira	961726967	susana.ferreira@cliper.pt	X		Susana Ferreira
CM Figueira da Foz ALTRI	Sofia Margarida Rebola	961707719	sofia.rebola@altri.pt	✓		
CM Arcos de Valdevez	Emília Cerdeira	966583390	egcerdeira@cmav.pt			
CM Arcos de Valdevez	Carla Araújo	969265284	csaraujo@cmav.pt	X		
CM Moura	Silvia Botelho Monteiro	939045042	silvia.monteiro@cm-moura.pt	X		Silvia Monteiro
CM Moura	Ana Sofia Silva	962746636	ana.poeiras@cm-moura.pt	X		
RCD, SA	Catarina Santos	914411221	catarina.santos@rcd.pt	X		
CM Figueira da Foz	Joana Rocha ✓	918091316	joana.rocha@cm-figfoz.pt	X		Joana Rocha
CM Vila Nova de Famalicão	Ana Silva	965800880	anasilva@famalicao.pt	X		
CM Vila Nova de Famalicão	Marisa Moreira	937694244	marisamoreira@famalicao.pt	X		
CM Vila Nova de Famalicão	Alice Carvalho	933884063	alicecarvalho@famalicao.pt	X		
Auchan Figueira da Foz	Énio Rodrigues	926602095	eniomanuel.rodrigues@auchan.pt	X		
Inc. Mar & Industria Figueira da Foz	Carla Baptista	913865631	geral@ieff.pt			
Direção-Geral do Território	Elisa Vilares	965248948	evilares@dgterritorio.pt	X		
CM Tavira	Telma Conceição	281320567	tconceicao@cm-tavira.pt	X		Telma Conceição
CM Tavira	Silvia Lourenço	281320500	slourenco@cm-tavira.pt	X		Silvia Lourenço
Direção-Geral do Território	Nuno Esteves ✓	962903862	nesteves@dgterritorio.pt	X		Nuno Esteves
MAREFOZ	Ana Carla Garcia	919976830	acmgarcia@uc.pt	X	X	
CM Figueira da Foz	Paula Pereira	968902426	paula.pereira@cm-figfoz	X		Paula Pereira
CM Figueira da Foz	Márcia Milheiro	968049076	marcia.milheiro@cm-figfoz.pt	X		Márcia Milheiro
Microplásticos	Margarida Capela	910247128	margarida.capela@microplasticos.pt	X		
EFP	Maria João Marques	916495508	geral@efp.pt	X		
Município Praia da Vitória	Telma Oliveira	968544127	telma.oliveira@praiaambiente.pt	X		
Munípio Praia da Vitória	Sónia Pimentel	967694380	oGueaTita@hotmail.com			
CM Guarda	Catarina Coimbra	960416486	catarina.coimbra@mun-guarda.pt			
Município Praia da Vitória	Tiago Borges Hugo Gomes	912781956	tiago.borges@praiaambiente.pt	X		
CM Figueira da Foz United Resins	Silvia Alves	913792526	silvia.alves@unitedresins.com	X		Silvia Alves
Gintegral - Gestão Ambiental, SA.	Vasco Leite	927503324	vasco.leite@gintegral.pt			
Maltha Glass Recycling Portugal, LDA	Cátia Alexandra Martins	934206650	catia.martins@maltha.pt	X		
CM Monforte	Lina Maria Barroqueiro	965717776	lina.barroqueiro@cm-monforte.pt	X		
CM Monforte	Fernando Saião	965833030	vicepresidente@cm-monforte.pt			
CM Monforte	Mariana de Jesus Mota	965833079	mariana.mota@cm-monforte.pt			
CM Monforte	Gabriela Tsukamoto	967568521	tranzatolda@gmail.com	X		

CM Figueira da Foz	Ana Catarina Sousa	967713440	catarina.sousa@cm-figfoz.pt	X		<u>A Sousa</u>
CM Figueira da Foz	Ana Heitor		ana.heitor@cm-figfoz.pt			
CM Figueira da Foz	Marta Beja		marta.beja@cm-figfoz.pt			
Direcção-Geral do Território	Maria João Rauch		mariajoao.rauch@googlemail.com			
RCD, SA	Carlos Matos		carlos.matos@rcd.pt	X		Handwritten signature
DGT	Patrícia Florico		Pmoncira@dgt.territorio.pt	X		Handwritten signature
CM Arcos Velozes	Joana Amorim			X		Handwritten signature
	Luis Mascado			X		Handwritten signature

Dr. Smart

Nuno Gabriel

X

CM. Fig Foz

Manuel Domingos

~~CM Fig Foz~~

~~Marta Beja~~

X

Navigato 2

Susana Magalhães

Alfarocho

Rui Pedro Oliveira

X

Handwritten signatures and initials:
 - A Sousa (underlined)
 - ~~Handwritten signature~~
 - ~~Handwritten signature~~
 - ~~Handwritten signature~~
 - N. G.
 - S.
 - Rui Pedro Oliveira

ATA DA REUNIÃO

Data:	25 de janeiro de 2022		
Local:	Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz		
Hora - início:	09h15	Hora - fim:	17h00

ASSUNTO

Teve lugar no dia 25 de janeiro de 2022, no Centro de Artes e Espetáculos (CAE) da Figueira da Foz, a reunião da **Rede – CIRCULARNET – Plataforma para a Circularidade, Comunidade, Empresas e Ambiente Natural**.

Esta reunião, realizada de forma presencial, contou com a participação de todos os municípios parceiros da Rede (Arcos de Valdevez, Vila Nova de Famalicão, Guarda, Monforte, Moura, Tavira e Praia da Vitória), assim como dos parceiros que integram o Grupo de Ação Local do município da Figueira da Foz, para além da presença de representantes da Direção Geral do Território (DGT) e da perita da DGT, que acompanha e apoia esta Rede.

A reunião teve início com uma intervenção do Vereador Manuel Domingues que, em representação do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, deu as boas-vindas a todos os participantes e enalteceu a importância da economia circular no município da Figueira da Foz.



De seguida tomou a palavra Valter Rainho, chefe da Divisão de Ambiente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, que referiu a importância desta rede e da presença de todos os parceiros neste evento.

Seguidamente tomou a palavra Elisa Vilares, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades da DGT, que mencionou a importância da temática no contexto nacional e referiu alguns eventos que terão lugar este ano, no âmbito das Redes Cidades Circulares.

Para o prosseguimento da reunião, tomou a palavra a perita da Rede CircularNet, Maria João Rauch, que encaminhou os participantes para um outro espaço no CAE, dando assim início aos trabalhos relativos à parte técnica.

A perita iniciou os trabalhos com uma dinâmica de grupo que teve como objetivo fomentar o conhecimento entre os participantes através de um jogo informal de carácter dinâmico.



De seguida, Maria João Rauch efetuou uma Apresentação onde referiu a importância dos Grupos de Ação Local (GPAL) e da relevância em juntar todas as partes interessadas numa colaboração e aprendizagem com base na troca de experiências, sendo este processo fundamental para a co-produção do Plano Integrado de Ação, inovador e multidimensional, que será elaborado na Fase 2.



A perita apresentou ainda a metodologia de trabalho que será utilizada na Fase 2, sendo que esta fase tem como objetivo o desenvolvimento de Planos Integrados de Ação Local, através de uma integração horizontal (integração dos diferentes departamentos dos municípios) e integração vertical (cooperação entre os municípios, cidadãos e agendas locais). Esta metodologia de trabalho irá integrar:

- Reuniões interurbanas
- Workshops/Capacitação
- Peer Review
- Intercâmbio de técnicos / membros GPAL
- Visitas de estudo

Foi ainda apresentado o cronograma de trabalho para 2022, estando a Conferência Final da Rede prevista para Abril/Maio de 2023.

	Mar22	Mai22	Jul22	Set22	Nov22	Jan23	Mar23
Reuniões Interurbanas	Tavira		Guarda	Arcos de Valdevez		Monforte	P.Vitória
Capacitação		Moura					
Visita de Estudo					VN Famalicão		

Após um breve coffee break, os participantes tiveram oportunidade de efetuar uma reflexão ativa com lugar a discussão sobre as questões colocadas previamente, relacionadas com a metodologia a aplicar na Fase 2. Neste ponto foram formados grupos de trabalho, dinâmicos e interativos (onde os membros de cada grupo rodavam por outros grupos, de forma a ampliar o nível de discussão), e onde todos os participantes puderam analisar os seguintes pontos:

- Metodologia de trabalho
- Temas e desafios
- Expectativas em relação ao Plano de Ação

Posteriormente, o representante de cada grupo efetuou uma apresentação sobre as principais conclusões retiradas da análise de grupo, sendo que estas reflexões, observações e sugestões serão tidas em consideração na redação do documento do Estudo de Base que a perita irá enviar aos representantes da Direção Geral do Território, como conclusão dos trabalhos desenvolvidos na Fase 1.

Para terminar os trabalhos da parte da manhã, houve ainda lugar à apresentação de uma boa prática de economia circular desenvolvida no concelho da Figueira da Foz, sendo que o representante da unidade industrial *RCD - Resíduos de Construção e de Demolição, S.A.*, Carlos Moita, tomou a palavra e apresentou a instalação, referindo que esta oferece uma solução efetiva para o problema da gestão de resíduos, em especial para os resíduos produzidos no sector da construção civil – obras públicas e privadas.

Após a componente teórica realizada durante a manhã, a agenda da reunião deu seguimento a uma parte prática, depois do almoço, onde os participantes tiveram oportunidade de visitar *in loco*, na Zona Industrial de freguesia de Ferreira-a-Nova, a instalação *RCD - Resíduos de Construção e de Demolição, S.A* apresentada na parte da manhã, que se assume como uma referência no âmbito das soluções efetivas para o problema da gestão de resíduos e da economia circular.



Depois da visita de campo, os participantes regressaram ao CAE para, em conjunto, fazer-se uma reflexão sobre a unidade industrial visitada relativamente aos aspetos que foram considerados como mais relevante, no contexto da economia circular.

Posteriormente, a perita apresentou os próximos passos, onde foram acordadas metas e datas até à próxima reunião. Neste seguimento ficou decidido que a próxima Reunião da Rede, acompanhada por uma Visita de Estudo a uma boa prática municipal, será realizada na última semana de Março e terá lugar em Vila Nova de Famalicão.

A reunião terminou com uma reflexão conjunta sobre o dia de trabalho, sendo que os participantes consideraram este encontro muito positivo e de extrema importância para o sucesso da rede na Fase – Elaboração do Plano de Ação, que terá início no dia 1 de fevereiro de 2022.



Como conclusão, a perita salientou que esta reunião foi um marco no desenvolvimento da Rede e no estabelecimento do Plano de Trabalho para a Fase 2.

LISTA DE PRESENCAS

Nome	Instituição
Elisa Vilares	Direção-Geral do Território
Patrícia Moreira	Direção-Geral do Território
Nuno Esteves	Direção-Geral do Território
Maria João Rauch	Direção-Geral do Território
Manuel Domingues	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Marta Beja	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Valter Rainho	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Cláudia Caetano	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paula Pereira	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Catarina Sousa	Câmara Municipal da Figueira da Foz

Nome	Instituição
Márcia Milheiro	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Joana L. Rocha	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Carla Araújo	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
Joana Amorim	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
Luís Macedo	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
Silvia Botelho Monteiro	Câmara Municipal de Moura
Ana Sofia Mendes Poeiras da Silva	Câmara Municipal de Moura
Ana Silva	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Marisa Moreira	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Alice Carvalho	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Telma Conceição	Câmara Municipal de Tavira
Sílvia Lourenço	Câmara Municipal de Tavira
Telma Oliveira	Câmara Municipal da Praia da Vitória
Hugo Gomes	Câmara Municipal da Praia da Vitória
Lina Maria Barreto Barroqueiro	Câmara Municipal de Monforte
Fernando Manuel Caldeira Saião	Câmara Municipal de Monforte
Mariana de Jesus Rijo Trindade Mota	Câmara Municipal de Monforte
Gabriela Tsukamoto	Câmara Municipal de Monforte
Susana Isabel da Silva Ferreira	CLiPER Cerâmica SA
Catarina Santos	RCD - Resíduos de Construção e Demolição, SA
Carlos Moita	RCD - Resíduos de Construção e Demolição, SA
Énio Rodrigues	Figueira da Foz / Auchan Figueira da Foz
Ana Carla Garcia	MAREFOZ
Margarida Capela	Microplásticos, S.A.
Maria João Botelho da Silva Marques	EFP
Cátia Alexandra Pereira Primo Martins	Maltha Glass Recycling Portugal, LDA
Silvia Alves	United Resins
Nuno Gabriel	Biosmart
Susana Magalhães	Navigator
Rui Pedro Oliveira	Alfarrocho



ATA DA REUNIÃO

Data:	25 de maio de 2022		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	16h00	Hora - fim:	19h00

ASSUNTO

Teve lugar no dia 25 de maio de 2022, no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, um Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião, que decorreu a 25 de janeiro de 2022. Nesta apresentação o município informou o GPAL sobre o resultado da última reunião interurbana que teve lugar em Vila Nova de Famalicão nos dias 30 e 31 de março, e ainda sobre a sua presença na Academia das Cidades Circulares que teve lugar no Fundão, nos dias 5, 6 e 7 de Abril, onde foi promovida, por parte da Direção Geral do Território, uma capacitação de todos os parceiros da Rede Cidades Circulares relativamente ao Plano de Ação a ser desenvolvido na Fase 2.

O município, após relembrar os Temas identificados no Estudo Base (Fase 1) e que serão os grandes pilares a serem trabalhados na Fase 2 (Biorresíduos Alimentares – cantinas, Biomassa Florestal e Resíduos de Construção e Demolição), explicou a Metodologia que será seguida na Fase 2 (Modelo Carrossel) e explicou ainda o que se pretende com o Plano Local de Ação Integrado (objetivo principal da Fase 2), esclarecendo a importância de serem definidos, a montante, os Problemas associados a cada um dos Temas.

De seguida foram realizados trabalhos de grupo com o objetivo de se identificarem os principais Problemas associados a cada uma das temáticas.



Após a discussão em pequeno grupo, foram feitas as apresentações dos resultados e assinalados no quadro todos os problemas identificados.

Relativamente à **Biomassa Florestal**, foram considerados como principais problemas:

- Falta de centros de recolha
- Falta de consciencialização/sensibilização/divulgação
- Má gestão da biomassa florestal

Relativamente aos **Resíduos de Construção e Demolição**, foram considerados como principais problemas:

- Falta de segregação/triagem
- Falta de centros de recolha
- Falta de penalização/fiscalização
- Falta de solução para alguns resíduos (na perspetiva da empresa RCD)

Para finalizar, uma vez que um dos Temas que voltou a estar no centro de discussão da nossa equipa foram os **Biorresíduos alimentares**, foi proposto ao GPAL o alargamento do grupo e o convite a outras entidades que possam trazer mais-valias ao processo de discussão e elaboração do PLAI, nomeadamente: Escolas, CCDRC e ERSUC. O GPAL concordou plenamente com a proposta, tendo ainda sugerido a integração das Juntas de Freguesia.

O GPAL foi informado que a próxima reunião interurbana será realizada nos Açores, na Praia da Vitória, nos dias 7, 8 e 9 de junho, sendo que o município propôs que o próximo Workshop Participativo do GPAL se realizasse no final de junho (dia 30 de maio, eventualmente).

A próxima reunião com o GPAL terá como objetivo dar retorno da reunião que irá decorrer na Praia da Vitória assim como trabalhar na elaboração das **Árvores dos Problemas**, identificando-se objetivamente quais as causas e consequências associadas a cada um dos problemas identificados como prioritários.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa. O município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.



LISTA DE PRESENÇAS

Nome	Instituição
Paula Pereira	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Ana Heitor	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Catarina Sousa	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Maria João Marques	Empresa Figueirense de Pesca
Susana Ferreira	Cliper Cerâmicas, SA
Catarina Santos	RCD
Marina Rocha	Navigator
Susana Magalhães	Navigator
Cristina Rocha	MAREFOZ
Cátia Marques	MAREFOZ
Marta Correia	Alfarroxo
Nuno Gabriel	Biosmart



ATA DA REUNIÃO

Data:	5 de julho de 2022		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 5 de julho de 2022, no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 2.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião, que decorreu a 25 de maio de 2022. Nesta apresentação o município informou o GPAL sobre o resultado da última reunião intermunicipal que teve lugar na Praia da Vitória, nos Açores, nos dias 7, 8 e 9 de junho. Segue o Programa do Workshop.

WORKSHOP PARTICIPATIVO

 **Programa**

-  15h00 | Receção
-  15h15 | Rede CircularNet – Plataforma para a Circularidade Áreas de intervenção identificadas no Estudo de Base (Fase 1)
Metodologia a usar na Fase 2
-  15h30 | Reunião Intermunicipal 2 - Praia da Vitória (7, 8 e 9 de junho)
-  15h45 | Deep Dive / Reflexão conjunta (Árvores dos Problemas)
-  17h15 | Próximos passos de trabalho
-  17h30 | Encerramento

Após relembrar os 4 principais problemas associados a cada um dos Temas (Biorresíduos Alimentares – cantinas, Biomassa Florestal e Resíduos de Construção e Demolição) identificados na reunião anterior, o município esclareceu ainda a Metodologia que será seguida no que respeita à construção da **Árvore de Problemas**, tendo sido explicada a importância desta ferramenta, muito útil para entender qual o **problema** central a ser resolvido, quais as causas e as consequências do problema.



De seguida foram realizados trabalhos de grupo com o objetivo de ser construída uma árvore de problemas para cada um dos problemas identificados, tendo cada grupo ficado com um Tema específico. Uma vez que o representante da empresa RCD (Resíduos de Construção e Demolição) não teve possibilidade de estar presente, optou-se por efetuar a construção da árvore de problemas para o Tema: *Resíduos de Construção e Demolição* na próxima reunião, uma vez que será fundamental a contribuição desta empresa na construção da árvore de problemas.

Após discussão e análise em pequeno grupo, foram feitas as respetivas apresentações dos resultados, em grande grupo.

Relativamente aos **Biorresíduos Alimentares** (cantinas), o grupo optou por fazer uma identificação de causas e consequências conjunta, para os 4 problemas identificados anteriormente (desperdício alimentar/falta de destino final/falta de separação na origem/falta de agilização na recolha), uma vez que estas são comuns aos diferentes problemas.

Neste contexto, foram identificadas como **Causas dos Problemas**:

- Para os Resíduos Domésticos:

- Falta de estratégia de recolha (ótima)
- Falta de conhecimento - compostagem (processo) e reciclagem (preconceito)
- Falta de terrenos (burocracia)

- Para os Resíduos Industriais:

- Falta de conhecimento
- Falta de legislação
- Falta de iniciativas externas (encaminhamento alimentar)

Como **Consequências dos Problemas**, foram identificadas:

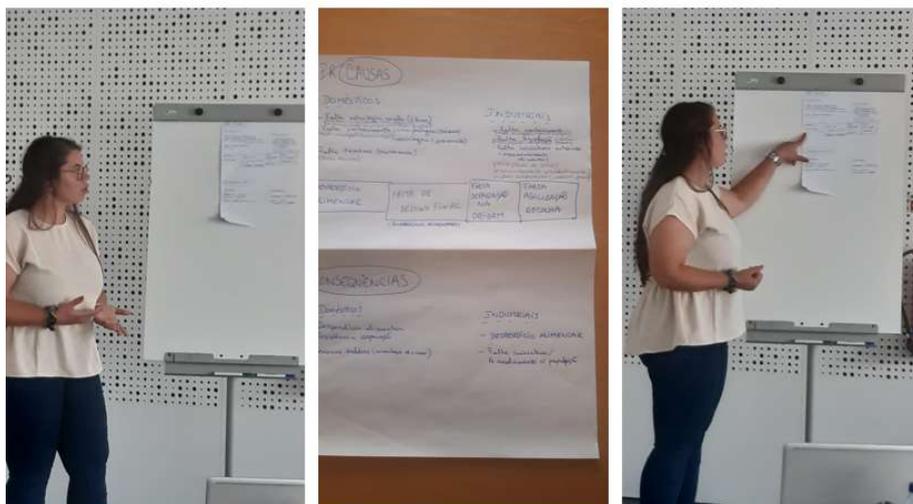
- Para os Resíduos Domésticos:

- Desperdício alimentar
- Resistência separação
- Terrenos baldios (manutenção)

- Para os Resíduos Industriais:

- Desperdício alimentar

- Falta de iniciativa / não envolvimento com a população



Relativamente à **Biomassa Florestal**

- No que diz respeito ao problema “**Falta de Centros de Recolha**”:

- foram consideradas como principais Causas:
 - Falta de visão estratégica
 - Logística associada ao processo de recolha
 - Destino final (encontrar parceiros que utilizam a biomassa)
- foram consideradas como principais Consequências:
 - Manutenção do problema
 - Abandono de resíduos
 - Aumento do risco de incêndio
 - Acumulação nos locais de produção
 - Destino final inadequado e desperdício energético

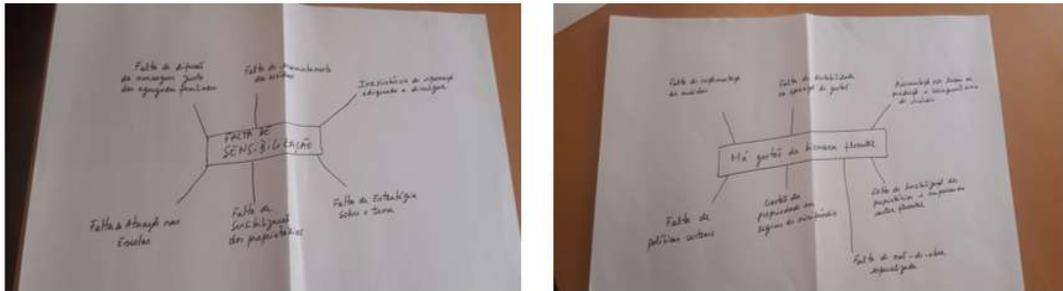


- No que diz respeito ao problema “**Falta de Sensibilização**”:

- foram consideradas como principais Causas:
 - Falta de atuação nas escolas
 - Falta de sensibilização dos proprietários
 - Falta de estratégia sobre o tema
- foram consideradas como principais Consequências:
 - Falta de difusão da mensagem junto dos agregados familiares
 - Falta de encaminhamento dos resíduos
 - Inexistência de informação adequada a divulgar

- No que diz respeito ao problema “**Má gestão da biomassa florestal**”:

- foram consideradas como principais Causas:
 - Falta de políticas centrais
 - Gestão da propriedade em regime de minifúndio
 - Falta de mão-de-obra especializada
 - Falta de sensibilização dos proprietários e empresas do setor florestal
- foram consideradas como principais Consequências:
 - Falta de implementação de medidas
 - Falta de rentabilidade na operação de gestão
 - Acumulação nos locais de produção e consequente risco de incêndio



O GPAL foi informado que a próxima reunião intermunicipal será realizada em Arcos de Valdevez, nos dias 20 e 21 de setembro, sendo que o município propôs ainda que o próximo Workshop Participativo do GPAL se realizasse em setembro (dia 13, eventualmente).

A próxima reunião com o GPAL terá como objetivo definir as medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), assim como efetuar um ponto de situação quanto à evolução do projeto, nomeadamente os desenvolvimentos das próximas reuniões intermunicipais da rede Circularnet, assim como a preparação da 2.ª Conferência Nacional da Rede Cidades Circulares (InC2), que terá lugar (previsivelmente) em novembro deste ano, na Figueira da Foz, e na qual gostaríamos muito de contar com a participação do GPAL na organização deste evento.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.

LISTA DE PRESENÇAS

Nome	Instituição
Valter Rainho	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paula Pereira	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Ana Heitor	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Catarina Sousa	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Marta Afonso	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Márcia Milheiro	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Maria João Marques	Empresa Figueirense de Pesca
Marina Rocha	Navigator
Cátia Marques	MAREFOZ
Sílvia Alves	United Resins
Sandra Rodrigues	ACIFF



Workshop Participativo

Data:	05 de julho de 2022
Hora:	15h00 – 17h30
Local:	Quartel da Imagem
Participantes:	Equipa da CMFF e GPAL

PROGRAMA

15h00 | Receção

15h15 | Rede CircularNet – Plataforma para a Circularidade

- Áreas de intervenção identificadas no Estudo de Base (Fase 1)
- Metodologia a usar na Fase 2

15h30 | Reunião Intermunicipal 2 - Praia da Vitória (7, 8 e 9 de junho)

15h45 | Deep Dive / Reflexão conjunta (elaboração das Árvores dos Problemas)

17h15 | Próximos passos de trabalho

17h30 | Encerramento

ATA DA REUNIÃO

Data:	13 de setembro de 2022		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 13 de julho de 2022, no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 3.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião, que decorreu a 5 de julho de 2022. Segue o Programa do Workshop.

WORKSHOP PARTICIPATIVO

 **Programa**

 15h00 | Recepção

 15h15 | Rede CircularNet – Plataforma para a Circularidade Áreas de intervenção identificadas no Estudo de Base (Fase 1)
Metodologia a usar na Fase 2

 15h45 | Deep Dive / Reflexão conjunta
- Estabelecer Árvore de problemas para os RCD
- Definir objetivos Gerais e Objetivos Específicos para cada um dos Temas

 17h15 | Próximos passos de trabalho

 17h30 | Encerramento

Após relembrar os 4 principais problemas associados a cada um dos Temas (Biorresíduos Alimentares – cantinas, Biomassa Florestal e Resíduos de Construção e Demolição) identificados na reunião anterior, o município esclareceu novamente a Metodologia que foi seguida no que respeita à construção da **Árvore de Problemas**, tendo sido reiterada a importância desta ferramenta, muito útil para entender qual o **problema** central a ser resolvido, quais as causas e as consequências do problema.

Uma vez que, da sessão anterior, ficou por desenvolver a análise relativamente ao tema *Resíduos de Construção e Demolição*, esta foi realizada em grande grupo, com a presença da representante da empresa RCD (Resíduos de Construção e Demolição).

Neste contexto, como **Causas dos Problemas**, foram identificadas:

- Fraca disseminação (particulares)
- Logística complexa
- Falta de sensibilização
- Legislação/fiscalização



Como **Consequências dos Problemas**, foram identificados:

- Abandono da atividade
- Elevado desgaste de Recursos Naturais
- Custos de remoção
- Menor re-incorporação dos resíduos

De seguida foi efetuada uma análise e discussão, em pequenos grupos, dos **objetivos gerais e específicos** referentes a cada um dos temas definidos, sendo que posteriormente foi feita a apresentação dos mesmos, por parte de cada um dos grupos.



Estes objetivos estabilizados na reunião serão posteriormente enviados aos membros do GPAL para uma última revisão/validação final, e serão apresentados na próxima reunião intermunicipal, em Arcos de Valdevez.

O GPAL foi informado que a próxima reunião intermunicipal será realizada em Arcos de Valdevez, nos dias 20 e 21 de setembro, sendo que o município propôs ainda que o próximo Workshop Participativo do GPAL se realizasse no dia 18 de Outubro.

A próxima reunião com o GPAL terá como objetivo definir as medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), assim como efetuar um ponto de situação quanto à evolução do projeto, nomeadamente os desenvolvimentos das próximas reuniões intermunicipais da rede Circularnet, assim como a preparação da 2.ª Conferência Nacional da Rede Cidades Circulares (InC2), que terá lugar no dia 22 de novembro deste ano, na Figueira da Foz, e na qual gostaríamos muito de contar com a participação do GPAL na organização deste evento.

Importa ainda referir que, decorrente do convite feito em julho à CCDRC para integrar o GPAL da Circularnet, esta sessão contou com a presença da representante da CCDRC, Drª Alexandra Rodrigues, na qualidade de *observadora* do Programa URBACT.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.

LISTA DE PRESENCAS

Nome	Instituição
Valter Rainho	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paula Pereira	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Ana Heitor	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Catarina Sousa	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Márcia Milheiro	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Maria João Marques	Empresa Figueirense de Pesca
Marina Rocha	Navigator
Cátia Marques	MAREFOZ
Carla Batista	ACIFF
Énio Rodrigues	Auchan
Catarina Santos	RCD – SA
Filomena Marinheiro	Celbi, SA
Lina Raimundo	Celbi, Sa
Alexandra Rodrigues	CCDRC
Sílvia Alves	United Resins
Sandra Martins	MALTHA Portugal
Cliper Cerâmica, SA	Susana Ferreira



Entidade	Participante	Contacto	Endereço mail	Assinatura
C.M. Figueira de Foz	Maria Milhã	967049076	marcia.milha@cm-figfz.pt	M. Milhã
AUCHAN Figueira de Foz	Enjo Raposo	926602095	Enjo.Raposo@AUCHAN.pt	Enjo
ACIFF / IEFF	Carla Baptista	91385831	info.empresas@aciff.pt	Carla
CCDR MAREFOZ-UC	Cátia Marques	935601128	cátia.a.marques@uc.pt	Cátia
Empresa Figueira de Foz	M. João Marques	916495508	geral@efp.pt	M. João
RED-SA	Cátia Soares	914411221	cata_soares@red.pt	Cátia
CCDR	Alexandra Rodrigues	986520740	alexandra.Rodrigues@ccdr.pt	Alexandra
Celbi, S.A.	Filomena Martins	926602579	filomena.martins@celbi.pt	Filomena
Celbi SA	Lina Raimundo	969652344	lina.raimundo@celbi.pt	Lina
UNITED RESINOS, S.A.	Silvia Alves	913792526	silvia.alves@unitedresins.com	Silvia Alves
Plisen Lencois SA	Suzana Ferreira	961726967	suzana.ferreira@plisen.pt	Suzana
MALHA BAVAR	Daniela Martins	968334465	daniela.martins@malha.pt	Daniela
Navigator	Wanina Rocha	963274751	wanina.rocha@thenavigator.com	Wanina
Col. Figueira Foz	Paulo Pereira	968902426	paulo.pereira@cm-figfz.pt	Paulo
Col. Fij. Foz	Véler Vauw	965657781	veler.vauw@cm-figfz.pt	Véler
CM:FG:FEZ	Ana Heitor	96937706	ana.heitor@cm-figfz.pt	Ana
E.F. Fij. Foz	Cátia Soares	967713440	cata_soares@cm-figfz.pt	Cátia

ATA DA REUNIÃO

Data:	18 de outubro de 2022		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 18 de outubro de 2022 no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 4.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião.

A presente reunião com o GPAL teve como objetivo discutir sobre a definição das medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), efetuar um ponto de situação quanto à evolução do projeto, nomeadamente os desenvolvimentos das próximas reuniões intermunicipais da rede Circularnet, assim como efetuar a preparação da 2.ª Conferência Nacional da Rede Cidades Circulares (InC2), que terá lugar no dia 22 de novembro deste ano, na Figueira da Foz, e na qual gostaríamos muito de contar com a participação do GPAL na organização deste evento.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o Município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.

WORKSHOP PARTICIPATIVO

CircularNet
Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Câmara Municipal da Figueira da Foz 18 outubro de 2022

1

1. Estudo de Base - Áreas de Intervenção (Fase 1)

Após as reuniões com o GPAL e tendo em consideração a temática mais desafiadora que se aproxima para os Municípios até 2024 – recolha seletiva de biorresíduos, o município da Figueira da Foz definiu como linha orientadora dos seus temas:

- 1) Biorresíduos**
 - Biomassa florestal
 - Biorresíduos alimentares de cantinas
- 2) Resíduos de Construção e Demolição – RCD's**

2

2. URBACK - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia a ser seguida na Fase 2 assenta no **Modelo de Carrossel**, no qual há uma sequência de reuniões interurbanas, uma em cada cidade parceira, visando o encontro de todas as cidades parceiras num contexto de intercâmbio e aprendizagem coletiva.

- Reuniões interurbanas
- Peer Review
- Intercâmbio de técnicos/membros GPAL
- Visitas de Estudo

Reuniões / Intercâmbios

- Vila Nova de Famalicão (30 e 31 março)
- Fundão – Academia Cidades Circulares (5, 6 e 7 de abril)
- Praia da Vitória (7, 8 e 9 de junho)
- Arcos de Valdevez (20 e 21 de setembro)
- Távira (13 e 14 de dezembro)

3

2. URBACK - Metodologia de Trabalho - Fase 2

Reuniões / Intercâmbios

4

2. URBACK - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia URBACK permite uma **comunicação intra e inter urbana sobre políticas de desenvolvimento urbano mais eficaz e mais participativa**

Objetivo:

Desenvolvimento de **Planos Integrados de Ação Local**, através da integração horizontal e vertical

5

3. Identificação dos Problemas (Reunião GPAL – 25 Maio)

6

3. Identificação dos Problemas (Reunião GPAL – 25 Maio)

Biorresíduos Alimentares (cantinas) - principais problemas:

- Falta de destino final
- Falta de separação na origem
- Falta de agilização da recolha
- Desperdício alimentar

Biomassa Florestal - principais problemas:

- Falta de centros de recolha
- Falta de consciencialização/sensibilização/divulgação
- Má gestão da biomassa florestal

Resíduos de Construção e Demolição - principais problemas:

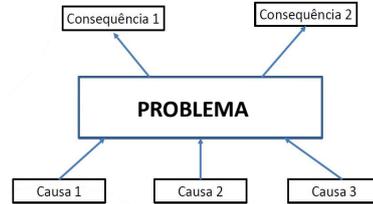
- Falta de segregação/triagem
- Falta de centros de recolha
- Falta de penalização/fiscalização
- Falta de solução para alguns resíduos (na perspetiva da empresa RCD)



7

3. Análise de Problemas e Planeamento: ÁRVORE DE PROBLEMAS

A **Árvore de Problemas** é uma ferramenta muito útil para entender qual é o **problema** central a ser resolvido, quais as causas e as consequências



8

4. Árvore dos Problemas (Reunião GPAL – 5 Julho)



9

4. Árvore dos Problemas (Reunião GPAL – 5 Julho)

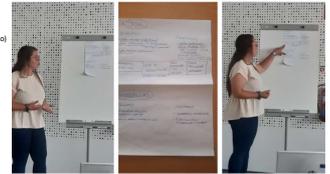
Biorresíduos Alimentares (cantinas)

Como **Causas dos Problemas**, foram identificadas:

- Para os **Resíduos Domésticos**:
 - Falta de estratégia de recolha (ótima)
 - Falta de conhecimento: compostagem (processo) e reciclagem (preconceito)
 - Falta de terrenos (burocracia)
- Para os **Resíduos Industriais**:
 - Falta de conhecimento
 - Falta de legislação
 - Falta de incentivos externos (encaminhamento alimentar)

Como **Consequências dos Problemas**, foram identificadas:

- Para os **Resíduos Domésticos**:
 - Desperdício alimentar
 - Resistência separação
 - Terrenos baldios (manutenção)
- Para os **Resíduos Industriais**:
 - Desperdício alimentar
 - Falta de iniciativa / não envolvimento com a população



10

4. Árvore dos Problemas (Reunião GPAL – 5 Julho)

Biomassa Florestal

- No que diz respeito ao problema "Falta de Centros de Recolha":

- foram consideradas como **principais Causas**:
 - Falta de visão estratégica
 - Logística associada ao processo de recolha
 - Destino final (encontrar parceiros que utilizam a biomassa)
- foram consideradas como **principais Consequências**:
 - Manutenção do problema
 - Abandono de resíduos
 - Aumento do risco de incêndio
 - Acumulação nos locais de produção
 - Destino final inadequado e desperdício energético

- No que diz respeito ao problema "Falta de Sensibilização":

- foram consideradas como **principais Causas**:
 - Falta de atuação nos meios
 - Falta de sensibilização dos proprietários
 - Falta de estratégia sobre o tema
- foram consideradas como **principais Consequências**:
 - Falta de eficácia da mensagem junto dos agregados familiares
 - Falta de encaminhamento dos resíduos
 - Inexistência de informação adequada a divulgar



11

4. Árvore dos Problemas (Reunião GPAL – 13 setembro)

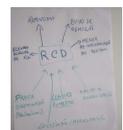
Resíduos de Construção e Demolição

Como **Causas dos Problemas**, foram identificadas:

- Fraca disseminação (particulares)
- Logística complexa
- Falta de sensibilização
- Legislação/fiscalização

Como **Consequências dos Problemas**, foram identificados:

- Abandono da atividade
- Elevado desgaste de Recursos Naturais
- Custos de remoção
- Menor re-incorporação dos resíduos



12

5. Objetivos Gerais e Objetivos Específicos

Metodologia

Atual situação das cidades:

- Visão comum construída com o GPAL
- Ideias "listadas"/pilares do Plano
- Construindo os objetivos

13

5. Objetivos Gerais e Objetivos Específicos

BORRESÍDUOS ALIMENTARES

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Resultados
1. Sensibilização / informação à comunidade para a recolha seletiva de bioresíduos	1. Ações de sensibilização destinadas à comunidade escolar 2. Ações de sensibilização destinadas à comunidade em geral 3. Ações de sensibilização nas cantinas das unidades industriais	
2. Combate ao desperdício alimentar	1. Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar nas unidades industriais em conjunto com IPSS/Associações do concelho	
3. Definição de uma estratégia de recolha e destino final de bioresíduos alimentares	1. Desenvolvimento de uma solução de recolha seletiva e tratamento de bioresíduos em articulação com as entidades em Alta 2. Fomentar a compostagem doméstica / comunitária junto da população no concelho através da disponibilização de composteiras.	

14

5. Objetivos Gerais e Objetivos Específicos

BIOMASSA FLORESTAL

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Resultados
1. Sensibilização / informação à comunidade sobre gestão de biomassa florestal	1. Ações de sensibilização destinadas à comunidade escolar 2. Ações de sensibilização destinadas à comunidade em geral 3. Ações de sensibilização destinadas aos proprietários e empresas do setor florestal 4. Ações de sensibilização aproveitando o BIPI	
2. Criação de centros de recolha de resíduos verdes para valorização orgânica/energética	1. Identificação dos melhores locais para instalação dos centros de recolha 2. Criação de modelos de gestão para os centros de recolha com os parceiros privados do concelho	
3. Desenvolvimento de mão-de-obra especializada	1. Implementação de Planos de Formação específicos para a biomassa florestal 2. Articulação dos recursos humanos especializados com os parceiros do setor do concelho (bolsa de trabalhadores) 3. Criação de uma plataforma digital facilitadora entre produtores/consumidores de biomassa florestal	

15

5. Objetivos Gerais e Objetivos Específicos

RESÍDUOS DE CONSTRUÇÃO E DEMOLUÇÃO (RCD'S)

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Resultados
1. Sensibilização e formação à comunidade sobre gestão de RCD's	1. Ações de sensibilização à população através de meios digitais 2. Sensibilização ao público-alvo (construtores, futuros Eng. Civils...)	
2. Criação de centros de recolha para valorização de RCD's	1. Criação de uma rede de recolha sustentável (ex: retorno nos transportes) 2. Criação de benefícios para utilização de agregados reciclados	
3. Fiscalização efetivada	1. Formação às entidades fiscalizadoras sobre gestão de rcd's, em obra e legislação atualizada 2. Disponibilização de meios que promovam a fiscalização (digitais para consulta de E-GAR, veículos para o terreno...) 3. Fomentar a reciclagem dos rcd's através dos agentes fiscalizadores 4. Fazer utilizar uma percentagem superior aos 5% exigidos por lei, de materiais reciclados ou que incorporem materiais reciclados, sempre que for economicamente exequível 5. Fiscalização da limpeza e organização dos estaleiros para uma correta gestão e origem dos RCD 6. Fiscalização municipal de obras em curso no município	

16

6. Próximos passos - Plano de Ação Integrado

Nome da Ação	Coordenador			
Breve descrição	Plano/Estratégia			
Stakeholders	Financiamento e Recursos			
	Prazo			
ATIVIDADES				
ATIVIDADE	Data	RESULTADOS esperados	IMPACTO Esperado	Riscos Potenciais OBSTACULOS

17

6. Próximos passos

Tavira (13 e 14 de dezembro)

Figueira da Foz (22 de novembro)

18



The banner features a black header with the 'figueira' logo on the left and the title 'Workshop Participativo' in white. Below the header, a teal box on the left contains the text 'WORKSHOP PARTICIPATIVO'. To the right is the 'CircularNet' logo, which consists of three interlocking circular arrows in blue, green, and red, with the text 'CircularNet' and 'Plataforma para a Circularidade' and 'Comunidade, Empresa e Ambiente Natural' below it. The footer contains the text 'Câmara Municipal da Figueira da Foz' and '18 OUTUBRO DE 2022' on the left, and a row of logos for 'Município da Figueira da Foz', 'Território', 'HUNDO-AMBIENTAL', and 'Instituto Municipal de Ambiente' on the right.

19

ATA DA REUNIÃO

Data:	29 de novembro de 2022		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 29 de novembro de 2022 no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 5.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião.

A presente reunião com o GPAL teve como objetivo definir as medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), no que se refere à área temática dos **Biorresíduos alimentares**.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o Município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.

WORKSHOP PARTICIPATIVO

CircularNet
Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Câmara Municipal da Figueira da Foz 29 NOVEMBRO DE 2022

1

1. Estudo de Base - Áreas de Intervenção (Fase 1)

Após as reuniões com o GPAL e tendo em consideração a temática mais desafiadora que se aproxima para os Municípios até 2024 – recolha seletiva de biorresíduos, o município da Figueira da Foz definiu como linha orientadora dos seus temas:

- 1) Biorresíduos**
 - Biomassa florestal
 - Biorresíduos alimentares de cantinas
- 2) Resíduos de Construção e Demolição – RCD's**

2

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia a ser seguida na Fase 2 assenta no **Modelo de Carrossel**, no qual há uma sequência de reuniões interurbanas, uma em cada cidade parceira, visando o encontro de todas as cidades parceiras num contexto de intercâmbio e aprendizagem coletiva.

- Reuniões interurbanas
- Peer Review
- Intercâmbio de técnicos/membros GPAL
- Visitas de Estudo

Carrousel Model

- Vila Nova de Famalicão (30 e 31 março)
- Fundão – Academia Cidades Circulares (5, 6 e 7 de abril)
- Praia da Vitória (7, 8 e 9 de junho)
- Arcos de Valdevez (20 e 21 de setembro)
- Figueira da Foz (22 de novembro)
- Tavira (12 e 13 de dezembro)

Visita de estudo - Mouans-Sartoux (França) - 18 a 20 de abril

3

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

Reuniões / Intercâmbios

4

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia URBACT permite uma comunicação intra e inter urbana sobre políticas de desenvolvimento urbano mais eficaz e mais participativa

Objetivo:

Desenvolvimento de **Planos Integrados de Ação Local**

APÓIO PARA O DESENVOLVIMENTO DE PLANOS LOCAIS DE AÇÃO INTEGRADA PARA CIDADES CIRCULARES

Através de:

- Integração
- Horizontal
- Vertical

5

6. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

Redes Cidades Circulares
Plano de Ação - Circular Net
Área Temática: Economia Circular

Cidade: **Figueira da Foz**

Índice	
Missão e Visão	1
Síntese Executiva	4
1. Contexto e Ponto de Partida	5
2. Caracterização do Município e do Território	6
3. Diagnóstico do Município e do Território	7
4. Plano de Ação Integrado	8
5. Plano de Ação	9
6. Plano de Ação	10
7. Plano de Ação	11
8. Plano de Ação	12
9. Plano de Ação	13
10. Plano de Ação	14
11. Plano de Ação	15
12. Plano de Ação	16
13. Plano de Ação	17
14. Plano de Ação	18
15. Plano de Ação	19
16. Plano de Ação	20
17. Plano de Ação	21
18. Plano de Ação	22
19. Plano de Ação	23
20. Plano de Ação	24
21. Plano de Ação	25
22. Plano de Ação	26
23. Plano de Ação	27
24. Plano de Ação	28
25. Plano de Ação	29
26. Plano de Ação	30
27. Plano de Ação	31
28. Plano de Ação	32
29. Plano de Ação	33
30. Plano de Ação	34
31. Plano de Ação	35
32. Plano de Ação	36
33. Plano de Ação	37
34. Plano de Ação	38
35. Plano de Ação	39
36. Plano de Ação	40
37. Plano de Ação	41
38. Plano de Ação	42
39. Plano de Ação	43
40. Plano de Ação	44
41. Plano de Ação	45
42. Plano de Ação	46
43. Plano de Ação	47
44. Plano de Ação	48
45. Plano de Ação	49
46. Plano de Ação	50
47. Plano de Ação	51
48. Plano de Ação	52
49. Plano de Ação	53
50. Plano de Ação	54
51. Plano de Ação	55
52. Plano de Ação	56
53. Plano de Ação	57
54. Plano de Ação	58
55. Plano de Ação	59
56. Plano de Ação	60
57. Plano de Ação	61
58. Plano de Ação	62
59. Plano de Ação	63
60. Plano de Ação	64
61. Plano de Ação	65
62. Plano de Ação	66
63. Plano de Ação	67
64. Plano de Ação	68
65. Plano de Ação	69
66. Plano de Ação	70
67. Plano de Ação	71
68. Plano de Ação	72
69. Plano de Ação	73
70. Plano de Ação	74
71. Plano de Ação	75
72. Plano de Ação	76
73. Plano de Ação	77
74. Plano de Ação	78
75. Plano de Ação	79
76. Plano de Ação	80
77. Plano de Ação	81
78. Plano de Ação	82
79. Plano de Ação	83
80. Plano de Ação	84
81. Plano de Ação	85
82. Plano de Ação	86
83. Plano de Ação	87
84. Plano de Ação	88
85. Plano de Ação	89
86. Plano de Ação	90
87. Plano de Ação	91
88. Plano de Ação	92
89. Plano de Ação	93
90. Plano de Ação	94
91. Plano de Ação	95
92. Plano de Ação	96
93. Plano de Ação	97
94. Plano de Ação	98
95. Plano de Ação	99
96. Plano de Ação	100

6

5. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

BIORRESÍDUOS ALIMENTARES

Da última reunião com o GPAL...

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Atividades
Promover e implementar a recolha seletiva de Biorresíduos alimentares.	1. Sensibilização / informação à comunidade para a recolha seletiva de biorresíduos	1. Ações de sensibilização destinadas à comunidade escolar 2. Ações de sensibilização destinadas à comunidade em geral 3. Ações de sensibilização nas cantinas das unidades industriais
	2. Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar	1. Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar nas unidades industriais (em conjunto com IPD/Associações do concelho) 2. Criação de um programa de combate ao desperdício alimentar na restauração (em conjunto com IPD/Associações do concelho)
	3. Definição de uma estratégia de recolha e destino final de biorresíduos alimentares	1. Desenvolvimento de uma solução de recolha seletiva e tratamento de biorresíduos em articulação com as entidades em Alta 2. Fomentar a compostagem doméstica / comunitária junto da população no concelho através da disponibilização de compostores

7

5. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

BIORRESÍDUOS ALIMENTARES

↓

Ações de Sensibilização

8

6. Próximos passos

Próximas Reuniões de Trabalho

- 24 ou 31 de Janeiro (3ª feira)

9

Plano de Ação Integrado para a Gestão dos Biorresíduos Alimentares

WORKSHOP PARTICIPATIVO

CircularNet
Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Câmara Municipal da Figueira da Foz 29 NOVEMBRO DE 2022

10

ATA DA REUNIÃO

Data:	24 de janeiro de 2023		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 24 de janeiro de 2023 no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 6.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião.

A presente reunião com o GPAL teve como objetivo definir as medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), no que se refere à área temática dos **Resíduos da Biomassa Florestal**.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o Município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.

WORKSHOP PARTICIPATIVO

CircularNet
Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Câmara Municipal da Figueira da Foz 24 DE JANEIRO DE 2023

1

1. Estudo de Base - Áreas de Intervenção (Fase 1)

Após as reuniões com o GPAL e tendo em consideração a temática mais desafiadora que se aproxima para os Municípios até 2024 – recolha seletiva de biorresíduos, o município da Figueira da Foz definiu como linha orientadora dos seus temas:

- 1) Biorresíduos**
 - Biomassa florestal
 - Biorresíduos alimentares de cantinas
- 2) Resíduos de Construção e Demolição – RCD's**

2

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia a ser seguida na Fase 2 assenta no **Modelo de Carrossel**, no qual há uma sequência de reuniões interurbanas, uma em cada cidade parceira, visando o encontro de todas as cidades parceiras num contexto de intercâmbio e aprendizagem coletiva.

- Reuniões interurbanas
- Peer Review
- Intercâmbio de técnicos/membros GPAL
- Visitas de Estudo

- Vila Nova de Famalicão (30 e 31 março)
- Fundão – Academia Cidades Circulares (5, 6 e 7 de abril)
- Praia da Vitória (7, 8 e 9 de junho)
- Arcos do Valdevez (20 e 21 de setembro)
- Tavira (12 e 13 de dezembro)
- Figueira da Foz (22 de novembro)
- Monforte (7 e 8 de fevereiro)

Visita de estudo - Mouans-Sartoux (França) - 18 a 20 de abril

3

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

Reuniões / Intercâmbios

4

2. URBACT - Metodologia de Trabalho - Fase 2

A metodologia URBACT permite uma comunicação intra e inter urbana sobre políticas de desenvolvimento urbano mais eficaz e mais participativa

Objetivo:

Desenvolvimento de **Planos Integrados de Ação Local**

5

6. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

Redes Cidades Circulares
Plano de Ação - Circular Nel
Área Temática: Economia Circular

Cidade: (Nome do Município)

Elaborado por:
Data:

Índice

- Mensagem do Presidente..... 3
- Síntese Executiva..... 4
- 1. Contexto e Justificação..... 5
- 2. Apresentação do Plano de Ação Integrado..... 6
- 3. Objetivos..... 7
- 4. Estrutura do Plano..... 8
- 5. Apresentação do Plano de Ação Integrado..... 9
- 6. Anexos..... 10
- 7. Anexos..... 11
- 8. Anexos..... 12
- 9. Anexos..... 13
- 10. Anexos..... 14
- 11. Anexos..... 15
- 12. Anexos..... 16
- 13. Anexos..... 17
- 14. Anexos..... 18
- 15. Anexos..... 19
- 16. Anexos..... 20
- 17. Anexos..... 21
- 18. Anexos..... 22
- 19. Anexos..... 23
- 20. Anexos..... 24
- 21. Anexos..... 25
- 22. Anexos..... 26
- 23. Anexos..... 27
- 24. Anexos..... 28
- 25. Anexos..... 29
- 26. Anexos..... 30
- 27. Anexos..... 31
- 28. Anexos..... 32
- 29. Anexos..... 33
- 30. Anexos..... 34
- 31. Anexos..... 35
- 32. Anexos..... 36
- 33. Anexos..... 37
- 34. Anexos..... 38
- 35. Anexos..... 39
- 36. Anexos..... 40
- 37. Anexos..... 41
- 38. Anexos..... 42
- 39. Anexos..... 43
- 40. Anexos..... 44
- 41. Anexos..... 45
- 42. Anexos..... 46
- 43. Anexos..... 47
- 44. Anexos..... 48
- 45. Anexos..... 49
- 46. Anexos..... 50
- 47. Anexos..... 51
- 48. Anexos..... 52
- 49. Anexos..... 53
- 50. Anexos..... 54
- 51. Anexos..... 55
- 52. Anexos..... 56
- 53. Anexos..... 57
- 54. Anexos..... 58
- 55. Anexos..... 59
- 56. Anexos..... 60
- 57. Anexos..... 61
- 58. Anexos..... 62
- 59. Anexos..... 63
- 60. Anexos..... 64
- 61. Anexos..... 65
- 62. Anexos..... 66
- 63. Anexos..... 67
- 64. Anexos..... 68
- 65. Anexos..... 69
- 66. Anexos..... 70
- 67. Anexos..... 71
- 68. Anexos..... 72
- 69. Anexos..... 73
- 70. Anexos..... 74
- 71. Anexos..... 75
- 72. Anexos..... 76
- 73. Anexos..... 77
- 74. Anexos..... 78
- 75. Anexos..... 79
- 76. Anexos..... 80
- 77. Anexos..... 81
- 78. Anexos..... 82
- 79. Anexos..... 83
- 80. Anexos..... 84
- 81. Anexos..... 85
- 82. Anexos..... 86
- 83. Anexos..... 87
- 84. Anexos..... 88
- 85. Anexos..... 89
- 86. Anexos..... 90
- 87. Anexos..... 91
- 88. Anexos..... 92
- 89. Anexos..... 93
- 90. Anexos..... 94
- 91. Anexos..... 95
- 92. Anexos..... 96
- 93. Anexos..... 97
- 94. Anexos..... 98
- 95. Anexos..... 99
- 96. Anexos..... 100

6

5. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

Da última reunião com o GPAL...

BIOMASSA FLORESTAL

Objetivos Gerais	Objetivos Específicos	Atividades
Gestão adequada da biomassa florestal	1. Sensibilização / informação à comunidade sobre gestão de biomassa florestal	1. Ações de sensibilização (destinadas à comunidade escolar e à comunidade em geral, dirigidas aos proprietários e empresas do setor florestal e ações de sensibilização aproveitando o BLP)
	2. Criação de centros de recolha de resíduos verdes para valorização orgânica/energética	2. Identificação dos melhores locais para instalação dos centros de recolha 3. Criação de modelos de gestão para os centros de recolha com os parques privados do concelho
	3. Desenvolvimento de mão-de-obra especializada	4. Implementação de Planos de Formação específicos para a biomassa florestal 5. Articulação dos recursos humanos especializados com os parques do setor do concelho (bolsa de trabalhadores) 6. Criação de uma plataforma digital facilitadora entre produtores/consumidores de biomassa florestal

7

5. Plano Local de Ação Integrado (PLAI)

BIOMASSA FLORESTAL - PLAI



Ações de Sensibilização

8

WORKSHOP PARTICIPATIVO



CircularNet
Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Câmara Municipal da Figueira da Foz 24 DE JANEIRO DE 2023 

9

ATA DA REUNIÃO

Data:	20 de março de 2023		
Local:	Quartel da Imagem		
Hora - início:	15h00	Hora - fim:	17h30

ASSUNTO

Teve lugar no dia 20 de março de 2023 no Quartel da Imagem da Figueira da Foz, o 7.º Workshop Participativo com o Grupo de Planeamento de Ação Local (GPAL).

Este Workshop teve início com uma apresentação inicial por parte do município, onde foi feito um ponto de situação desde a última reunião.

A presente reunião com o GPAL teve como objetivo definir as medidas/ações a integrar no Plano Local de Ação Integrado (PLAI), no que se refere à área temática dos Resíduos de Construção e Demolição.

Este Workshop decorreu de uma forma muito interativa e participativa, pelo que o município continua a contar com a participação dos membros do GPAL na construção de uma estratégia que contribua para a resolução dos problemas atuais e reais do concelho, pelo que o seu envolvimento em todo este processo permitirá enquadrar os problemas nas dimensões da sua complexidade e encontrar as soluções multidisciplinares mais adequadas.

Como conclusão, salientou-se a necessidade do envolvimento de todos (município e GPAL) na construção de um Plano de Ação que permitirá servir, de forma eficaz, as expectativas de todos os intervenientes neste processo.



CircularNet

Plataforma para a Circularidade
Comunidade, Empresas e Ambiente Natural

Conferência Final da Rede CIRCULARNET

ATA DA REUNIÃO

Data:	6 e 7 de junho de 2023		
Local:	Centro de Artes e Espetáculos da Figueira da Foz (CAE)		
Hora – início [6 junho]:	09h15	Hora - fim:	18h00
Hora – início [7 junho]:	09h15	Hora - fim:	13h00

ASSUNTO

Teve lugar nos dias 6 e 7 de junho de 2023, no Centro de Artes e Espetáculos (CAE) da Figueira da Foz, a conferência final da **Rede – CIRCULARNET – Plataforma para a Circularidade, Comunidade, Empresas e Ambiente Natural**.

Realizada de forma presencial, contou com a participação de todos os municípios parceiros da Rede (Figueira da Foz, Arcos de Valdevez, Vila Nova de Famalicão, Guarda, Monforte, Moura, Tavira e Praia da Vitória), para além da perita da Direção Geral do Território (DGT), assim como representantes da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR) do Centro e da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Via online estiveram também representantes da CCDR do Alentejo e da Direção Regional dos Fundos Estruturais dos Açores.

Esta conferência consistiu no evento final que culminou um período de mais de 18 meses de intenso trabalho e que deu origem à elaboração de oito Planos Locais de Ação Integrados (PLAI) com o objetivo melhorar a implementação da economia circular em cada uma das cidades da rede. O trabalho da rede contribuiu para uma abordagem mais participativa no modelo de governança adotado através da criação dos Grupos de Ação Local que, na generalidade, se irá manter como instrumento de maior participação no desenho, implementação e monitorização das políticas municipais.

A reunião teve início com a intervenção do Sr. Vereador Manuel Domingues que, em representação do Presidente da Câmara Municipal da Figueira da Foz, deu as boas-vindas a todos os participantes e enalteceu a importância da economia circular no município da Figueira da Foz.

De seguida tomou a palavra Valter Rainho, chefe de Departamento de Ambiente e Obras Municipais da Câmara Municipal da Figueira da Foz, e Coordenador do projeto CircularNet, que referiu a importância desta rede e da presença de todos os parceiros neste evento.

Para o prosseguimento da reunião, tomou a palavra a perita da Rede CircularNet, Maria João Rauch, que encaminhou os participantes para uma outra sala no CAE, dando assim início aos trabalhos relativos à parte técnica.



Os trabalhos decorreram com a apresentação do PLAI por parte de cada cidade parceira, tendo-se iniciado com o Município de Vila Nova de Famalicão, seguido dos municípios de Moura, Guarda e Tavira.



Todos os municípios explicaram de forma resumida as ações definidas no PLAI, para cada um dos eixos, sendo que todos mencionaram a importância da mudança de mentalidades para o cumprimento dos objetivos gerais do projeto da CircularNet.

De seguida ocorreu uma discussão em grande grupo sobre o papel do GPAL no processo de elaboração dos PLAI, pelo que todos concordaram que a multidisciplinaridade dos grupos de GPAL originou soluções mais enriquecedoras.

Todos os municípios concordaram ainda que a mais-valia do projeto consistiu na troca e partilha de experiências, com o conseqüente empoderamento dos municípios. Constatou-se que o procedimento de *botton-up* é possível ser feito nos Municípios e a importância da componente política acompanhar de perto a vertente técnica é fundamental para o sucesso do projeto.

Após um breve Coffe Breack, foi a vez dos Municípios de Arcos de Valdevez, Praia da Vitória, Figueira da Foz e Monforte apresentarem de forma resumida os seus PLAI.

Posteriormente os participantes tiveram oportunidade de efetuar uma reflexão ativa com lugar a discussão sobre as principais dificuldades e fragilidades do Projeto, no entanto, todos concordaram que as dificuldades encontradas rapidamente se transformaram em desafios, que foram sendo ultrapassados com o apoio e suporte da partilha de informação e experiências entre os parceiros.

Após a apresentação dos PLAI realizada durante a manhã, a agenda da reunião deu seguimento a uma parte mais interativa dos parceiros com as CCDRC/entidades financiadoras correspondentes, depois do almoço, onde os participantes tiveram oportunidade de partilhar informação sobre as ações que têm listadas no PLAI, e perceber, por parte das entidades, de que forma estas terão a curto/médio prazo, encaixe nalgum instrumento de financiamento. Várias dicas foram dadas por parte das entidades no sentido de tentar alocar financiamento às atividades previstas nos diversos PLAI.

Presencialmente esteve a CCDRC e online estiveram representantes da CCDR do Alentejo e da Direção Regional dos Fundos Estruturais dos Açores

Após estas reuniões bilaterais, e após um breve Coffee Break, os representantes das CCDR apresentaram os resultados da discussão dos PLAI com os parceiros, e forneceram recomendações gerais relativas aos instrumentos de financiamento.

Seguidamente houve lugar a mais uma reunião do Comité de Pilotagem.

No dia 7 de junho de 2023 deu-se início, pelas 9h15, ao seguimento dos trabalhos da Conferência final da CircularNet, nas instalações do CAE, com a intervenção dos Srs. Vereadores das cidades da rede, e uma breve discussão sobre o processo e resultados do projeto. Também algumas recomendações foram partilhadas para próximas iniciativas conjuntas. A moderação deste painel foi realizada pela Elisa Vilares, Chefe de Divisão de Desenvolvimento Territorial e Política de Cidades da DGT.



Todos os intervenientes concordaram que o Projeto foi uma grande mais-valia uma vez que, em rede, os municípios trabalham de uma forma muito mais eficaz ao nível da gestão de resíduos, do que isolados e que, essencialmente, é urgente uma mudança de mentalidades e comportamentos, de forma a ser dado cumprimento às metas pela União Europeia.

Após um breve Coffee Break, deu-se início ao último painel da Conferência, com o avaliador do programa, Jorge Mourato apresentar o tema “*O papel do avaliador*”, e a fazer a sua avaliação da Rede CircularNet. João Mourato fez um breve enquadramento do processo de criação da rede Cidades Circulares e referiu a importância do envolvimento de todas os parceiros de todas as redes, para o sucesso do Projeto.

De seguida efetuou-se uma pequena discussão sobre o constrangimentos e dificuldades sentidos ao logo do projeto, pelo que todos os parceiros referiram que, num próximo projeto, deveria ser melhorada a parte administrativa e financeira.



Seguidamente tomou a palavra Elisa Vilares, da DGT, que mencionou a importância da temática no contexto nacional e referiu alguns eventos que terão lugar este ano, no âmbito das Redes Cidades Circulares.

Posteriormente a perita Maria João Rauch promoveu uma breve reflexão sobre o projeto, onde cada participante apontou num papel a sua avaliação sobre:

- O que aprendemos
- Elementos mais úteis e inovadores
- O que pode melhorar
- Uma palavra só (sobre o projeto)



A Conferência terminou com a perita Maria João Rauch e o Coordenador do Projeto da cidade líder, Valter Rainho, a agradecerem a todos os parceiros da rede o envolvimento e entusiasmo mantidos ao longo do período do projeto, deixando em aberto a possibilidade desta rede poder candidatar-se, futuramente, a novos projetos, nesta ou noutra área temática.



Entidade	Participante	Contacto	Endereço mail	Assinatura
Município de Figueira da Foz	Colina Lopes	967713440	colina.lopes@cm-ffoz.pt	Colina
Município de Tavira	Jorge Palma	965154122	jpalma@cm-tavira.pt	Jorge
Município de Tavira	Telma Conceição	967080870	tconceicao@cm-tavira.pt	Telma
Figueira da Foz	Walter	96855781	walter.walter@cm-ffoz.pt	Walter
Figueira da Foz	Nárcia Milheiro	968049076	marcia.milheiro@cm-ffoz.pt	Nárcia
Figueira da Foz	Claudia Castro	966824877	claudia.castro@cm-ffoz.pt	Claudia
CCDR - Centro 2030	Cristina Ferreira	931109930	cristina.ferreira@ccdr.pt	Cristina
CCDR Centro	Alexandra Rodrigues	936520745	alexandra.rodrigues@ccdr.pt	Alexandra
Município de Ourém	Teresa Fernandes	961616933	teresa.fernandes@mun-ourém.pt	Teresa
Município de Moura	Silvia Monteiro	93904502	silvia.monteiro@cm-moura.pt	Silvia
Município UN Farnalício	Alice Carvalho	933384063	alicecarvalho@farnalicio.pt	Alice
Município A. Valdevez	Georgina	964030222	Georgina@cmav.pt	Georgina
Município A. Valdevez	Sabela Almeida	964569415	msabela@cmav.pt	Sabela
Município A. Valdevez	Carla Araújo	969365289	carlaj@cmav.pt	Carla
Município Praia Vitória	Carla Segurini	924305540	carla.segurini@praiaambiente.pt	Carla
Município Praia Vitória	Tiago Borge	912781956	tiago.borge@praiaambiente.pt	Tiago
Município V. Funchal	Daniela Dórea	937691264	danidorea@cm-landim.pt	Daniela
Município de Montforte	Fernando Sáez	965833030	fernando.saez@cm-montforte.pt	Fernando
Município de Montforte	Isabel Saraiva	96662647	isabel.saraiva@cm-montforte.pt	Isabel
Município de Montforte	Lina Barroqueiro	965717776	lina.barroqueiro@cm-montforte.pt	Lina
Município de Montforte	Mónica Borge	962969011	monica.borge@cm-montforte.pt	Mónica
Município de Montforte	Mariana Motz	965833079	mariana.motz@cm-montforte.pt	Mariana
Município de Montforte	Paula	913689212	mariaj@cm-montforte.pt	Paula
Município de Montforte	Patrícia Coimbra	960416486	patricia.coimbra@cm-montforte.pt	Patrícia
Município de Moura	Ana Paula	962746636	ana.paula@cm-moura.pt	Ana Paula
Município UN Farnalício	Ana Sílvia	965800180	anasilvia@farnalicio.pt	Ana Sílvia
5-UBSDBA/DST	João Marques	968205256	joao.marques@ics-ubsdba.pt	João
Município Figueira da Foz	Ana Heibel	969374706	ana.heibel@cm-ffoz.pt	Ana Heibel
CCDR Alentejo	Rola Odett			ONLINE
Melias Agrícolas das	Silvana			ONLINE
Unidades Estruturais da				
Alentejo				
Perito	Maria Paula	913689256		Maria Paula

Entidade	Participante	Contacto	Endereço mail	Assinatura
C.M. Foz Foz	Válter Ramalho	965659781	valter.ramalho@cm-foz.pt	Válter Ramalho
Peúlo	Honório Passalunghi	913689256		Honório Passalunghi
C.M. Figueira da Foz	Catarina Pais	967713440	catarina.pais@cm-fig.pt	Catarina Pais
Município de Tavira	Jorge Palma	965154122	jpalma@cm-tavira.pt	Jorge Palma
Município de Tavira	Telma Conceição	967080870	t.conceicao@cm-tavira.pt	Telma Conceição
Município de Fátima	Márcia Malheiro	968049078	marcia.malheiro@cm-fig.pt	Márcia Malheiro
Município Figueira da Foz	Claudia Castro	966824877	claudia.castro@cm-fig.pt	Claudia Castro
Município Póvoa do Varzim	Carla Sequeira	924305540	carla.sequeira@povoaovarzim.pt	Carla Sequeira
Município Moura	Silvia Monteiro	939045042	silvia.monteiro@cm-moura.pt	Silvia Monteiro
Município da Guarda	Catarina Coimbra	960416886	catarina.coimbra@mun-guarda.pt	Catarina Coimbra
Município de Guarda	Teresa Fenuaudes	961616933	teresa.fenuaudes@mun-guarda.pt	Teresa Fenuaudes
Peúlo	Marta Paes	913689256		Marta Paes
Município de Montalegre	Mónica Borges	962969011	monica.borges@cm-montalegre.pt	Mónica Borges
M. de Montalegre	Lina Brandão	965717776	lina.brandao@cm-montalegre.pt	Lina Brandão
C.M. Montalegre	João Sérgio	966662647	joao.sergio@cm-montalegre.pt	João Sérgio
C.M. Arcos de Valdevez	Carla Araújo	969865284	carlaaraujo@cm-av.pt	Carla Araújo
C.M. Arcos de Valdevez	Sabela Alves	964569485	sabelaalves@cm-av.pt	Sabela Alves
C.M. Vila Verde	Ana Silva	965800110	anasilva@cm-vv.pt	Ana Silva
Município v. n. familiar	Alice Carvalho	933824063	alicecarvalho@familiar.pt	Alice Carvalho
C.M. Região de Coimbra	Sergio Cruz	239795750	sergio.cruz@cm-regiao-de-coimbra.pt	Sergio Cruz
DIREÇÃO GERAL TERRITÓRIO	ELISA VILARES	905248948	EVILARES@DGTERRITÓRIO.KI	Elisa Vilares
Município Montalegre	Mariana Mendes	965833075	mariana.mendes@cm-montalegre.pt	Mariana Mendes
Município de Montalegre	Carmande Sá	961833030	carmande.sas@cm-montalegre.pt	Carmande Sá
Município Foz Foz	Catarina Pais	967713440	catarina.pais@cm-fig.pt	Catarina Pais
Município Moura	Ana Pereira	967746636	ana.pereira@cm-moura.pt	Ana Pereira
KS - ULSDA / DSI	João Mourão	968205256	joao.mourao@ks-ulsda.pt	João Mourão
Município Foz Foz	Ana Helena	969314706	ana.helena@cm-foz.pt	Ana Helena

Anexo 2 – Academia Redes Cidades Circulares 2022 (Fundão) – 5, 6 e 7 de abril 2022

Data:	5, 6 e 7 de abril de 2022
Local:	Fundão

BREVE RESUMO

Realizou-se nos dias 5, 6 e 7 de abril, no Fundão, a **Academia Redes Cidades Circulares 2022**, organizada pela Direção-Geral do Território com a colaboração do Município do Fundão. Esta Academia reuniu cerca de 80 formandos provenientes dos municípios parceiros das Redes Cidades Circulares e de outros municípios e entidades convidadas, com manifesto interesse na transição para uma economia circular nas cidades.

A **Academia Redes Cidades Circulares 2022** visou a capacitação dos participantes em conceitos relacionados com a teoria da mudança e a transição verde e em metodologias participativas e de planeamento local de ação. A formação incluiu workshops, sessões plenárias, visitas de campo e visitas culturais e foi assegurada pela Direção-Geral do Território, a Câmara Municipal do Fundão, o Instituto de Ciências Sociais e os peritos metodológicos das Redes Cidades Circulares, contando ainda com a presença de oradores convidados.

A **Academia Redes Cidades Circulares 2022**, para além de muito enriquecedora em termos técnicos, foi uma excelente oportunidade para as cidades participantes partilharem experiências e fortalecerem relações, promovendo-se desta forma o networking informal entre os participantes.



WORKSHOPS | BREVE DESCRIÇÃO DOS CONTEÚDOS:

1. **ELABORAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO** (Pedro Soutinho) – capacitação dos formandos na elaboração e desenvolvimento do Plano de Ação Local Integrável (PALI), que constitui o principal entregável do Projeto. Um PALI deve ter muitas fotografias, diagramas, deve ter um design atrativo, não deve ser muito extenso (aproximadamente 20 páginas), deve servir como ferramenta de comunicação, ser criativo e de fácil leitura. É fundamental que os stakeholders locais participem com ideias para o Plano de Ação e se revejam nele.
2. **BACKCASTING** (João Mourato) – capacitação para uma nova metodologia de backcasting evidenciando as diversas fases desde a co-criação de visões de desenvolvimento local, ao planeamento de roteiros de ação conducentes. Exemplo prático: *Radar for change Vs radar for Action*.



3. **RECURSOS E FINANCIAMENTO** (Miguel Sousa) – identificação dos Programas de financiamento regionais, nacionais e europeus existentes, das principais rúbricas que devem ser alocadas ao Plano de Ação e quais os principais fatores de sucesso nos processos de candidatura.
4. **COMUNICAÇÃO E DISSEMINAÇÃO DO PLANO DE AÇÃO** (Eurico Neves) – capacitação dos formandos sobre a comunicação efetiva das ações planeadas e dos seus resultados, com mobilização de todos os agentes locais. A mensagem deve ser clara e atrativa: simplificar e amplificar, utilizando princípios de “*storytelling*” e canais como as redes sociais, para disseminar as principais mensagens do Plano de Ação.
5. **GRUPOS DE PLANEAMENTO E AÇÃO LOCAL** (Maria João Rauch) – capacitação dos formandos para trabalhar em parceria com os stakeholders no Grupo de Ação Local.



6. **SINERGIAS ENTRE REDES CIDADES CIRCULARES** (Fernando Rosa) – interação entre as Redes Cidades Circulares para partilha de resultados do processo no decurso da fase 1. Neste workshop, a DGT chamou a atenção que reuniões e visitas que não estejam previstas na proposta inicial, podem ser enquadradas no orçamento do Projeto. Por sugestão de um participante, a DGT irá partilhar os Estudos de Base de cada uma das Redes, de forma a poderem ser consultados por todas as redes, facilitando assim a criação de sinergias entre as Redes.



VISITAS DE CAMPO:

1. **CENTRO PARA AS MIGRAÇÕES DO FUNDÃO** – equipamento municipal para a criação de um Centro de Acolhimento de trabalhadores temporários no antigo seminário do Fundão.
2. **CENTRO DE IOT AGROTECH** – laboratório vivo para o desenvolvimento, teste e demonstração de tecnologia para a agricultura, integrando-se com outras infraestruturas relevantes ao nível da prototipagem e desenvolvimento, formação avançada e aceleração de novas ideias de negócios.

3. **CENTRO DE NEGÓCIOS E SERVIÇOS PARTILHADOS** – permitiu atrair 18 empresas TICE e criar cerca de 1000 postos de trabalho altamente qualificados numa cidade de cariz rural com menos de 15 000 habitantes. Desde 2013 gerou 68 startups e projetos.
4. **INCUBADORA URBANA POLINUCLEADA DE EMPRESAS E NEGÓCIOS** – integra a rede nacional de incubadoras e está certificada para os diversos programas nacionais de apoio ao empreendedorismo. Já apoiou cerca de 80 startups e projetos, com criação de 150 novos empregos.
5. **FAB LAB ALDEIAS DE XISTO** – Laboratório de prototipagem e fabricação digital que integra a rede mundial de Fab Lab e que tem como objetivo criar sinergias e contribuir para o desenvolvimento de novas soluções adaptadas ao território e empresas.



6. **ESPAÇO EMPRESA** – serviço que centraliza num só espaço toda a informação de interesse para os empresários, desde obrigações legais às oportunidades de negócio, facilitando o acesso à informação, promovendo a interação com a administração pública, central e local.



VISITAS CULTURAIS:

1. CEREJEIRAS EM FLOR COM APADRINHAMENTO DAS CEREJEIRAS
2. CASTELO NOVO (Visita ao Castelo)
3. HERDADE CARVALHAL DA VERACRUZ (Agricultura de precisão – visita a uma Plantação de Amendoeiras)

LISTA DE PRESENCAS (REDE CIRCULARNET)

Nome	Instituição
Valter Rainho	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Paula Pereira	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Catarina Sousa	Câmara Municipal da Figueira da Foz
Ana Silva	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Marisa Moreira	Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão
Telma Conceição	Câmara Municipal de Tavira
Telma Oliveira	Câmara Municipal da Praia da Vitória
Elisabete Nogueira	Câmara Municipal da Praia da Vitória
Joana	Câmara Municipal de Arcos de Valdevez
	Câmara Municipal da Guarda

Anexo 3 - Artigo publicado na “info Cidades Circulares” – 6 dezembro 2022

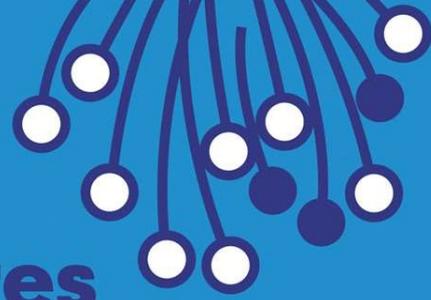


Proposta de artigo para publicação

Título	Circularidade de RCD's no Município da Figueira da Foz-CircularNet
Autor(es)	Valter Rainho, CM Figueira da Foz
Contacto(s)	Valter.rainho@cm-figfoz.pt
Imagens	 <p>Reciclagem de RCD `s, RCD- Resíduos de Construção e Demolição, SA</p>
Sinopse	O presente artigo técnico pretende descrever a gestão integrada de Resíduos de Construção e Demolição no Concelho da Figueira da Foz, como um exemplo de economia circular para a reincorporação num novo ciclo de vida.

Corpo de texto

A Rede CircularNet – Plataforma para a Circularidade, comunidade, empresas e ambiente natural, constituída pelos municípios de Arcos de Valdevez, Vila Nova de Famalicão, Guarda, Monforte, Moura, Tavira, Figueira da Foz e Praia da Vitória, tem como objetivo a elaboração de um Plano de Ação que visa a economia para a circularidade. Pretende promover a transformação das cidades através de uma economia circular ao nível dos resíduos, alteração de padrões de consumo e fases de produção, utilizando elementos



da dinâmica urbana existente nos municípios e com potencial para gerar valor, criar emprego e redução do impacte ambiental.

A CircularNet, após o desenvolvimento do seu estudo base, definiu os seus objetivos tendo em consideração os de Desenvolvimento Sustentável aprovados em sede das Nações Unidas em 2015, e com ênfase no Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12) aprovado em 2015– produção e consumo sustentáveis, pretendendo:

- 1) Promover a mudança de comportamentos para a implementação de uma economia circular face à escassez de recursos naturais sendo necessário prolongar o ciclo de vida e reaproveitamento dos produtos como matérias-primas;
- 2) Promover a partilha de uma solução integrada para uma economia mais regenerativa;
- 3) A redução da emissão de Gases de Efeitos Estufa através de um incremento da eficiência energética e adaptação às alterações climáticas;
- 4) Considerar o setor dos resíduos como fulcral na otimização dos recursos disponíveis (ex. rcd's, biomassa florestal, desperdício alimentar, fileiras recicláveis)

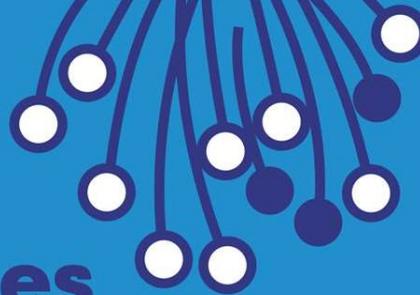
Após esta análise inicial por parte de todos os parceiros e identificação dos desafios atinentes e transversais, o sector de resíduos adquiriu uma importância vital no desenvolvimento dos trabalhos da CircularNet. Temáticas transversais como biorresíduos (biomassa florestal e resíduos alimentares) e RCD's, que são verdadeiros desafios para os nossos municípios, são abordados de forma consistente com a preocupação da sua prevenção, a sua não produção de forma que sejam desviados dos ciclos de tratamento.

O município da Figueira da Foz, líder da Rede CircularNet, com a preocupação de combater passivos ambientais, e promover a alteração de comportamentos menos corretos, possui um programa de gestão integrada de tratamento e valorização de gestão de RCD's. Inicialmente foi promovido a recolha e tratamento de depósitos clandestinos ou inapropriados, com recurso a metodologias que permitiram o reaproveitamento de materiais e inertes para serem reaproveitados em sede de novas obras e intervenções.

Para além de um controlo e intervenção inicial no terreno sobre deposições indevidas, foi desenvolvido um sistema de gestão integrada de RCD's no Concelho, com o intuito de evitar comportamentos ambientais menos corretos e em simultâneo participar na promoção da sua reciclagem e reincorporação desses materiais como novas matérias, visando a diminuição de utilização de recursos naturais.

Esta gestão integrada passou a incorporar medidas em diferentes frentes, desde actuação sobre obras urbanísticas, de licenciamento obrigatório ou não, e em sede de obras publicas. Em 2016, com a alteração do Regulamento Urbanístico do Município, passou a ser parte integrante do processo na sua fase de instrução a obrigatoriedade da previsão de produção de rcd's apresentada pelo seu promotor e consoante a tipologia de obra. Esta previsão aferida pelos serviços técnicos municipais, com recurso a simulador que afere a estimativa de produção de rcd's apresentada, condiciona a emissão da licença de construção. No final da obra, o promotor deve apresentar os comprovativos de tratamento das quantidades previstas e estimadas inicialmente, sendo uma condicionante da emissão de restantes licenças urbanísticas.

Outra vertente de actuação por parte do município é facultar um sistema de recolha de rcd's, para pequenas quantidades produzidas, até sensivelmente 1 m³. Este sistema em articulação com as Juntas de Freguesia do Concelho permite que estas pequenas quantidades sejam recolhidas pelos serviços municipais. Um munícipe dirige-se à Junta de Freguesia respetiva, sendo-lhe entregue um *big-bag* e procede ao preenchimento de um formulário com a descrição qualitativa e quantitativa dos resíduos de construção e demolição produzidos sendo posteriormente recolhido pelos serviços de logística municipais, mediante marcação prévia. Para além desta possibilidade de tratamento “personalizada”, o município



receciona também estas pequenas quantidades para posteriormente reciclar e serem de novo os produtos serem reincorporados em novas utilizações.

No que concerne ao controlo de obras publicas, a produção de rcd`s para além dos Planos de Gestão de Resíduos obrigatórios, são acompanhados pela respetiva fiscalização da empreitada, assegurando o seu correto encaminhamento e/ou reutilização.

Todos os rcd`s recolhidos pela Câmara Municipal são encaminhados para tratamento em operador licenciado que se encontra instalado no Concelho, representando uma mais-valia ambiental e na promoção de uma economia circular. Este operador (RCD`s – Resíduos de Construção e Demolição, SA) é um dos muitos parceiros industriais e empresariais do Grupo de Ação Local da rede CircularNet, enriquecendo o grupo com a partilha do seu conhecimento.

O sistema de tratamento de RCD`s em vigor no Município e, apesar de os normativos legais permitirem a sua tarifação, é desenvolvido de forma gratuita junto dos munícipes pois os custos da sua implementação, quer em termos logísticos ou operacionais, são menores que os ambientais e financeiros quando comparados com as necessárias intervenções reativas para a recuperação de locais com depósitos indevidos. Ao longo do tempo, com a sua implementação, tem-se verificado uma diminuição de ocorrências e da sua proliferação, mais-valia de gestão ambiental e territorial no Concelho.

Anexo 4 - Relatório da Visita a Mouans-Sartoux (França) – 19 e 20 abril 2023

Data:	19 e 20 de abril de 2023
Local:	Mouans Sartoux- França

ENQUADRAMENTO

A rede CircularNet, focada na economia circular procura a construção de Planos de Ação Municipais que visem o fomento de conceitos e medidas de ação que previnam em primeira instância a produção de resíduos e incrementem a valorização das diversas matérias prolongando o seu ciclo de vida em detrimento do consumo de recursos naturais, cada mais escassos no nosso planeta. A metodologia do projeto (URBACT) assenta na partilha de conhecimentos e troca de experiências intermunicipais, na procura a divulgação de métodos e soluções replicáveis que promovam soluções integradas de prevenção e de valorização de resíduos, em consonância com o Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 12 (ODS 12).

Neste âmbito foi proposto uma visita externa a um exemplo internacional reconhecido nesta temática, no âmbito de uma candidatura elaborada à Direção Geral do Território que foi aprovada e incluída no financiamento da Rede CircularNet. A cidade eleita foi Mouans Sartoux, em França, cujo reconhecimento de boas práticas em termos de prevenção na produção de resíduos orgânicos (biorresíduos) e enquadrada na implementação de uma alimentação saudável, durável e biológica.

Mouans Sartoux é uma comuna francesa, com cerca de 10.200 habitantes e 13,52 km², na região administrativa da Provença-Alpes-Costa Azul, no departamento Alpes Marítimos com uma densidade de 759 hab/km². Pertence à unidade urbana de Nice, que compreende outros 51 municípios e 942.886 habitantes. A área metropolitana de Nice é a sétima maior da França em população, atrás das de Paris, Lyon, Marseille-Aix-en-Provence, Lille (parte francesa), Toulouse e Bordeaux.

A sua localização, no triângulo geográfico constituído por Cannes-Grasse-Antibes de mais de 450.000 habitantes e de orografia difícil, impede de alguma forma que seja possível um crescimento desta zona geográfica na sua periferia. Esta circunstância coloca pressão adicional

nos Municípios no centro do triângulo, no que respeita à conservação dos solos de agrícolas e florestais, como é o caso de Mouans Sartoux, mas que de algum modo com esta abordagem de uma nova alimentação e consequentes necessidades produtivas, originou um novo paradigma no território urbanizável no Município, impedindo o seu acréscimo.

Para além do Município líder - Figueira da Foz, estiveram representantes de outros Municípios da Rede como Arcos de Valdevez, Guarda, Monforte, Moura, Tavira, Vila Nova de Famalicão, Vila Praia da Vitória, Bragança da Rede RurbanLink e outras entidades como Direção Geral do Território, CCDR – Norte e CIM Centro Alentejo (lista de presenças no final do presente documento).

OBJETIVOS

Os objetivos da visita técnica consistiram em:

a) Enriquecer o conhecimento dos Municípios sobre medidas preventivas para a produção dos biorresíduos através de:

- visita aos projetos locais

- intercâmbio de ideias e experiências com os agentes locais e com o Grupo de Ação Local de Mouans Sartoux

b) Reforço de parceria da Rede com as restantes entidades participantes para melhoria na qualidade do trabalho e incremento do conhecimento coletivo sobre a temática de prevenção da produção de resíduos.

RESUMO DA VISITA

No primeiro dia da visita (19 de abril), que decorreu na Casa da Educação de Alimentação Durável (MEAD - Maison de Education de Alimentation Durable), o grupo foi recebido pelo Coordenador do Projeto de Mouans Sartoux – Thibaut Lalland e pelo Vereador do Pelouro Gilles Perole para apresentação do projeto e da Quinta de produção biológica propriedade do Município.

Neste Centro de Educação Alimentar Sustentável encontra-se a base do serviço municipal responsável pela condução do projeto alimentar da cidade, das atividades realocação de agricultores orgânicos, da promoção de atividade económica em torno da alimentação sustentável, atividades de sensibilização, inovação e as relacionadas com a investigação científica e colaboração com universidades.

A alimentação mundial é responsável pela emissão de 25% dos gases com efeito nas alterações climáticas. Dentro desta percentagem, 85% corresponde ao da produção dos alimentos e os restantes 15% ao seu transporte. Mouans Sartoux considerou pertinente atuar sobre o fator de “maior peso”, sobre a produção de alimentos.

O projeto teve origem após o período da doença das vacas loucas e nesta fase, o Município optou por implementar uma alimentação biológica, saudável e durável, atuando em primeira instância nas cantinas escolares. Foram apresentadas as diferentes medidas e metodologias que desde 2008 proporcionaram que atualmente se tenha alcançado 100% de cantinas biológicas, com uma capacidade de fornecimento de 1.100 refeições diárias e com zero plástico.



Este método de educação alimentar saudável e ecológica, permitiu que 87% das famílias alterassem os seus hábitos alimentares por exigência das crianças, havendo uma constante evolução resultado de pequenos passos, recorrendo a estudos e diálogo com cientistas e a sociedade civil.

Para além do objetivo da alimentação saudável e biológica, as medidas implementadas na comunidade escolar permitiram uma poupança de custos, redução significativa no desperdício alimentar e produção de resíduos.

A alimentação nas cantinas escolares é realizada com recurso a doses, porções que as crianças efetivamente consomem, sendo as refeições acompanhadas por animadores que desempenham funções pedagógicas alimentares em permanência. Por exemplo, uma simples maçã é cortada em quartos e a criança opta pela quantidade que pretende consumir efetivamente em vez de ser facultada a maçã inteira, evitando a produção de excedente e de biorresíduos. As poucas quantidades de desperdício alimentar são utilizadas na produção de composto para reintrodução nas produções biológicas de pequenas hortas e jardins na própria escola.



Esta política municipal alimentar influenciou outras competências que provavelmente não seriam passíveis de alcançar. Com o objetivo de Mouans Sartoux em 2035 se tornar uma cidade biológica, autónoma em termos de alimentação durável para mais de 50 % da sua população, provocou em simultâneo pressão nos seus instrumentos de gestão territorial e zonamento urbanístico. Os planos municipais promovem o aumento das zonas que permitem a cultura de alimentos biológica, passando de cerca de 40 para 112 ha, com classificação de terrenos de tipologia agrícola e para cultivo.

Outro exemplo de políticas municipais foi a criação de projetos Espaço-agrícola. Um terreno publico é cedido a um munícipe agricultor que testa a sua capacidade produtiva durante um período de 3 anos com o apoio do Município. Posteriormente, esta área é concedida ao agricultor para a continuidade de produção biológica, para suporte alimentar da população através de um contrato programa a longo termo, orientando para a obtenção de financiamentos uma vez que o município não o pode realizar diretamente.

Houve uma mudança dos hábitos alimentares de forma integrada por toda a comunidade. A sociedade civil promoveu a transformação de zonas ajardinadas em zonas de produção agrícola comunitária de bairro. Escolas secundárias, de competência de administração central, foram “obrigadas” a alterar o seu programa alimentar pois os jovens, não se adaptavam a alimentação “regular”, resultado dos seus hábitos biológicos consolidados durante a sua infância.



No dia 20 de abril, o grupo visitou o projeto das *Bio Cantinas* num estabelecimento de ensino, conhecendo a logística e as necessidades para produção das refeições biológicas. Terminou com a discussão entre as entidades participantes da possibilidade de replicabilidade de projetos idênticos nos Municípios da CircularNet, mais valias e dificuldades perante a realidade no nosso País.

A visita de técnica foi profícua, superou as expectativas pela metodologia utilizada na implementação do sistema de alimentação biológico, durável e pelas reações subsequentes na

comunidade. As alterações comportamentais têm sido consolidadas com recurso a pequenos passos, mas com a certeza da sua possibilidade de implementação e de replicabilidade para além da comunidade escolar.

É possível a sua aplicação num contexto municipal em Portugal, privilegiando o não ao desperdício alimentar, a prevenção de resíduos e uma economia circular e saudável, sendo que se afigura como maior dificuldade o entendimento por parte de entidades fiscalizadoras. Deverá ser ponderada a maior flexibilização da implementação de regulamentos que são comuns, sem nunca colocar em causa a segurança e saúde do principal utilizador do sistema, as crianças e os munícipes.



LISTA DE PRESENÇAS

	Nome Participante	Cidade
1	Manuel Domingues	Figueira da Foz
2	Valter Rainho	Figueira da Foz
3	Paula Escalda	Guarda
4	Rui Melo	Guarda
5	Leopoldina Rodrigues	P. Vitória
6	Carla Sequeira	P. Vitória
7	Sílvia Lourenço	Tavira
8	Jorge Palma	Tavira
9	Sónia Pires	Tavira
10	Ana Poeiras	Moura
11	Silvia Monteiro	Moura
12	José Banha	Moura
13	Ana Silva	VN Famalicão
14	Marisa Moreira	VN Famalicão
15	Hélder Pereira	VN Famalicão
16	Carla Araújo	Arcos Valdevez
17	Saete Abreu	Arcos Valdevez
18	Lina Barroqueiro	Monforte
19	Mónica Bagorro	Monforte
20	Mariana Mota	Monforte
21	João Cameira	Bragança
22	Hernâni Dias	Bragança
23	Maria João Rauch	Network
24	Maria José Efigénio	DGT



25	Marta Magalhães	DGT
26	Nuno Esteves	DGT
27	Helena Jacinto	CIM
28	Maria João Pessoa	CCDR Norte

